

N. 03 . 2020

BOLETIM

OBSERVATÓRIO DA DIVERSIDADE CULTURAL

CULTURA E PANDEMIA

V. 89, N. 03.2020

Julho. Agosto. Setembro/2020

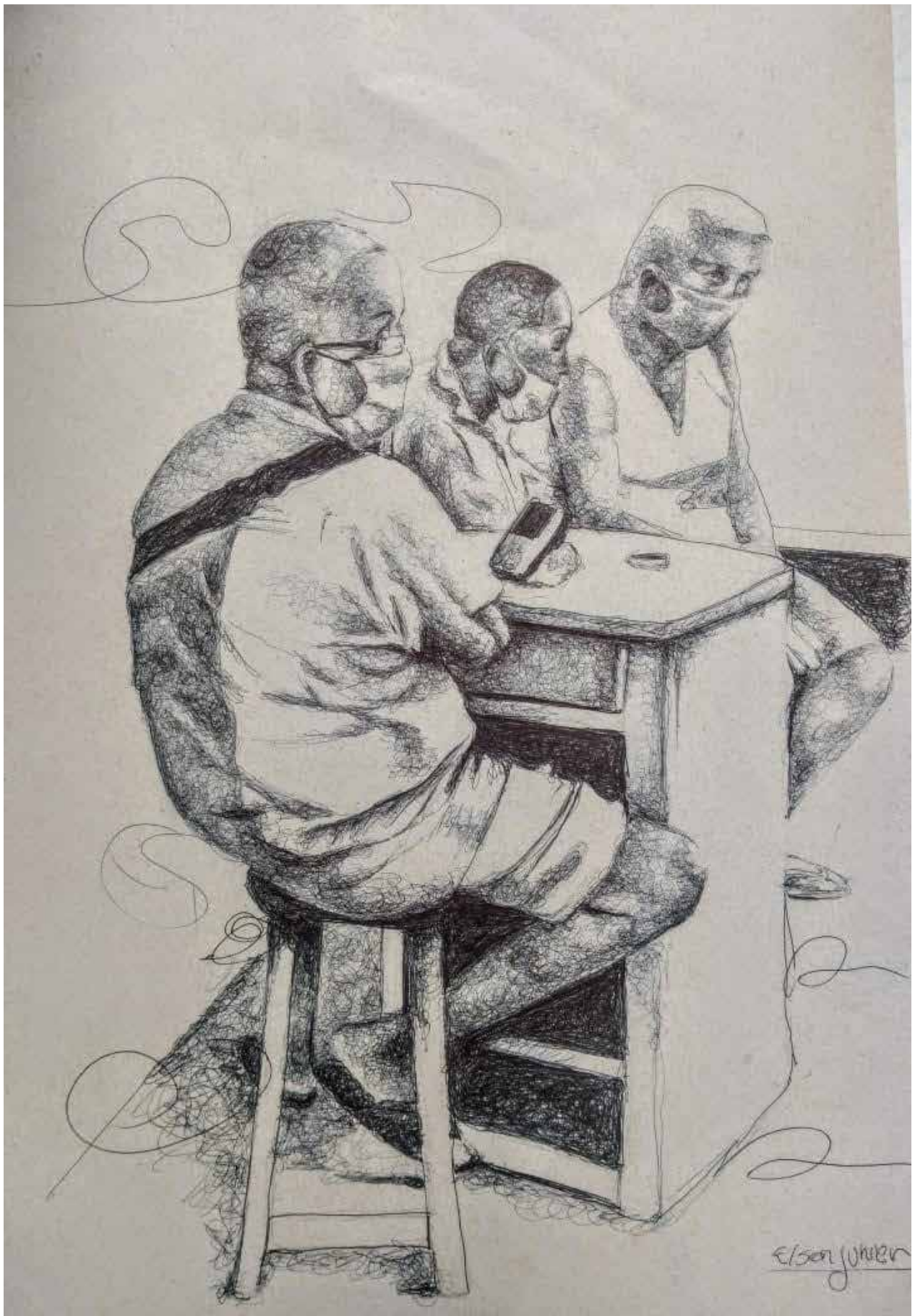
ISSN 2526-7442

V.89 ARTIGOS

- . Modelos de desenvolvimento, instituições e o campo da cultura
- . Políticas e a lei de emergência cultural
- . Projetos e espaços culturais em tempos de pandemia



OBSERVATÓRIO
da diversidade
CULTURAL



ELSON JUNIOR
Bate Papo
29,7 x 42 cm
caneta Esferográfica sobre papel
Salvador, 2020

EXPEDIENTE

O Boletim do **Observatório da Diversidade Cultural** (ODC) é uma publicação periódica, em que pesquisadores envolvidos com a temática da Diversidade Cultural refletem sobre a complexidade do tema em suas variadas vertentes.

BOLETIM OBSERVATÓRIO DA DIVERSIDADE CULTURAL

Conselho Editorial

Giselle Dupin (Minc)
Giselle Lucena (UFAC)
Humberto Cunha (UNIFOR)
Luís A. Albornoz (UC3M)
Núbia Braga (UEMG)
Paulo Miguez (UFBA)

Coordenação Editorial

José Márcio Barros
Ana Paula do Val
Flávia Landgraf
Jocasta Holanda

Revisão

Carolina M. Soares Lima
Flávia Landgraf
Giselle Dupin
Jocasta Holanda
Juan Ignacio Brizuela
Talita Rocha

Projeto Gráfico e Diagramação

Carolina Lima

Curadoria de Imagens:

Ana Paula do Val
Priscila Lolata

Créditos das Imagens

Bruno Aziz, Cleiri Cardoso, Edith Derdyk, Elson Jr., Felipe Rezende, João Paulo Guadanucci, Juliana Moraes, Littus Silva

Contato

boletim.odc@gmail.com

Capa

Imagem: João Paulo Guadanucci. Título: trabalho. Técnica: Grafite e aquarela sobre papel. Dimensões: 21 x 13 cm. São Paulo, 2020.
Edição: Carolina Lima

COMPOSIÇÃO INSTITUCIONAL

Diretora-presidente

Márcia Maria Pinto de Moura Barros

Diretora-administrativa

Dayse Lúcia de Oliveira Rodrigues

Diretor de Projetos

Carlos Henrique Gerken

Coordenador Geral

José Márcio Barros

Conselho Fiscal

Lucimar Ladeia Colen
Míriam Monteiro de Aguiar

EQUIPE ODC

Gestão de Projetos e Execução Orçamentária

Amanda Barros

Coordenação de Comunicação

Carolina Lima

Acompanhe o ODC

www.observatoriodadiversidade.org.br





**LEI ESTADUAL
DE INCENTIVO
À CULTURA**

CA: 2018.13609.0056

Patrocínio

USIMINAS U

Parceiros

UNIVERSIDADE
DO ESTADO DE MINAS GERAIS



Instituto
USIMINAS U



Realização



**CULTURA E
TURISMO**



**MINAS
GERAIS**

**GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.**



FELIPE REZENDE
Sem Título (Série Peças para Piano)
10 X 7,5 X 7 cm
óleo, acrílica e desenho a carbono sobre madeira
Barreiras, 2020

SUMÁRIO

MODELOS DE DESENVOLVIMENTO, INSTITUIÇÕES E O CAMPO DA CULTURA

14 NOSSO PRESENTE COMUM - O QUE A PANDEMIA PODE NOS ENSINAR SOBRE O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL?
Luana Vilutis

24 A PRIMEIRA A PARAR E A ÚLTIMA A VOLTAR? PESQUISANDO OS IMPACTOS DA COVID-19 NA ECONOMIA CRIATIVA - UM RELATO DE EXPERIÊNCIA
Daniele Canedo, Carlos Paiva, Carmen Lima, Carlos Magno Guerra, Elizabeth Ponte, Leonardo Costa, Luiz Gustavo Campos, Mércia Queiroz, Raissa Caldas, Renata Rocha, Rosimeri Carvalho, Luciana Guilherme, João Guerreiro

34 COTIDIANO NA PANDEMIA, CULTURA E BEM-ESTAR PSICOLÓGICO
Horácio Nelson Hastenreiter Filho e Justina Tellechea

45 RESPOSTA DA UNESCO À PANDEMIA DE COVID-19
Giselle Dupin

POLÍTICAS E A LEI DE EMERGÊNCIA CULTURAL

58 E-PARTICIPAÇÃO SOCIAL, PANDEMIA E A LEI DE EMERGÊNCIA CULTURAL
José Márcio Barros

67 DESAFIOS DA CULTURA FRENTE À PANDEMIA DE COVID-19: LEI DE EMERGÊNCIA CULTURAL ALDIR BLANC E O PAPEL DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM SUA MOBILIZAÇÃO, SANÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO
Renata Nunes Pereira Melo

- 76** CULTURA E A CRISE DA COVID-19: NOTAS SOBRE A EXPERIÊNCIA DE CRIAÇÃO DA REDE ESTADUAL DE GESTORES MUNICIPAIS DE CULTURA E TURISMO EM MINAS GERAIS
José de Oliveira Junior
- 86** LIVES, CESTAS BÁSICAS E OS DESAFIOS DA LEI ALDIR BLANC NOS MUNICÍPIOS DO LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO
Juan Ignacio Brizuela
- 90** CADASTROS CULTURAIS EM TEMPOS DA LEI DE EMERGÊNCIA CULTURAL ALDIR BLANC
Ana Paula do Val e Caroline Craveiro

PROJETOS E ESPAÇOS CULTURAIS EM TEMPOS DE PANDEMIA

- 103** PANDEMIA POR COVID-19 E ISOLAMENTO SOCIAL: UMA LEITURA SOBRE ESPAÇOS CULTURAIS
Kátia Costa e Plínio Rattes
- 114** REFLEXÕES SOBRE OS IMPACTOS DA COVID-19 NA EDUCAÇÃO MUSEAL
Pompea Auter Tavares e Luiza de Souza Lima Macedo
- 121** OS DESAFIOS EMERGENTES NO ENSINO DO AUDIOVISUAL DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19: RELATO DA EXPERIÊNCIA DO PROJETO CINE VIDA
Leandro Ricardo Wenceslau
- 126** ATUALIZANDO O SISTEMA: A CASA PRETA E A PANDEMIA
Vitor Barreto
- 133** SOBRE A COODENAÇÃO DO EDITORIAL
- 135** SOBRE O OBSERVATÓRIO DA DIVERSIDADE CULTURAL
- 138** APRESENTAÇÃO DOS ARTISTAS E AUTORES



JOÃO PAULO GUADANUCCI
compras (2)
21 x 13 cm
grafite e aquarela sobre papel
São Paulo, 2020

EDITORIAL

Cultura e Pandemia é o tema do Boletim 89 do Observatório da Diversidade Cultural (ODC). Nesta edição, convidamos os pesquisadores do ODC e de mais dois observatórios parceiros – Observatório da Economia Criativa da Bahia (OBEC-Ba) e Observatório da Sociedade Pós-pandemia (OSPP) – a refletirem sobre diferentes aspectos, dimensões e sentidos da relação entre a cultura e a pandemia de COVID-19.

Para além de um inventário de problemas e perdas provocadas pela ação nefasta do vírus, buscamos aqui, sob diferentes perspectivas conceituais e metodológicas, interpretar como a pandemia afeta a cultura e como a cultura, enquanto campo institucional, político e organizacional singular, reinventa a si própria no contexto da pandemia.

Na primeira seção, foram reunidas as contribuições que abordam a pandemia de COVID-19 sob uma ótica mais ampla e estrutural: como consequência de um modelo insustentável de desenvolvimento, seus efeitos sobre a economia da cultura, além de suas implicações no cotidiano e na percepção das pessoas sobre seu bem-estar. Aborda, ainda, as múltiplas ações articuladas institucionalmente pela Unesco enquanto organismo de incidência internacional no campo da cultura.

Na segunda seção, o foco dos textos recai sobre o processo e a experiência de criação da Lei de Emergência Cultural, tomada como uma espécie de dispositivo que revela antigos e históricos limites políticos e institucionais, mas também possibilidades e inovações trazidas pela participação social.

Na última seção, a práxis da gestão cultural em projetos, espaços e equipamentos culturais e os desafios da formação no campo da cultura, com ênfase nos museus e no audiovisual, são as temáticas convergentes das análises.

As imagens exibidas nesta edição do Boletim ODC são trabalhos artísticos produzidos no contexto da pandemia, resultando processos de confinamento/isolamento. Artistas de diferentes linhas de produção

cederam, gentilmente, as imagens de seus trabalhos para compor o conteúdo aqui exposto. A diversidade de temas, mesmo em um contexto inerente a todes, é uma mostra das possibilidades criativas em uma situação que toca diretamente toda a cadeia de produção e exibição artística.

A proposta curatorial prezou pela pluralidade de técnicas e poéticas, que vão desde cenas do cotidiano, seja no centro urbano ou na periferia de grandes cidades, a processos que o tempo revela física e metafisicamente. Também constam as relações com objetos que se tornaram mais usuais, como o celular e a máscara, e, ainda, referências subjetivas de elementos orgânicos ou resíduos do que já foi um todo interferidos.

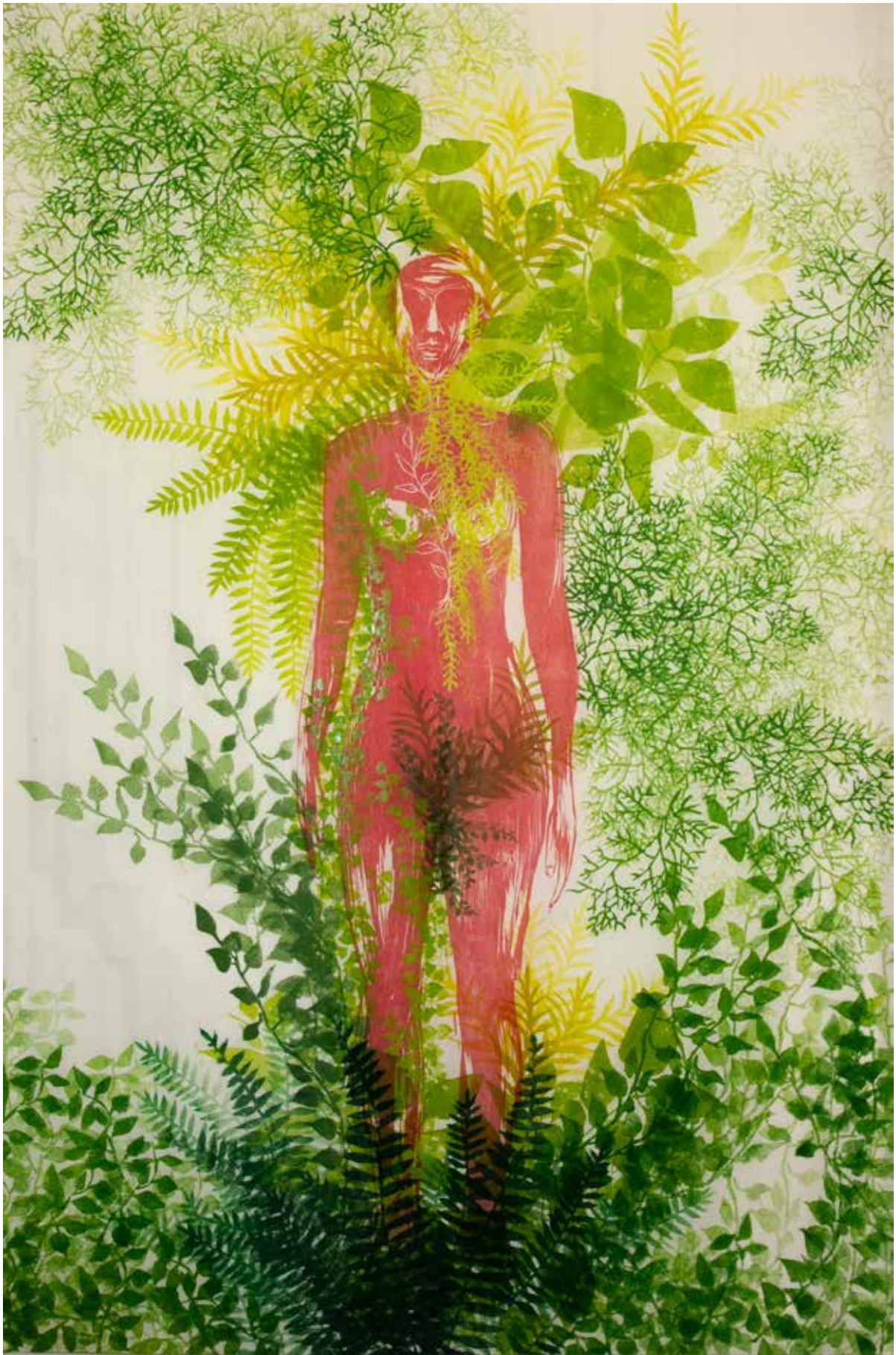
Em seu conjunto, textos e imagens, revelam de forma sensível e crítica o agenciamento dialético entre o que se fez, o que se faz e o que precisa ser feito, questão que já deveríamos ter aprendido com a história.

Boa leitura!



EDITH DERDYK
Série contágio = contagem
Dimensões variáveis
fotografia digital
São Paulo, 2020

**MODELOS DE
DESENVOLVIMENTO,
INSTITUIÇÕES E O
CAMPO DA CULTURA**



CLEIRI CARDOSO
corpo cultivo (figura 7)
97 x 66 cm
xilogravura e carimbo
São Paulo, 2020

NOSSO PRESENTE COMUM – O QUE A PANDEMIA PODE NOS ENSINAR SOBRE O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL?

Luana Vilutis¹

RESUMO

O objetivo deste texto é refletir sobre algumas características e limites do projeto de desenvolvimento em curso no mundo que a pandemia evidencia e agrava, ao mesmo tempo em que acena para alternativas concretas, responsabilidades compartilhadas e perspectivas necessárias de transformação social, ambiental, cultural, política e econômica. A reflexão tem como pano de fundo a concepção de desenvolvimento sustentável. Recuperamos sua formulação na década de 1980, e a situamos no contexto atual para compreender em que medida a pandemia reforça a necessidade de implementação das lições e propostas do desenvolvimento sustentável para superação dos desafios do presente.

Introdução

Se por um lado a pandemia de COVID-19 pegou muitas pessoas despreparadas, não podemos afirmar que os riscos do desenvolvimento em curso no mundo não vêm sendo denunciados há décadas. Não é preciso saber o que significa Antropoceno² para sentir os efeitos destrutivos da espécie humana no planeta Terra. O alerta global da crise climática foi feito diversas vezes, embora muitos talvez não o tenham escutado. Será que agora ficará mais difícil negá-lo ou atribuí-lo a um futuro distante? O que a pandemia revela, reforça e transforma? Podemos considerar este momento uma inflexão no projeto de desenvolvimento em curso há quase um século? São algumas dessas questões que trataremos aqui.

¹ Pesquisadora do Observatório da Diversidade Cultural (ODC). E-mail: luanavilutis@gmail.com

² Era geológica conformada pela ação do homem no planeta, na qual as alterações provocadas em seu funcionamento são resultantes de modificações antrópicas e não por processos biogeofísicos.

Teremos como ponto de partida a concepção de desenvolvimento sustentável, para recuperar sua proposição e perspectiva desde a década de 1980 e, assim, poder situá-la no contexto atual, identificando sua relação com a pandemia. Ela trata de uma leitura do desenvolvimento para além do PIB e da acumulação de riquezas e renda. Nessa perspectiva, não é só o crescimento econômico que interessa, mas as dimensões ambientais, sociais, culturais e políticas são igualmente necessárias para que seja possível viver sem comprometer a reprodução da vida de modo geral.

Outro ponto de partida conectado a esse diz respeito ao caráter multidimensional da crise atual, ela tampouco é somente econômica ou sanitária, mas ambiental, política, cultural e social. Em suma, trata-se de uma crise civilizatória que não começou com a pandemia, ela veio para agravar limites e contradições mais profundas de nossa sociedade e do projeto de desenvolvimento em curso. Nos interessa compreender em que medida a pandemia reforça a necessidade de implementação das lições e propostas do desenvolvimento sustentável para superação dos desafios do presente.

Desenvolvimento sustentável: passado, presente e futuro

O conceito de desenvolvimento sustentável foi amplamente difundido na década de 1980 a partir da criação da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas e de seus relatórios, como o *Nosso Futuro Comum*. Esse documento de 1987, também conhecido como *Relatório Brundtland*, critica o modelo de desenvolvimento adotado pelos países industrializados e reproduzido pelas nações em desenvolvimento, reforçando que os padrões de produção e consumo não podem ser fundamentados na devastação da natureza e na exploração indiscriminada, excessiva e sem controle dos bens naturais.

O documento avança na concepção de desenvolvimento sustentável ao apontar para a necessidade de uma transformação cultural e de responsabilização compartilhada pelo impacto gerado pelo crescimento econômico. Esse compartilhamento corresponde às diferentes gerações impactadas pelo desenvolvimento, bem como aos diversos atores envolvidos: Estados, iniciativa privada e sociedade civil, e também diz

respeito à pluralidade de países responsáveis, desenvolvidos e em desenvolvimento, com suas variadas organizações sociais e econômicas.

Como o próprio nome do documento revela, a preocupação existente desde aquela época era garantir às gerações futuras a possibilidade de satisfação de suas necessidades. A concepção de desenvolvimento sustentável que o Relatório afirma reside justamente nessa preocupação e nesse cuidado. Ao conceber o desenvolvimento sustentável como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 46), o Relatório *Nosso Futuro Comum* lança o compromisso e a necessidade de operar uma mudança de postura ética para garantir, no presente, a possibilidade de crescimento e desenvolvimento.

Esse “duplo postulado ético de solidariedade”, como afirmou Sachs (2005, p. 156), ao considerar a solidariedade sincrônica com as gerações presentes, e a solidariedade diacrônica com as gerações futuras, está mais atual do que nunca. Qualquer semelhança com os argumentos que impulsionaram mobilizações sociais da contemporaneidade como *Fridays For Future*³ e inspiraram lemas difundidos amplamente em diversos países como Não existe Planeta B, não é mera semelhança. A preocupação em existir um planeta habitável para as gerações futuras se tornou tão grave e urgente que situações críticas como a pandemia impõem o questionamento imediato se temos um planeta habitável para a geração presente, para a noite do dia de hoje.

A solidariedade intergeracional que integra a noção de desenvolvimento sustentável tem implícita a perspectiva de equidade social entre gerações e também de equidade em cada geração. O aspecto da equidade é fundamental para a sustentabilidade, pois concebê-la apenas através da igualdade não é suficiente para superar as assimetrias existentes. Para vencer iniquidades e preservar a diversidade sociobiocultural, é necessário reconhecer as diferenças e não descaracterizá-las, o que significa que não podemos tratar igual os diferentes. Trata-se de um crescimento economicamente regulado e ambientalmente prudente, com distribuição,

³ *Sextas-feiras pelo Futuro* é um movimento popular iniciado pela sueca Greta Thunberg em 2018 com protestos contra a inércia do Parlamento de seu país em relação à contenção das mudanças climáticas. A partir disso, teve início uma mobilização global de estudantes por um futuro climático seguro, em 2019 foi organizada uma greve mundial de estudantes com a participação de mais de 100 países e se articulou também um movimento de familiares em apoio aos jovens e às suas demandas, o Parents for Future.

justiça social e respeito à condicionalidade ecológica, orientado pela superação das desigualdades entre os países e pela promoção da diversidade dentro dos países.

Pandemia, desigualdades e privações

Para que haja uma efetiva diminuição dos impactos das políticas de desenvolvimento em curso há décadas no mundo, é preciso rever o acesso a recursos e a distribuição de custos e benefícios em defesa da igualdade de oportunidades e da liberdade de escolha. Ao conceber o desenvolvimento como liberdade, Amartya Sen (2000) a elege como indicador de êxito ou fracasso do desenvolvimento. Segundo essa concepção, a liberdade como elemento constitutivo básico do desenvolvimento é responsável pela expansão das capacidades humanas, pelo aumento das possibilidades de as pessoas viverem o tipo de vida que valorizam, alcançarem os resultados que desejam, poderem cuidar de si e influenciar no mundo.

Essas formas de privação de liberdade foram reforçadas na pandemia, o que por sua vez exacerbou contradições, desigualdades e outras insustentabilidades que não são apenas ambientais, nem econômicas, mas dizem respeito à crise civilizatória mais profunda em que estamos inseridos como sociedade. A crise sanitária trouxe à tona um conjunto de outras crises que a antecedem e correspondem a limites do modelo de desenvolvimento predatório, extrativista e acumulativo adotado no mundo. No Brasil, somamos a esse limiar uma crise política profunda, evidenciada pela necropolítica em curso. No mundo, basta ler qualquer relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPPC)⁴ para conhecer a origem e os riscos das mudanças climáticas, bem como compreender a necessidade urgente de mitigar seus impactos – o que implica mudar hábitos, rever posturas éticas e se engajar em transformações sociais e culturais mais profundas.

Se a COVID-19 pode ser considerada uma pandemia democrática ao atacar corpos humanos independentemente de sua classe social, a possibilidade de tratamento e de sobrevivência após o contágio é profundamente desigual, perversa e antidemocrática. A privação de direitos básicos, como acesso à água, ao sistema público de saúde, à proteção

4 The Intergovernmental Panel on Climate Change: <https://www.ipcc.ch/>

social e à moradia – para citar apenas algumas restrições – são cruciais na sobrevivência humana ao vírus.

Pesquisa do Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde (NOIS) da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro revela como a pandemia reforçou as assimetrias causadas pela desigualdade social em que vivemos. Com uma amostra de 29.933 casos considerados encerrados (com desfecho de recuperação ou óbito), a pesquisa revelou que a diferença de óbitos entre os pacientes brancos e os pretos e pardos infectados foi de mais de 17%. Enquanto 54,78% dos pacientes pretos e pardos vieram a óbito, esse percentual dentre os pacientes brancos foi de 37,93%. A diferença se mantém em todas as faixas etárias. A letalidade da doença frente à população negra supera a branca em todos os indicadores. A pandemia reforça ainda mais as assimetrias e desigualdades existentes na sociedade.

O descaso do governo federal com os povos indígenas é assombroso e alarmante. Situações críticas no Brasil não nos permitem enquadrá-las em um contexto de omissão do Estado, mas sim de iniciativas que aumentam ainda mais a vulnerabilidade da população indígena, negando-lhes direitos e permitindo o aumento da grilagem e do garimpo em suas terras. Casos de transmissão do vírus por profissionais de saúde se repetem nas aldeias, bem como também acontece com frequência o contágio de indígenas ao buscarem auxílio emergencial nas cidades⁵. Como a população idosa é a mais afetada pelo contágio, a difusão da COVID-19 tem provocado a morte de anciões, detentores de conhecimentos ancestrais, mestres de saberes, guardiões das florestas, guias de gerações mais novas com ensinamentos, histórias, rezas e curas. Com a pandemia o Brasil perdeu guardiãs de sementes, rezadeiras, caciques, ilustradores, legados vivos de lutas e resistências, memórias vivas de cosmovisões. São narrativas silenciadas, histórias apagadas, bibliotecas incendiadas, cantos perdidos, conhecimento invisibilizado num processo que se repete desde 1500 e é profundamente injusto.

Esses aspectos reforçam o que foi constatado desde a Segunda Guerra Mundial: não é possível pensar o desenvolvimento apenas a partir da perspectiva economicista. E para que isso se torne uma prática efetiva,

⁵ Essas e outras ações comprometedoras do Governo Federal junto às populações indígenas durante a pandemia podem ser acessadas na linha do tempo elaborada pelo Instituto Socioambiental. Disponível em <https://cdn.knightlab.com/libs/timeline3/latest/embed/index.html?source=IPOkjlhCDRzQwpCTpNHinW5PPDn5nVFcAQKXxj0w6aE&font=Bevan-PontanoSans&lang=pt-br&initial_zoom=2&height=650>. Acesso em: 20 jul. 2020.

é preciso haver atuação do Estado e das empresas, ou seja, é preciso políticas públicas e investimentos privados, além de engajamento social. A pandemia reeditou o debate Economia x Vida, onde o lema *business as usual* revelou mais uma vez seus limites, agora com mortes expressivas da população. Esse debate reforçou a polarização da sociedade e recolocou a questão de prioridades para o Estado, a indústria e o setor comercial. Para a população em geral, restaram poucas opções. Quem não tem o privilégio de praticar o isolamento social, enfrentou o dilema entre os riscos do desemprego e da contaminação, considerando os agravantes da fome e da morte que muitas vezes decorrem e resultam dessas “falsas opções”.

No contexto da pandemia, salvar a economia ao invés de salvar vidas já se mostrou uma estratégia falida. A abertura de shoppings em algumas capitais está longe de trazer solução para a crise econômica. A queda no faturamento das lojas após a reabertura chega à marca de 90% em relação ao período pré-pandemia, o que faz pensar que mesmo em atividade, não será vantajoso manter a loja funcionando devido ao alto valor de pagamento do aluguel e às baixas vendas. Há outros países que retomaram suas atividades após o *lockdown* e devido à nova onda de contágio precisaram fazer novo fechamento, sem reabilitar a economia.

“Vivemos um entreacto com orquestra”⁶

Assim como o projeto de desenvolvimento pautado pelo crescimento econômico já deu demonstrações inequívocas de fracasso, a dinâmica de acumulação predadora de capital fictício também se mostrou insustentável. Entretanto, ainda não foi possível implementar caminhos contra-hegemônicos em massa. Vivemos um período histórico com diversas experiências alternativas, iniciativas locais, comunitárias e territoriais que operam outras lógicas e muitas vezes são organizadas em rede, experimentando na prática os preceitos do desenvolvimento sustentável. Na inflexão instalada pela pandemia, é importante destacar algumas dessas características.

Ao aliar o imperativo da sustentabilidade ao desenvolvimento fica evidente seu caráter multidimensional. Além da perspectiva de equidade social mencionada anteriormente, o desenvolvimento sustentável também

⁶ PESSOA, 2006, p. 332.

sinaliza a importância de combinar diferentes lógicas econômicas: a mercantil com a economia de proximidade, associada ainda à dinâmica redistributiva operada por meio do acesso a recursos públicos. A economia solidária, em uma concepção plural, articula essas diferentes lógicas econômicas por meio de iniciativas em rede, orientadas pela reciprocidade e pela confiança, pautadas pela ajuda mútua e por doações.

Com a pandemia, uma série de ações solidárias foram mobilizadas, doações e campanhas foram organizadas massivamente, houve redução de valores de cobranças como aluguéis, tolerância maior por atrasos e endividamentos, flexibilização maior em negociações, dentre outras iniciativas. A pandemia acionou relações de empatia e alteridade, assim como foram estimuladas relações econômicas por proximidade, reveladas na preferência por efetuar compras nos mercadinhos de bairro ao invés de ir aos hipermercados transnacionais, dentre outras iniciativas. Essa economia por proximidade promove a sustentabilidade social e econômica do território ao mobilizar circuitos de produção e consumo locais. Estes, por sua vez, estimulam maior distribuição de renda nos bairros e fazem com que a riqueza circule no território, proporcionando um desenvolvimento mais sustentado localmente baseado em relações sociais de maior confiança.

Em termos ambientais, a pandemia evidenciou o impacto individual e coletivo das pessoas no planeta, seja mediante a percepção da redução da poluição sonora e do ar em grandes cidades, seja pelo aumento da presença de animais em áreas urbanas, dentre outros contextos. O impacto ambiental de alguns hábitos também pode ter sido percebido mais fortemente na pandemia por meio do questionamento relativo à produção e destinação de resíduos, ou ainda a partir de uma dedução lógica existente entre o consumo de carne animal, a expansão das fronteiras agrícolas e o impacto disso no surgimento do Coronavírus.

Ao mesmo tempo em que o contexto da pandemia mobiliza ações solidárias, estimula a empatia e a alteridade, e impulsiona questionamentos relativos a hábitos culturais de consumo, uso do tempo, produção e destinação de resíduos, manejo de recursos ambientais, construção de relações sociais, dentre outros. É inegável que também exista o outro lado da moeda. Como qualquer processo de transformação social e cultural, quando há avanços de um lado, há reflexos e refluxos de outro. O

negacionismo e a polarização ganharam força neste período, o racismo estrutural foi acentuado e os valores egoístas de privilégios de classe foram evidenciados. É nessa tensão e contradição onde reside a brecha possível de incidência para alargamento da transformação de valores.

Já que os limites do projeto de desenvolvimento em curso vêm sendo expostos repetidamente há décadas e as crises em curso não são novas, o que a pandemia pode nos revelar? Ela reforça que a mudança é necessária e urgente, mas mais do que isso, a pandemia a revela possível. A pandemia reposiciona a condição de agente dos indivíduos e reforça seu caráter público, de sujeito político, participante ativo, propositor e executor de ações de mitigação de impactos, de conscientização e transformação social. Esse é o caráter cultural da sustentabilidade, a possibilidade de autonomia e autodeterminação sendo exercida como parte de um processo maior de incidência na estrutura de poder. A partir do momento em que há um isolamento social dessa magnitude e ocorre um retiro global, muitas transformações são acionadas. Talvez a principal delas seja perceber que é possível suspender – mesmo que temporariamente – o ritmo de produção e reprodução da vida e operar seu direcionamento para práticas mais integradoras, justas e democráticas que permitam construir um presente sustentável para haver um futuro comum.

REFERÊNCIAS

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4245128/mod_resource/content/3/Nosso%20Futuro%20Comum.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. **A Via Sustentável-Solidária no Desenvolvimento Local**. Revista Organizações & Sociedade, Salvador, v. 15, n. 45. p. 219-232, abr./jun., 2008. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/10961>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

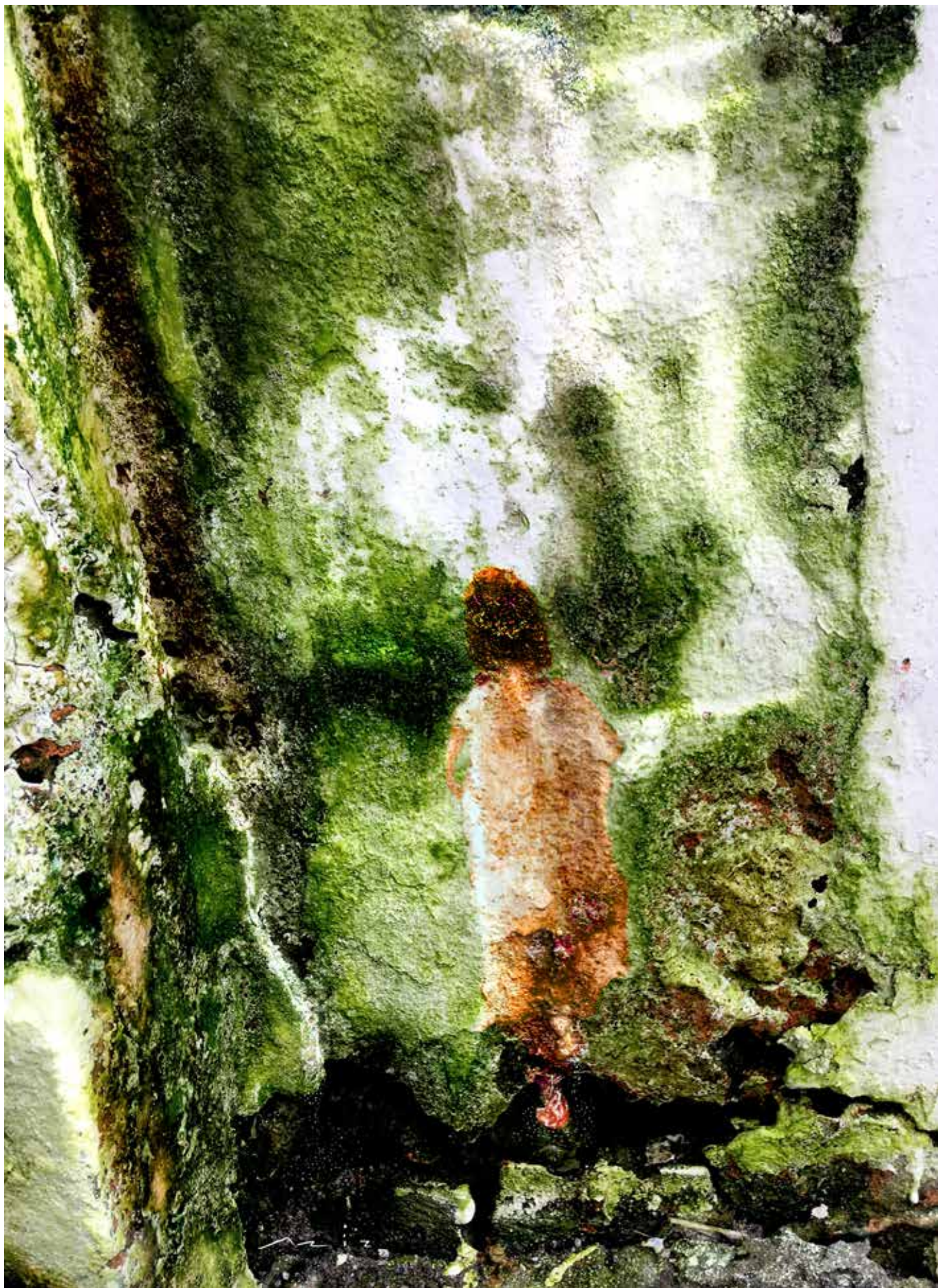
NÚCLEO DE OPERAÇÕES E INTELIGÊNCIA EM SAÚDE (NOIS). **Nota Técnica 11 – Análise socioeconômica da taxa de letalidade da Covid-19 no Brasil.** Rio de Janeiro, 27 maio 2020. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1tSU7mV4OPnLRFMMY47JIXZgzkklvkydO/view>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

PESSOA, Fernando. **O livro do desassossego.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento e cultura. Desenvolvimento da cultura. Cultura do desenvolvimento. In: **Organizações & Sociedade**, Salvador, v.12, n.33, p.151-165, abr./jun. 2005. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/10782/7730>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

SANTOS, Márcia Pereira Alves dos et al. **População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde.** Estudos Avançados. 2020, vol. 34, n. 99, pp.225-244. São Paulo, maio/julho 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142020000200225&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 jul. 2020.

SEN, Amartya. A perspectiva da liberdade. In: SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.



BRUNO COELHO AZIZ LIMA
Menina
37 x 51 cm
fotografia com interferência digital (parede com limo)
Salvador, 2020

A PRIMEIRA A PARAR E A ÚLTIMA A VOLTAR? PESQUISANDO OS IMPACTOS DA COVID-19 NA ECONOMIA CRIATIVA – UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

**Daniele Canedo¹, Carlos Paiva², Carmen Lima³, Carlos Magno Guerra⁴,
Elizabeth Ponte⁵, Leonardo Costa⁶, Luiz Gustavo Campos⁷, Mércia
Queiroz⁸, Raissa Caldas⁹, Renata Rocha¹⁰, Rosimeri Carvalho¹¹, Luciana
Guilherme¹², João Guerreiro¹³**

RESUMO

Em março de 2020, os pesquisadores do Observatório da Economia Criativa da Bahia (OBEC-BA) iniciaram a pesquisa sobre as consequências da crise sanitária para os setores artísticos, culturais e criativos no Brasil. Esta foi a primeira pesquisa nacional com esse formato e propósito, inspirada em estudos internacionais. Os dados foram coletados entre os dias 27 de março e 22 de julho, obtendo-se 2.692 respostas, sendo 1.695 de indivíduos e 996 de organizações. Os resultados mostram, entre outros, o curto prazo da capacidade de manutenção dos agentes culturais, a percepção de longa duração das consequências da crise, as estratégias de enfrentamento desenvolvidas e as sugestões de medidas para recuperação dos setores.

1 Docente e pesquisadora Cecult - UFRB / Coordenadora do OBEC-BA. E-mail: danielcanedo@ufrb.edu.br

2 Pesquisador e gestor público FUNCEB/SECULT. E-mail: cpaiva.cultura@gmail.com

3 Docente e pesquisadora UNEB. E-mail: carmen.lima20@gmail.com

4 Docente e pesquisador UNEB/ Doutorando NPGA/UFBA. E-mail: cmagnodiniz1@gmail.com

5 Pesquisadora e gestora cultural. E-mail: pontebeth@gmail.com

6 Docente e pesquisador FACOM/UFBA. E-mail: leocosta@ufba.br

7 Mestrando PÓS-CULTURA/UFBA. E-mail: lugsca@gmail.com

8 Doutoranda PÓS-CULTURA/UFBA; FUNCEB/SECULT. E-mail: melaquinoqz@gmail.com

9 Mestranda PÓS-CULTURA/UFBA. E-mail: rahissacaldas@gmail.com

10 Docente e pesquisadora FACOM/UFBA. E-mail: renatatrocha@ufba.br

11 Docente e pesquisadora UFRGS. E-mail: rosimeri.carvalho@ufrgs.br

12 Docente e pesquisadora ESPM/RJ. E-mail: luciana.guilherme@espm.br

13 Docente e pesquisador IFRJ. E-mail: joao.mendes@ifrj.edu.br

Pesquisar a cultura no meio da crise? O contexto

No Brasil, no que compete às políticas públicas para a cultura no âmbito federal, é possível afirmar que a crise nos setores artísticos, culturais e criativos precede a pandemia do novo Coronavírus. Desde 2015, o orçamento do Ministério da Cultura vinha diminuindo e a Emenda Constitucional n.º 95, conhecida como a PEC do teto de gastos públicos, apontava para um achatamento ainda maior (BRANT, 2018). Adicionalmente, a partir do governo Temer foram realizadas sucessivas reformas administrativas que reduziram a estrutura do órgão, culminando em sua transformação na Secretaria Especial de Cultura, no início do governo Bolsonaro. A nova secretaria tem vivenciado um período de instabilidade com alta rotatividade de gestores e sem quaisquer políticas de repercussão nacional. Somam-se a isso o contingenciamento dos recursos do Fundo Nacional de Cultura e o fato de que as políticas culturais de fomento foram alvo de campanhas difamatórias, com tentativas de criminalização resultando, inclusive, na instauração de CPI. Infelizmente, tal contexto tem repercutido nos âmbitos estadual e municipal, resultando no enfraquecimento de suas estruturas de gestão da cultura.

É nesta conjuntura que os setores criativos foram atingidos, em 2020, pela crise sanitária internacional. Os decretos proibindo aglomerações e as recomendações de isolamento social provocaram uma súbita e substancial perda de oportunidades de receita decorrente do fechamento de teatros, museus, cinemas, centros culturais e do cancelamento/adiamento de vários eventos públicos, apresentações e produções. Tais setores, em geral, estão entre os primeiros que sentiram os impactos da crise sanitária e, provavelmente, estarão entre os últimos a retornarem às atividades no mundo pós-pandemia.

A crise motivou a realização de pesquisas, ao redor do mundo, com o objetivo de mensurar os impactos das medidas de contenção do vírus para os setores da chamada economia criativa. No Brasil, o Observatório da Economia Criativa da Bahia (OBEC-BA), grupo de pesquisa multidisciplinar e interinstitucional, entendeu, logo no início da pandemia, que era urgente criar mecanismos para registrar, monitorar e analisar os efeitos da crise nas artes, na cultura e na economia criativa no país. A pesquisa

“Impactos da COVID-19 na Economia Criativa” foi desenvolvida com este objetivo, em caráter emergencial – em dez dias foram realizadas todas as etapas do processo de desenvolvimento de uma pesquisa: análise de referenciais metodológicos e conceituais; levantamento do estado da arte; desenvolvimento do método e definição dos recortes; além da elaboração dos questionários.

No dia 27 de março, dois modelos de questionários foram disponibilizados para coletar dados, na expectativa de que os resultados pudessem fornecer subsídios para a tomada de decisões nos setores público e privado. Este relato de experiência apresenta as etapas de realização da pesquisa em dois subtópicos, além desta introdução. No primeiro, apresentamos o processo de desenvolvimento da pesquisa. Em seguida, descrevemos a produção dos boletins “Resultados Preliminares”, com resultados parciais da pesquisa, e ressaltamos os principais aprendizados. O objetivo do relato é promover reflexões sobre o levantamento de dados e a geração de conhecimento sobre a economia criativa no Brasil através da pesquisa acadêmica, de modo a contribuir para o aprimoramento de iniciativas na área, tanto do OBEC-BA, como de outros grupos de pesquisa.

Proposição e construção

Tão logo os primeiros decretos proibindo aglomerações foram publicados, uma equipe de dez pessoas do OBEC-BA – composta por docentes e discentes da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), da Universidade Federal da Bahia (UFBA), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), além de pesquisadores independentes e de outras instituições públicas e privadas – decidiu realizar a pesquisa na Bahia. Todavia, no levantamento do estado da arte das pesquisas sobre as consequências da COVID-19 no setor cultural, percebeu-se que havia uma lacuna de iniciativas desse tipo no país e que o instrumento de coleta de dados, que estava em desenvolvimento, poderia servir para analisar os impactos em outros estados da federação, oportunizando a realização de análises comparativas. Foram, então, realizados contatos com pesquisadores de outras localidades visando a estabelecer colaborações acadêmicas. Assim, somaram-se à equipe inicial pesquisadores da Universidade Federal do

Rio Grande do Sul (UFRGS), da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM-Rio), do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) e da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Também foi elaborado um modelo de parceria institucional, enviado para os órgãos de cultura das capitais e dos estados brasileiros. A proposta previa a disponibilização da base de dados e de relatórios com os resultados da pesquisa, com recorte geográfico, de forma gratuita a estados e capitais, solicitando, como contrapartida, apoio na divulgação da pesquisa nas redes artísticas, culturais e criativas de cada região. Os órgãos que realizaram a parceria com a pesquisa foram a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia; a Fundação Gregório de Mattos, da Prefeitura de Salvador; o RS Criativo e a Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul; a Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais; a Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Rio de Janeiro e a Cátedra Unesco de Políticas Culturais e Gestão da Fundação Casa de Rui Barbosa.

A decisão de elaborar dois instrumentos para coletar dados de indivíduos e organizações teve como propósito permitir captar particularidades, mas também viabilizar análises comparativas. A realização do estado da arte evidenciou que, no início da pandemia, a maior parte das pesquisas no Brasil estavam preocupadas em mensurar impactos econômicos, com foco na quantidade de eventos cancelados e nas perdas de receita e renda para o setor. Por meio de reuniões *on-line*, foram discutidos modelos conceituais e metodológicos que ampliam a perspectiva da avaliação de impacto para além da dimensão econômica. O modelo consensuado buscou refletir uma compreensão de cultura que abarca as dimensões social, simbólica e econômica. O questionário está dividido em três partes que procuram identificar:

1. Impacto estimado da COVID-19 - identificação do perfil dos impactados, a proporção das atividades afetadas, a escala de grandeza das perdas financeiras, quais as receitas estão sendo mais impactadas e possíveis choques no mercado de trabalho da economia criativa;

2. Estratégias de enfrentamento - como cada organização e indivíduo está avaliando a crise e se preparando para enfrentar a situação. A pesquisa procura identificar a percepção do setor criativo

e as estratégias que estão sendo acionadas para enfrentar a situação, incluindo necessidades não atendidas;

3. Relações prévias com o poder público - tendo em vista o papel que o poder público tem no fomento à cultura nacional e no enfrentamento da crise da COVID-19, a pesquisa procura mapear, de forma sucinta, a relação dos agentes culturais nos últimos cinco anos, com os três níveis de governo no Brasil, através dos mecanismos de fomento mais tradicionais (apoio direto, incentivo fiscal e crédito) e as relação com instituições estrangeiras.

O questionário passou por duas fases de teste. Primeiro, foi enviado para pesquisadores e agentes culturais experientes que fizeram uma série de recomendações e sugestões. Posteriormente, entre os dias 27 de março e 17 de abril, o questionário foi disponibilizado para o público e recebeu respostas de 392 indivíduos e 255 organizações. A análise dos resultados dos primeiros 22 dias de aplicação contribuiu para a exclusão e a reformulação de algumas questões, de modo a facilitar a coleta e leitura dos dados. No total, a pesquisa ficou disponível entre os dias 27 de março e 22 de julho e recebeu 2.692 contribuições, sendo 1.695 respostas de indivíduos e 996 de organizações.

Resultados parciais e aprendizados do processo

A rápida evolução do cenário pandêmico no Brasil e no mundo, com mudanças cada vez mais rápidas, trouxeram à tona a necessidade da elaboração de documentos prévios ao relatório final que pudessem auxiliar no entendimento dos impactos da pandemia para o setor cultural e na elaboração de medidas de assistência nos estados e municípios do país. Ao longo dos três meses de aplicação da pesquisa, foram produzidos cinco boletins preliminares como forma de exposição dos resultados parciais que puderam ser percebidos ainda no decorrer da coleta de dados. Cada Boletim Preliminar foi produzido com base na escolha de questões que se destacaram ao longo das semanas, apresentando pontos que poderiam ser úteis como fonte de informação sobre a realidade do setor cultural na pandemia.

Nas primeiras quatro edições, foram abordados temas como as características socioeconômicas dos respondentes, os tipos e portes das organizações respondentes, a capacidade de manutenção com a queda na receita, sugestões de medidas para enfrentamento da situação e recuperação dos setores, relações prévias com fomento público e estimativa temporal dos impactos. O Boletim Preliminar 5 foi elaborado como uma edição especial direcionada a Lei n.º 14.017/2020, conhecida como Lei Aldir Blanc, contendo questões que se relacionam mais diretamente com as potencialidades e desafios em sua aplicação. Além da exposição dos dados coletados, nessa edição especial o grupo optou por elaborar recomendações que pudessem auxiliar gestores e agentes culturais na aplicação da lei em seus territórios e municípios. Os cinco boletins foram divulgados amplamente nas redes sociais e estão disponíveis no site do OBEC-BA (obec.ufba.br).

O processo de elaboração e aplicação da pesquisa enfrentou limites e desafios. Uma das primeiras limitações identificadas foi a dificuldade de mensurar impacto em termos absolutos. A economia criativa é um conceito guarda-chuva que abriga setores heterogêneos e com modelos de negócios díspares, com organizações e profissionais com receitas e perdas em escalas muito diversas. Ademais, é preciso ressaltar a histórica carência de dados macro e microeconômicos que sirvam como referência para as análises. Falta consenso quanto aos conceitos e metodologias adotados em estudos oficiais e acadêmicos. Por fim, o desafio basilar é a dificuldade de alguns profissionais e organizações da economia criativa em sistematizar e reportar informações sobre a própria atuação, incluindo dados precisos de receitas e perdas. Faltam registros administrativos, planejamento e previsões e, em alguns casos, também existe receio de revelar estas informações. Somam-se as dificuldades de acesso à internet e a falta de tempo para responder ao questionário, tendo em vista que a maioria dos agentes culturais está buscando formas de garantir o sustento familiar.

O contexto da crise sanitária de 2020 deve ficar registrado como um marco na história global. Assim como em outros setores, os profissionais e as organizações da economia criativa estão sendo desafiados a desenvolver novos procedimentos de gestão; modos de produção; estratégias de

difusão de bens, produtos e serviços; de relacionamento com os públicos e de consumo cultural. Os resultados da pesquisa evidenciaram divergências quanto a algumas percepções presentes no debate público. Em especial, cabe destacar que: o alcance do fomento estatal é menor do que se estima a partir dos debates; existe uma baixa adesão ao associativismo nos setores culturais; e agentes e organizações não estão paralisados, visto que estão investindo em outras frentes, como desenvolvimento de novos bens, produtos e serviços artísticos, culturais e criativos, apesar de terem sido altamente impactados pela suspensão e cancelamento das atividades.

A pesquisa trouxe achados relevantes também em relação às medidas que poderão ajudar a recuperar a economia dos setores artísticos, culturais e criativos. As respostas indicam não apenas a necessidade de apoio financeiro, dado o curto período em que os respondentes poderiam se manter com suas atividades suspensas, mas também a expectativa por parte dos agentes culturais de que órgãos públicos de cultura atuem como consultores técnicos e mediadores na reorganização e adaptação dos setores. Exemplos de iniciativas mencionadas incluem cursos e capacitações, estímulo à criação de novos modelos de negócio, reorganização do calendário de eventos, campanhas de divulgação e valorização da produção e do consumo cultural e medidas regulatórias, como criação de protocolos de saúde pública.

A pergunta sobre estimativa da temporalidade dos impactos foi importante por apresentar como esta percepção foi se alterando ao longo dos meses, acentuando a avaliação de que as consequências da crise serão sentidas para além de 2020. A visão agregada do setor oferece uma perspectiva não personalista, importante para as análises que o momento demanda. Sendo este um tema central para planejamento das políticas públicas de resposta à crise e para as estratégias dos agentes no campo da cultura, os dados ajudaram a ressaltar a importância de medidas de médio e longo prazo.

Por fim, a experiência é um bom exemplo de como atividades de pesquisa podem contribuir para enriquecer o debate público sobre políticas culturais. Em diversas áreas cresce a valorização de políticas públicas baseadas em dados, mas a prática ainda é incipiente, quando não

inexistente no campo da cultura. Diante de tantas incertezas e da escassez de recursos, incorporar esta capacidade no processo de formulação de políticas pode ser fundamental para evitar que a cultura sofra impactos ainda mais devastadores e duradouros e auxiliar os gestores públicos e o processo político a fazer escolhas que melhor beneficiem e fortaleçam o setor.

REFERÊNCIAS

BRANT, J. A morte lenta das políticas federais de cultura. In: ROSSI, Pedro; SWECK, Esther; OLIVEIRA, Ana Luíza M.. **Economia para poucos: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018

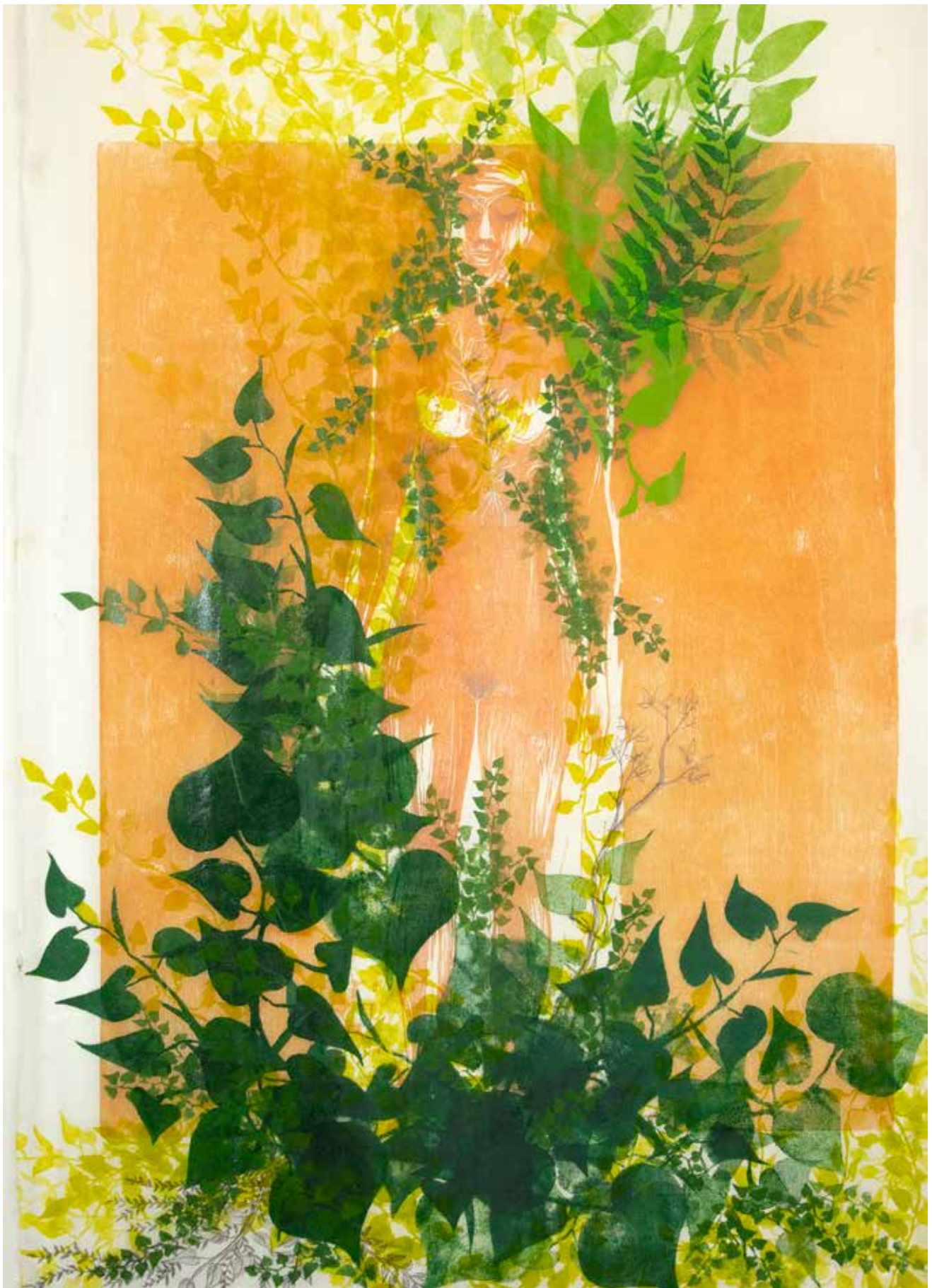
CANEDO, D; LIMA, C.; PONTE, E. ; COSTA, L; CAMPOS, L. G.; QUEIROZ, M.; SOUZA, R. P. T. R. ; PAIVA NETO, C.; GUERRA, C. M.; CALDAS, R; CARVALHO, R. Impactos da COVID-19 na Economia Criativa - **Boletim Resultados Preliminares - Edição 1** 2020a (Boletim periódico de pesquisa).

CANEDO, D; LIMA, C.; PONTE, E. ; COSTA, L; CAMPOS, L. G.; QUEIROZ, M.; SOUZA, R. P. T. R. ; PAIVA NETO, C.; GUERRA, C. M.; CALDAS, R; CARVALHO, R. Impactos da COVID-19 na Economia Criativa - **Boletim Resultados Preliminares - Edição 2** 2020b (Boletim periódico de pesquisa).

CANEDO, D; LIMA, C.; PONTE, E. ; COSTA, L; CAMPOS, L. G.; QUEIROZ, M.; SOUZA, R. P. T. R. ; PAIVA NETO, C.; GUERRA, C. M.; CALDAS, R; CARVALHO, R. Impactos da COVID-19 na Economia Criativa - **Boletim Resultados Preliminares - Edição 3** 2020c (Boletim periódico de pesquisa)

CANEDO, D; LIMA, C.; PONTE, E. ; COSTA, L; CAMPOS, L. G.; QUEIROZ, M.; SOUZA, R. P. T. R. ; PAIVA NETO, C.; GUERRA, C. M.; CALDAS, R; CARVALHO, R. Impactos da COVID-19 na Economia Criativa - **Boletim Resultados Preliminares - Edição 4** 2020d (Boletim periódico de pesquisa).

CANEDO, D; LIMA, C.; PONTE, E. ; COSTA, L.; CAMPOS, L. G.; QUEIROZ, M.; SOUZA, R. P. T. R. ; PAIVA NETO, C.; GUERRA, C. M.; CALDAS, R; CARVALHO, R. Impactos da COVID-19 na Economia Criativa - **Boletim Resultados Preliminares - Edição 5** 2020e (Boletim periódico de pesquisa).



CLEIRI CARDOSO
corpo cultivo (figura 6)
97 x 67 cm
xilogravura, carimbo e desenho
São Paulo, 2020

COTIDIANO NA PANDEMIA, CULTURA E BEM-ESTAR PSICOLÓGICO

Horacio Nelson Hastenreiter Filho¹

Justina Tellechea²

RESUMO

A realidade trazida pelo novo Coronavírus e as incertezas associadas à pandemia têm refletido nas atividades diárias das pessoas, de modo a ressignificar seus hábitos. O presente estudo buscou compreender o cotidiano das pessoas durante o período de distanciamento social, refletindo sobre as variações de práxis, atividades e condições que mais se relacionam ao bem-estar psicológico dos respondentes, reservando um olhar mais atento às atividades culturais. O caráter mais genérico da pesquisa realizada determina a necessidade de pesquisas mais específicas sobre o consumo de cultura enquanto perdurar o distanciamento social e no cenário de volta ao convívio social mais intenso.

1. Introdução

A pandemia de COVID-19, causada pelo novo Coronavírus, já é considerada o evento de maior impacto global após a Segunda Guerra Mundial, conforme apontado pela Organização das Nações Unidas - ONU (2020). No momento em que chegamos à metade do mês de julho do ano de 2020, e conforme notificado pela Organização Mundial da Saúde - OMS (2020), quase 13 milhões de pessoas já foram infectadas, provocando mais de 550 mil mortes, sem considerar as situações de subnotificação. E, mesmo diante de um quadro tão devastador, até então, nenhuma instituição de pesquisa e análise é capaz de prever com exatidão qual será o seu resultado final em termos de perdas humanas, duração do período ou períodos (sim, podem ser vários) de isolamento

¹ Pesquisador do Observatório da Sociedade Pós-pandemia (OSPP). E-mail: hnhfilho@gmail.com

² Pesquisadora do Observatório da Sociedade Pós-pandemia (OSPP). E-mail: justinatellechea@gmail.com

e distanciamento necessários nas diversas partes do mundo, ou ainda, como se (re)configurará o cotidiano das pessoas.

A realidade trazida pelo novo Coronavírus e as perdas humanas causadas têm refletido na nossa percepção de vulnerabilidade, trazendo o receio de que novas pandemias e outros eventos cataclísmicos possam estar à nossa espreita. Passamos a pensar mais na morte e na finitude. Não somente na nossa, a qual, pelo menos nesse plano, é certa, mas na da humanidade, como possibilidade. As questões que emergem são muitas, mas, dentre elas, algumas parecem se destacar: quando *tudo isso* vai acabar? E quando acabar, como será? Nossa vida voltará ao *normal*? Como isso afetará as relações sociais, de trabalho, incluindo as daqueles que não conseguem prover suas próprias condições materiais de sobrevivência? Como sobreviverão e se reinventarão as atividades econômicas, sobretudo aquelas relacionadas à cultura e ao turismo? Como se reconfigurarão os usos do tempo, incluindo o do tempo livre? Como será o lazer das pessoas? E como *tudo isso* repercutirá na nossa condição psicológica?

É com o objetivo de responder a essas questões, bem como outras, sustentadas pelos marcos das políticas públicas, administração pública e gestão social que a Universidade Federal da Bahia (UFBA), a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal de Viçosa (UFV) e a Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), em parceria, decidiram criar o Observatório da Sociedade Pós-Pandêmica (OSPP). A partir de pesquisas e estudos, o OSPP tem o objetivo de promover e divulgar conhecimentos sobre o que esperar do futuro que nos espera. Análises de tendência e avaliações sobre os prováveis e imaginados impactos sociais, econômicos, políticos e comunicacionais são os objetos de investigação.

Neste artigo, procuraremos repercutir os achados de uma pesquisa realizada pelo Observatório na primeira quinzena de junho de 2020. O seu objetivo principal foi compreender o cotidiano das pessoas durante o período de distanciamento social, iniciado na segunda quinzena de março. Será dado destaque aqui aos hábitos, atividades e condições que mais se relacionam ao bem-estar psicológico dos respondentes. Antes, serão apresentados dados gerais sobre a pesquisa, a sua metodologia de aplicação e sobre o nível de bem-estar psicológico observado nos pesquisados. Nas considerações finais, serão destacados os achados relacionados à área da cultura.

2. A pesquisa “O Cotidiano das Pessoas Durante o Isolamento”

A pesquisa “O Cotidiano das Pessoas Durante o Isolamento” foi instrumentalizada com o auxílio da ferramenta de questionários *on-line* *Survey Monkey*, contou com 32 questões, sendo 30 fechadas (múltipla escolha e matriz/escala de avaliação) e duas abertas. As perguntas foram distribuídas em 5 blocos, a saber: (i) Tempo livre; (ii) Tempo dedicado ao trabalho; (iii) Isolamento; (iv) Bem-estar físico e psicológico e (v) Identificação. A partir da plataforma, gerou-se um *link* para o endereço *web* da pesquisa, o qual foi compartilhado pelos membros do Observatório a partir das suas redes sociais e e-mails. O *link* da pesquisa ficou disponível para os respondentes de 26 de maio a 8 de junho de 2020, duas semanas, obtendo um total de 2.839 (duas mil, oitocentos e trinta e nove) respostas. Entre os principais itens de observação abrangidos pela pesquisa destacam-se o uso do tempo livre durante o isolamento, as compras e gastos, as maiores faltas/perdas trazidas pela pandemia e o sentimento de risco associado à pandemia. As análises presentes neste artigo concentram-se no cruzamento de dados do bloco de “Bem-estar físico e psicológico” com variáveis presentes nos demais blocos.

3. Bem-estar psicológico dos respondentes e aspectos correlatos

Para identificação do bem-estar psicológico, além da autodeclaração direta dos respondentes sobre esse sentimento, avaliou-se algumas variáveis que, mais direta ou indiretamente, são manifestações da ausência desse bem-estar. Para tal, foram apresentadas as variáveis e solicitado aos respondentes que utilizassem os valores da escala de 1 a 5 (1 – Muito menor, 2 – Um pouco menor, 3 – Igual, 4 – Um pouco maior e 5 – Muito maior) para comparar a situação no momento da resposta ao questionário com a situação experimentada antes do início da pandemia. O Quadro 01, a seguir, apresenta as médias para as 2.189 respostas, as quais evidenciam o efeito perverso da pandemia sobre os sentimentos de bem-estar dos respondentes.

Quadro 01 – Avaliação das variáveis relacionadas ao bem-estar psicológico

Variáveis	Média
Sentimento de ansiedade	4,04
Sentimento de estresse	3,91
Sentimento de desamparo/tristeza	3,83
Sentimento de tédio	3,79
Sentimento de raiva/agressividade	3,28
Sentimento geral de bem-estar psicológico	2,28

Fonte: Elaborado pelos autores, 2020

É perceptível, portanto, a partir dos valores médios obtidos, que há um crescimento dos sentimentos de ansiedade, estresse, desamparo/tristeza, tédio e raiva/agressividade. Coerentemente, essas manifestações relacionam-se a uma redução no sentimento geral de bem-estar psicológico.

4. Fatores intervenientes no bem-estar psicológico

No segundo bloco, realizou-se a análise cruzada do bem-estar psicológico com os demais principais grupos de questões, assumindo esse bem-estar como variável a ser explicada, enquanto as demais variáveis assumem o papel de variáveis explicativas. Nas análises, comparou-se as médias daqueles que responderam que estão com o sentimento de maior bem-estar psicológico (um pouco maior ou muito maior) com as dos respondentes que estão com o sentimento de menor bem-estar psicológico (um pouco menor ou muito menor) após o início da pandemia. Em todos os casos, realizou-se o teste t^3 para a diferença entre médias ou o teste z^4 para a diferença entre proporções e destacou-se, em azul, nos quadros correlatos, os itens para os quais são observadas diferenças significativas entre os dois grupos (maior e menor bem-estar), ao nível de significância de 5%.

3 É um teste de hipótese que usa conceitos estatísticos para rejeitar ou não uma hipótese nula quando a estatística de teste (t) segue uma distribuição t de Student. Teste t pode ser conduzido para: (i) Comparar uma amostra com uma população; (ii) Comparar duas amostras pareadas e; (iii) Comparar duas amostras independentes (LOPES, LEINIOSKI e CECCON, 2015).

4 De acordo com o Minitab (2020), o teste Z é um teste de hipótese baseado na estatística Z, que segue a distribuição normal padrão sob a hipótese nula. É usada aqui para testar diferenças entre proporções.

4.1. Uso do tempo livre e relação com o bem-estar psicológico

Quadro 02 – Comparação do uso do tempo livre entre grupos com maior (4 e 5) e pior sentimento de bem-estar psicológico (1 e 2)

Itens	Maior	Menor	Diferença
Descanso/ relaxamento	3,63	3,03	0,6
Atividades físicas/ esportes	2,45	2	0,45
Atividades artísticas	3,2	2,75	0,45
Cursos não profissionalizantes	3,34	2,98	0,36
Leitura	3,39	3,11	0,28
Jardinagem/cultivo de alimentos	3,32	3,06	0,26
Práticas religiosas/espiritualidade	3,31	3,17	0,14
Reuniões/encontros sociais	1,52	1,41	0,11
Filmes/ séries	3,49	3,53	-0,04
Culinária	3,99	4,07	-0,08
Noticiário televisivo	3,19	3,32	-0,13
Mídias sociais	3,63	3,88	-0,25

Fonte: Elaborado pelos autores, 2020

Observa-se, nessa questão, entre as atividades com diferenças significativas entre os dois grupos (maior e menor bem-estar), aquelas que envolvem ou provocam o maior relaxamento mental, como o próprio descanso/relaxamento, as atividades físicas e artísticas. São, ainda, formas de utilização de tempo livre que diferenciam aqueles que estão com sentimento maior de bem-estar daqueles que estão com pior sentimento de bem-estar psicológico após o isolamento, os cursos não profissionalizantes, a leitura e a jardinagem/cultivo de alimentos. Observa-se, ainda, no sentido inverso, que o uso das mídias sociais é mais intenso entre membros do grupo que teve uma piora no bem-estar psicológico, possivelmente por estarem mais expostos às notícias e discussões sobre a pandemia, as quais requerem parcimônia, como publicamente recomendado por terapeutas e profissionais relacionados ao estudo do bem-estar psicológico. Para os demais itens avaliados, inclusive assistir filmes e séries, as diferenças não são expressivas entre os dois grupos ao nível de significância de 5%.

4.2. Compras e gastos e relação com o bem-estar psicológico

Quadro03 – Comparação entre grupos com maior (4 e 5) e pior sentimento de bem-estar psicológico (1 e 2) compras e gastos

Itens	Maior	Menor	Diferença
Livros	2,9	2,68	0,22
Serviços/produtos religiosos/espiritualidade	2,95	2,8	0,15
Eletrodomésticos / eletrônicos	2,16	2,02	0,14
Cosméticos / serviços de beleza	1,92	1,87	0,05
Roupas / calçados	1,49	1,45	0,04
Restaurantes / refeições delivery	2,61	2,6	0,01
Filmes/séries/streaming (Ex: Netflix, Globo Play)	3,51	3,53	-0,02
Serviços/produtos eróticos	2,39	2,49	-0,1
Itens alimentícios / limpeza / higiene	3,8	3,96	-0,16
Remédios	2,83	3,08	-0,25

Fonte: Elaborado pelos autores, 2020

Há diferenças muito discretas nas compras e gastos entre os que estão com maior e menor sentimento de bem-estar psicológico. Os itens para os quais foram observadas diferenças significativas foram os livros, indicando maior presença do hábito de leitura (favorecido pelo isolamento) entre os que manifestam maior bem-estar psicológico, e os remédios, que demandam gastos maiores daqueles que tiveram piora no bem-estar psicológico. A compra de filmes/séries e a contratação de serviços de *streaming* aumentaram de forma bastante semelhante nos dois grupos.

4.3. O que mais faz falta na pandemia e a relação com o bem-estar psicológico

Quadro04 – Comparação entre grupos com maior (4 e 5) e pior sentimento de bem-estar psicológico (1 e 2) o que mais faz falta na pandemia

Itens	Maior	Menor	Diferença
Contato com familiares	29,82	28,6	1,22
Contato com amigos	20,08	25,66	-5,58
Trabalho	10,63	7,52	3,11
Lazer (incluindo eventos culturais e esportivos)	19,69	18,53	1,16
Atividade física	12,6	10,7	1,9
Estudo	0,39	2,64	-2,25

Fonte: Elaborado pelos autores, 2020

Os itens que apresentaram diferenças, a 5% de significância, entre os dois grupos foram o “contato com os amigos” e o “trabalho”. Aqueles com menor bem-estar psicológico apresentam uma proporção maior de “contato com os amigos” como o item que mais sentem falta durante a pandemia. No entanto, é igualmente significativa a proporção maior do sentimento de falta do trabalho pelo grupo com maior sentimento de bem-estar. É possível que essas diferenças possam estar relacionadas à centralidade de aspectos da vida, envolvendo questões como a amizade e o trabalho e como essas diferem em centralidade para determinados perfis de pessoas. Uma vez que a maior parte dos respondentes continua trabalhando, em alguma medida, é natural inferir que o trabalho tem sido menos impactado que a relação com os amigos pelas medidas de distanciamento. Entre aqueles que mais se ressentem das atividades de lazer, incluindo eventos culturais e esportivos, não há diferença expressiva relacionada ao bem-estar psicológico.

4.4. Sentimento de risco associado à pandemia

Quadro 05 – Comparação entre grupos com maior (4 e 5) e pior sentimento de bem-estar psicológico (1 e 2) sentimento de risco associado à pandemia

Risco Alto ou Muito Alto	Maior	Menor	Diferença
Exposição ao risco de contágio	14,23%	20,88%	-6,65%
Riscos de familiares próximos em função de doenças pré-existentes	37,40%	43,60%	-6,20%
Risco individual em função de doenças pré-existentes	15,75%	18,23%	-2,48%
Sentimento geral de ameaça	35,04%	53,88%	-18,84%

Fonte: Elaborado pelos autores, 2020

Para todos os itens avaliados, há diferenças entre os dois grupos, para a significância de 5%. O sentimento de risco é, como se percebe, significativamente maior para aqueles que possuem menor bem-estar psicológico para as variáveis “exposição ao risco de contágio”, “familiares com doenças pré-existentes”, “doenças próprias pré-existentes” e

“sentimento geral de ameaça”. Essa última com *p-value* praticamente igual a zero. De todos os grupos de variáveis estudados, esse foi o que apresentou maior poder de discriminar aqueles que melhoraram e pioraram o bem-estar psicológico após a pandemia. Nesse caso, parece claro que, além dos efeitos do isolamento, a tensão trazida pela maior ameaça representada pela pandemia, manifestada pelo grupo com piora no bem-estar psicológico, ajuda a justificá-la.

5. Considerações finais e intersecções com a área cultural

Ainda que a pesquisa não tivesse um foco específico na área cultural, alguns achados relacionados a esse campo podem ser destacados. O primeiro deles é que o sentimento de risco e a falta de contato com amigos, por exemplo, têm maior poder de explicar a variação no bem-estar psicológico que as variáveis relacionadas à cultura.

O hábito da leitura, no entanto, identificado no uso do tempo/livre para esse fim e na maior compra de livros é mais arraigado entre aqueles com maior bem-estar psicológico. Além disso, os que apresentam maior bem-estar apresentam uma média 16% superior no exercício de atividades artísticas em relação ao grupo de menor bem-estar psicológico.

Por outro lado, o consumo de filmes e séries mostrou-se equivalente nos grupos de maior bem-estar psicológico, assim como a proporção dos que apontam as atividades de lazer, incluindo atividades culturais e esportivas, como a maior lacuna trazida pelo isolamento/distanciamento social. Muitos dos consumidores de produtos culturais associados à indústria cinematográfica possuem vínculos específicos com o espaço físico cinema como forma de consumo. A falta do ambiente próprio para assistir filmes distancia-se da experiência anterior à pandemia. Excetuando-se a leitura que se mantém, como experiência de consumo, inalterada pelo isolamento, qualquer outra experiência é bastante distinta. As atividades culturais são, por essência e natureza, atividades sociais e, nesse sentido, encontram-se extremamente comprometidas pela necessidade de distanciamento. Esse comprometimento não se refere apenas à forma de fruição cultural diante do isolamento social, mas também à necessidade imposta de ressignificação da produção cultural em seus diversos segmentos e setores,

evidenciando a necessidade de instrumentalização dos profissionais da área perante as novas políticas públicas que surgem nesse contexto.

O OSPP, entre as suas próximas pesquisas, deverá buscar compreender como a oferta de produtos culturais poderá se adequar a um período pré-vacina ou anterior a uma solução mais definitiva para a pandemia em curso. Soluções como *drive-ins* para shows e cinema estão em curso e vêm repercutindo positivamente em tempos de distanciamento obrigatório. No entanto, é de extrema relevância para o setor compreender com mais clareza se o represamento das atividades culturais no momento atual repercutirá num *boom* quando o contato social estiver com menos restrições, ou se a forma como nos relacionaremos futuramente com as atividades culturais precisará de reinvenção.

REFERÊNCIAS

LOPES, Aline Cristina Berbet; LEINIOSKI, Amanda da Cruz; CECCON, Larissa.

Testes t para comparação de médias de dois grupos independentes.

Universidade Federal do Paraná – UFPR, 2015. Disponível em:

<http://www.leg.ufpr.br/lib/exe/fetch.php/disciplinas:ce001:bioestatistica_testes_t_para_comparacao_de_medias_de_dois.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2020.

MINITAB. **Teste de Médias:** O que é um teste Z?. 2020. Disponível em: <<https://support.minitab.com/pt-br/minitab/19/help-and-how-to/statistics/basic-statistics/supporting-topics/tests-of-means/what-is-a-z-test/>>.

Acesso em: 28 jul. 2020.

OMS, Organização Mundial da Saúde. Painel da Doença de Coronavírus da OMS (COVID-19). In: ONU (Genebra). Organização Mundial da Saúde (ed.).

WHO Coronavirus Disease (COVID-19) Dashboard. Genebra: OMS, 13 jul.

2020. Disponível em: <<https://covid19.who.int/>>. Acesso em: 13 jul. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU (Genebra). UNCTAD (ed.). **ONU pede pacote de US\$2,5 trilhões para países em desenvolvimento superarem crise do coronavírus.** Genebra: UNCTAD, 30 mar. 2020. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/onu-pede-pacote-de-us25-trilhoes-para-paises-em-desenvolvimento-superarem-crise-do-coronavirus/>>. Acesso em: 4 jul. 2020.

JULIANA MORAES
Sem Título
20 x 20 cm
gravura digital
Salvador, 2020



RESPOSTA DA UNESCO À PANDEMIA DE COVID-19

Gilelle Dupin¹

RESUMO

A UNESCO reconhece o grande impacto da epidemia de COVID-19 na área cultural e convida os países membros a adotar medidas e políticas para proteger os artistas, praticantes e profissionais da cultura, bem como os equipamentos culturais. Para isto, foram criadas diversas ferramentas de comunicação com informações sobre a questão, incluindo repertórios de boas práticas.

Responsável, no âmbito do sistema das Nações Unidas, pelas pautas da educação, ciências, cultura e comunicação, a UNESCO tem dedicado muita atenção, espaço e recursos aos desafios apresentados à comunidade internacional pela atual pandemia de COVID-19. No caso da cultura, a organização reconhece que a pandemia veio revelar e amplificar uma volatilidade das indústrias culturais que já existia, além de tornar ainda mais importante a proteção da diversidade das expressões culturais.

Assim, a UNESCO tem estimulado os governos dos países membros a adotar medidas de proteção dos direitos sociais e econômicos dos artistas e profissionais da cultura. Ela criou uma página² para inspirá-los com boas práticas na elaboração de respostas apropriadas e adaptadas aos contextos nacionais. Ela está abrigada na plataforma de acompanhamento das políticas de implementação da Convenção da Diversidade Cultural, e vem sendo atualizada regularmente com novas medidas adotadas³.

As políticas e medidas incluídas na plataforma foram classificadas em três categorias, de acordo com seu objetivo principal: garantir renda aos artistas e profissionais da cultura; compensar as perdas operacionais;

1 Pesquisadora do Observatório da Diversidade Cultural (ODC). E-mail: giselledupin@gmail.com

2 Disponível em inglês e francês em: <<https://fr.unesco.org/creativity/covid-19>>

3 Informações para essa página podem ser enviadas para o e-mail convention2005@unesco.org.

apoiar novas produções de equipamentos e empresas culturais; e fomentar a criatividade como forma de resiliência. A maioria das práticas ali registradas revela que muitos governos, organizações não governamentais e o setor privado reconhecem tanto a complexidade do trabalho dos artistas e profissionais da cultura, quanto o fato de que eles são os mais atingidos pelas medidas de confinamento adotadas na maioria dos países, com um impacto direto sobre o conjunto da cadeia produtiva – criação, produção, distribuição e acesso. Por isto, buscam oferecer principalmente apoio financeiro ao setor cultural. Mais raramente, são adotadas medidas para garantir os direitos sociais e econômicos dos artistas e profissionais, como o seguro desemprego e a seguridade social, equiparando-os aos demais trabalhadores.

No que se refere ao Brasil, a sanção da Lei Aldir Blanc ainda não foi registrada pela UNESCO, que informa duas iniciativas adotadas. A primeira é o projeto Desenvolve SP⁴, uma linha de crédito de R\$ 500 milhões criada pelo Estado de São Paulo para subsidiar empresas culturais e criativas durante a pandemia, com uma taxa preferencial de 1,2% e pagamento em até 60 meses.⁵ A segunda⁶ é um plano emergencial criado pelo Escritório Central de Arrecadação e Distribuição – ECAD, instituição privada administrada por sete associações de música e considerada como uma das mais importantes fontes de renda de cantores, músicos e compositores brasileiros. Em 2019, o ECAD distribuiu aproximadamente R\$ 986 milhões a 383 mil compositores, como pagamento dos direitos autorais sobre as apresentações públicas.⁷ Duramente atingidos pela pandemia do coronavírus, devido ao cancelamento de shows e eventos e ao fechamento de bares, restaurantes e casas de espetáculos musicais, os artistas cadastrados no ECAD como pessoa física na gestão coletiva dos direitos autorais podem receber um adiantamento referente aos eventos realizados antes das medidas de isolamento, como, por exemplo, as músicas tocadas durante o carnaval, e também as execuções em rádios, televisões e mídias digitais.

Além da plataforma de acompanhamento, a UNESCO apoia a campanha ObjetivoCultura2030 (*Culture2030Goal*)⁸, lançada em abril

4 Disponível em: <<https://www.desenvolvesp.com.br/empresas/opcoes-de-credito/enfrentamento-coronavirus/>>

5 Disponível em: <<https://fr.unesco.org/creativity/covid-19/ligne-de-credit-subventionnee-pour-entreprises>>

6 Disponível em: <<https://fr.unesco.org/creativity/covid-19/redevances-davance-pour-musiciens-bresiliens>>

7 Disponível em: <<https://www3.ecad.org.br/em-pauta/Paginas/Adiantamento-extraordinario-duvidas.aspx>>

8 Disponível em: <<http://www.agenda21culture.net/es/abogacia/culture-2030-goal>>

último pela rede de Cidades e Governos Locais Unidos – CGLU. Trata-se de um convite às agências da ONU, aos governos e demais partes implicadas a agir e dar à crise provocada pela epidemia de COVID-19 uma resposta centrada na cultura e “inscrita em uma compreensão mais ampla das desigualdades e dos desafios do desenvolvimento sustentável” (*tradução nossa*).

O manifesto da campanha lembra que os artistas, criadores e profissionais da cultura, bem como as organizações do setor cultural, têm um papel fundamental a desempenhar para promover o bem-estar e a resiliência dos indivíduos e das comunidades, garantir o acesso à informação, encorajar a tomada de consciência e a tolerância, e fortalecer a capacidade de imaginar as sociedades do futuro. Em seguida, o documento estimula os governos e demais tomadores de decisão a: apoiar as comunidades, setores, atores e agentes culturais para garantir que eles possam sobreviver à crise e que sejam capazes de desempenhar seu papel na retomada; criar e proporcionar acesso a mecanismos que fortaleçam a capacidade das comunidades culturais de acessar e utilizar a esfera digital de modo sustentável e nas condições apropriadas; cuidar para que as leis, regulamentações e programas de financiamento sejam suficientemente flexíveis para facilitar e apoiar o trabalho dos atores culturais, bem como a salvaguarda dos recursos do patrimônio cultural; garantir a integração a longo prazo da cultura na ação governamental em todos os níveis; fazer da cooperação internacional, inclusive a cooperação cultural, um elemento central da construção de comunidades mais resistentes; fortalecer a proteção dos direitos culturais de todos e todas na legislação nacional; e integrar explicitamente a cultura nos planos, instrumentos e mecanismos de prestação de contas ligados à Agenda 2030 e aos ODS, e que serão elaborados nos próximos meses e anos.

Outra campanha motivada pela pandemia, desta vez criada pela própria UNESCO, foi lançada em abril. Chamada “O futuro normal”⁹, ela tem como objetivos questionar nossa percepção sobre a normalidade, e refletir sobre questões fundamentais para a construção de um mundo novo. Para isto, a UNESCO propõe uma série de iniciativas: (a) o Fórum UNESCO¹⁰, laboratório de ideias que reúne intelectuais conhecidos; (b)

9 O vídeo da campanha está disponível em espanhol em: <<https://www.facebook.com/UNESCOes/posts/3190831807675259>>

10 Disponível em espanhol em: <<https://es.unesco.org/forum>>

o movimento ResiliArt¹¹, plataforma virtual de debate sobre o futuro da cultura e das indústrias culturais; (c) a rede de literacia do futuro¹²; (d) o programa “Futuros da educação”¹³; e (e) as recomendações globais sobre a “ciência aberta”¹⁴ e sobre a “ética da inteligência artificial”¹⁵. São todas questões sobre as quais a UNESCO já se debruçava antes da pandemia, e que ganharam outra dimensão.

Para lidar com o impacto duradouro que a pandemia terá sobre o setor da cultura, a UNESCO lançou um boletim semanal “Cultura & COVID-19: impacto e resposta”¹⁶, no qual apresenta uma visão geral da evolução da situação. São apresentadas questões sobre o impacto imediato da crise sanitária e exemplos de como os diversos países do mundo se adaptam às questões colocadas pela pandemia. O Boletim traz também *links* para artigos, eventos, sites de instituições parceiras e outras informações. Até o dia 10 de julho, foram publicados 12 números do Boletim, conforme breves resumos a seguir:

Boletim nº 1 (15 de abril de 2020)¹⁷

As repercussões iniciais da pandemia no setor cultural são sociais, econômicas e políticas e afetam o direito fundamental de acesso à cultura, os direitos sociais dos artistas e profissionais da cultura, e a proteção da diversidade das expressões culturais. A amplitude da crise também pode aprofundar as desigualdades e fragilizar ainda mais as comunidades vulneráveis.

Resposta imediata nos países e na ONU: exemplos de respostas, por meio da criação de fundos nacionais para a cultura e fundos de apoio aos artistas e profissionais da cultura, bem como de outras medidas financeiras de urgência, como os mecanismos inovadores ou flexíveis do setor cultural, e medidas de apoio da sociedade civil e do setor privado, como pacotes de apoio de emergência. Por exemplo, nos EUA, muitas fundações e associações culturais reuniram fundos de urgência para as artes, o artesanato, a música e a literatura. A sociedade Netflix, por sua vez, criou um fundo de 100 milhões de dólares para apoiar os profissionais do setor audiovisual.

11 Disponível em espanhol em: <<https://es.unesco.org/news/resiliart-artistas-y-creatividad-mas-alla-crisis>>

12 Disponível em inglês em: <<https://en.unesco.org/themes/futures-literacy>>

13 Disponível em espanhol em: <<https://es.unesco.org/futuresofeducation/>>

14 Disponível em espanhol em: <<https://es.unesco.org/node/321446>>

15 Disponível em espanhol em: <<https://es.unesco.org/artificial-intelligence/ethics>>

16 Disponível em espanhol em: <<https://es.unesco.org/news/cultura-y-covid-19-seguimiento-y-respuesta>>

17 Disponível em: <https://es.unesco.org/sites/default/files/issue_1_es_culture_covid-19_tracker.pdf> (espanhol).

Boletim 2 (22 de abril de 2020)¹⁸

Impacto nos artistas. As medidas governamentais de confinamento e restrição de mobilidade levaram ao fechamento de todas as instituições culturais de 128 países. Isso afeta os artistas e seus modos de produção. Composto em sua maioria por trabalhadores independentes e por pequenas empresas, o ecossistema cultural figura entre os primeiros setores impactados pela crise. Apesar disso, o setor cultural corre o risco de não ser prioritário nas medidas de ajuda urgente, e muitos artistas poderão ser obrigados a abandonar sua atividade.

Soluções digitais. Em um contexto onde cada um se volta para a cultura como fonte de reconforto, bem-estar e trocas, houve um enorme aumento da busca pela cultura on-line – visitas virtuais a museus e galerias, aumento da transmissão de filmes e das trocas nas redes sociais – o que poderá estimular o renascimento da cultura e a explosão de novas formas de criatividade, vitais para o progresso humano. Já começam a surgir soluções digitais inovadoras para o acesso à cultura, o estímulo a novas ideias e a valorização das mídias tradicionais.

Boletim 3 (30 de abril de 2020)¹⁹

Patrimônio mundial. Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), 96% das destinações mundiais adotaram restrições de mobilidade desde o final de janeiro. Como essa redução afeta profundamente o setor cultural, especialmente os sítios históricos, museus e produção cultural, a UNESCO lançou um programa para apoiar seus Estados membros na adoção de modelos de turismo mais sustentáveis, por meio de ferramentas de apoio e de iniciativas virtuais.

Cooperação internacional. Respostas de organizações intergovernamentais regionais, como a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI), a Secretaria Geral Ibero-americana (SEGIB), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), buscam fortalecer as políticas públicas, inovar os mecanismos de financiamento e fortalecer a solidariedade internacional.

Reunião on-line organizada pela UNESCO em 22 de abril: mais de 130 ministros da cultura compartilharam suas ações de apoio ao setor cultural diante da crise provocada pela pandemia.

18 Disponível em: <https://es.unesco.org/sites/default/files/issue_2_es_culture_covid-19_tracker-4.pdf> (espanhol).

19 Disponível em: <https://es.unesco.org/sites/default/files/issue_3_es_culture_covid-19_tracker-2.pdf> (espanhol).

Boletim 4 (6 de maio de 2020)²⁰

Museus. Segundo o Conselho Internacional dos Museus (ICOM), a pandemia tem impacto sobre 95% dos 60 mil museus do mundo, muitos dos quais estão fechados. A curto prazo esse fechamento impõe desafios em matéria de acesso à cultura. Alguns museus se adaptaram, propondo visitas virtuais ou ações de mobilização do público por meio das redes sociais, entretanto, muitos não possuem a capacidade ou infraestrutura digital necessárias. As coleções também estão expostas a riscos em matéria de segurança. São apresentados exemplos de respostas a esses problemas, em diversos países.

Patrimônio imaterial. As restrições de mobilidade também atingem o patrimônio cultural imaterial. A UNESCO desenvolveu uma plataforma virtual para mostrar os efeitos da pandemia nos detentores e praticantes das tradições culturais no mundo. O Boletim traz exemplos de: medidas sobre a contribuição do patrimônio imaterial para os meios de subsistência sustentáveis; meios criativos de compartilhamento do patrimônio imaterial; e resiliência.

Boletim 5 (13 de maio de 2020)²¹

Segurança dos equipamentos culturais. O fechamento das instituições culturais, sítios arqueológicos ou do patrimônio, levou ao aumento dos problemas ligados à segurança dos bens culturais, no mundo inteiro. Isso pode acentuar as dificuldades de gestão e a precariedade das condições de trabalho dos empregados. Em alguns casos, poderá haver prejuízo também para os trabalhos de conservação e pesquisa realizados em sítios históricos. Outra consequência já identificada é o aumento do tráfico ilegal de bens culturais. A Convenção da UNESCO de 1970 sobre medidas para proibir e impedir a importação, exportação e transporte de propriedade ilícita de bens culturais está completando 50 anos.

Exemplos de medidas de adaptação do setor cultural, tanto temporárias quanto estruturais em seu modo de funcionamento: transformação dos modos de trabalho; reavaliação das prioridades e atividades; evolução das ações de sensibilização; reabertura de museus, bibliotecas e teatros.

20 Disponível em <https://es.unesco.org/sites/default/files/issue_4_es_culture_covid-19_tracker-2.pdf> (espanhol).

21 Disponível em <https://es.unesco.org/sites/default/files/issue_5_es_culture_covid-19_tracker-2.pdf> (espanhol).

Boletim 6 (20 de maio de 2020)²²

Vulnerabilidades no setor cultural. A pandemia revelou fragilidades e desigualdades estruturais em termos de cultura, nos países e entre eles, especialmente as que afetam os grupos vulneráveis, como mulheres, indígenas, LGBT, migrantes e refugiados. A precariedade do trabalho dos artistas foi claramente evidenciada pela crise, bem como a desigualdade de acesso às tecnologias digitais: 46% da população mundial não tem acesso à Internet.

Avaliação do impacto. Segundo a Organização Mundial do Trabalho (OIT), os artistas e profissionais da cultura constituem cerca de 5,4% da mão de obra no mundo, com 30 milhões de empregos. Além de seu peso econômico, as artes e a cultura contribuem significativamente para a vitalidade das sociedades e permitem aos diferentes grupos sociais expressar sua identidade, contribuindo assim para a coesão social e o diálogo intercultural.

Exemplos de respostas no mundo. No Brasil, Curitiba – Cidade Criativa do Design – mobilizou especialistas do design e da inovação para produzir máscaras em impressão 3D.

Boletim 7 (27 de maio de 2020)²³

Avaliação do impacto no setor cultural. Muitos equipamentos culturais são financiados pelas receitas de bilheteria. Pesquisas revelam que cerca de 10% dos museus do mundo e um terço das galerias de arte independentes correm o risco de não mais reabrir.

Impacto nas diversas regiões no mundo. Na América Latina, o Mercosul realiza um primeiro exercício coletivo de avaliação estatística sobre o setor cultural, que ajudará os nove países a conceber estratégias de apoio ao setor cultural. O projeto é resultado de uma colaboração de Mercosul, Banco Interamericano de Desenvolvimento, UNESCO, SEGIB e OEI.

Educação artística e cultural. Relatório da Rede Europeia das Organizações Museais indica que, após os conteúdos das redes sociais, os materiais educativos são o serviço mais buscado pelos internautas, mas o acesso a esses materiais culturais para fins educativos é desigual.

Exemplos: fortalecer os métodos de pedagogia escolar por meio da educação artística; os profissionais da cultura e da criação se mobilizam pela educação em situação de confinamento.

22 Disponível em <https://es.unesco.org/sites/default/files/issue_6_es_culture_covid-19_tracker-2.pdf> (espanhol).

23 Disponível em <https://es.unesco.org/sites/default/files/issue_7_es_culture_covid-19_tracker.pdf> (espanhol).

Boletim 8 (5 de junho de 2020)²⁴

Impacto sobre o patrimônio natural. A diversidade biológica está profundamente ligada à diversidade cultural. Segundo a 'National Geographic', cerca de 80% da biodiversidade mundial está protegida graças aos povos indígenas, que representam apenas 5% da população. As medidas de restrição adotadas este ano por alguns países permitiram reduzir em 8% as emissões de gás de efeito estufa, de acordo com a Agência Internacional de Energia.

Respostas regionais à crise. As organizações ibero-americanas, SEGIB, OEI, OISS, OIJ e COMJIB publicaram declaração comum sobre as consequências da pandemia e seus efeitos negativos sobre o setor cultural. Eles convidam as instituições nacionais, regionais e internacionais a promover políticas de apoio ao setor. A OEI disponibilizou recursos culturais da comunidade ibero-americana em uma plataforma web.

Boletim 9 (10 de junho de 2020)²⁵

Desafios da reabertura. A OCDE estimou que as despesas com "lazer, cultura, hotéis e restaurantes" diminuíram 75% nos países do G7. Pesquisa do Fórum Econômico Mundial sobre o consumo na internet revela que uma porcentagem maior de pessoas se declaram dispostas a pagar uma assinatura para ter acesso a plataformas culturais on-line, em comparação com o período anterior à pandemia.

Resposta no nível das cidades. A pandemia colocou em evidência desigualdades essenciais nas cidades, e as populações mais vulneráveis são as mais atingidas. A paralização da vida cultural teve mais impacto nas cidades que são centros importantes de criatividade e de patrimônio. Por meio do programa das cidades históricas e da Rede das Cidades Criativas, a UNESCO apoia a ação no nível municipal para fortalecer a resiliência por meio da cultura.

Exemplos de medidas tomadas para: Niterói (Brasil) apoia os artistas e artesãos na promoção e comercialização de sua produção, inclusive pela Internet.

Boletim 10 (17 de junho de 2020)²⁶

Impacto da pandemia nos povos tradicionais. Representando 5% da população mundial, os povos indígenas são os guardiões de cerca de 20% do território, desempenhando um papel essencial na proteção da biodiversidade e do patrimônio cultural natural, na gestão dos recursos naturais e na luta contra a mudança climática.

O Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e do Caribe

24 Disponível em: <https://es.unesco.org/sites/default/files/issue_8_es_culture_covid-19_tracker.pdf> (espanhol).

25 Disponível em: <https://es.unesco.org/sites/default/files/issue_9_es_culture_covid-19_tracker-2.pdf> (espanhol)

26 Disponível em: <https://es.unesco.org/sites/default/files/issue_10_es_culture_covid-19_tracker-4.pdf>(espanhol)

expressou sua preocupação quanto à grande vulnerabilidade desses povos à pandemia, e aos riscos de seu desaparecimento físico ou cultural, e pede a adoção de medidas de urgência para garantir a disponibilidade e o acesso dos indígenas a serviços médicos culturalmente adaptados.

O setor editorial foi afetado pela pandemia de COVID-19 no mundo inteiro. Estimado em 139 bilhões de dólares, em 2017, ele representa uma área importante do setor cultural. Os livros contribuem para o diálogo intercultural e são uma das principais ferramentas da educação. O setor precisa de apoio dos poderes públicos.

Boletim 11 (24 de junho de 2020)²⁷

O turismo representa uma fonte importante de crescimento, empregos e renda para muitos países, com 29% das exportações mundiais de serviços. O turismo cultural é responsável por cerca de 40% da renda do turismo mundial. A crise requer modelos de turismo que privilegiem e protejam os valores naturais e culturais, preservem o modo de vida das comunidades locais e salvaguardem seu patrimônio cultural imaterial, encorajando a criatividade local.

Organizações da sociedade civil. O setor cultural e criativo está particularmente fragmentado, pois os artistas e profissionais da cultura são quase sempre independentes ou empregados de pequenas e médias empresas, mas alguns grupos da sociedade civil buscam abrir canais de comunicação direta com os profissionais para refletir sobre novas modalidades e práticas de trabalho. A sociedade civil desempenha um papel essencial no trabalho da UNESCO com a cultura. Seguem exemplos de trabalhos realizados por parceiros internacionais da sociedade civil em resposta à pandemia.

Boletim 12 (03 de julho de 2020)²⁸

Edição especial. Traz números sobre o impacto da epidemia no setor cultural. Na América Latina, a maioria dos países teme que a crise amplie as desigualdades sociais, que devem ter a atenção das políticas públicas. A ambição da região é aproveitar o potencial das indústrias culturais e criativas, e fortalecer a economia informal. As organizações sub-regionais da América Latina estão cooperando para fortalecer seus sistemas de dados.

A UNESCO deu início a uma pesquisa para documentar as experiências do patrimônio imaterial durante a epidemia de COVID-19, cujos resultados estão sendo apresentados em uma plataforma web.

27 Disponível em: <https://es.unesco.org/sites/default/files/_issue_11_es_culture_covid-19_tracker.pdf> (espanhol)

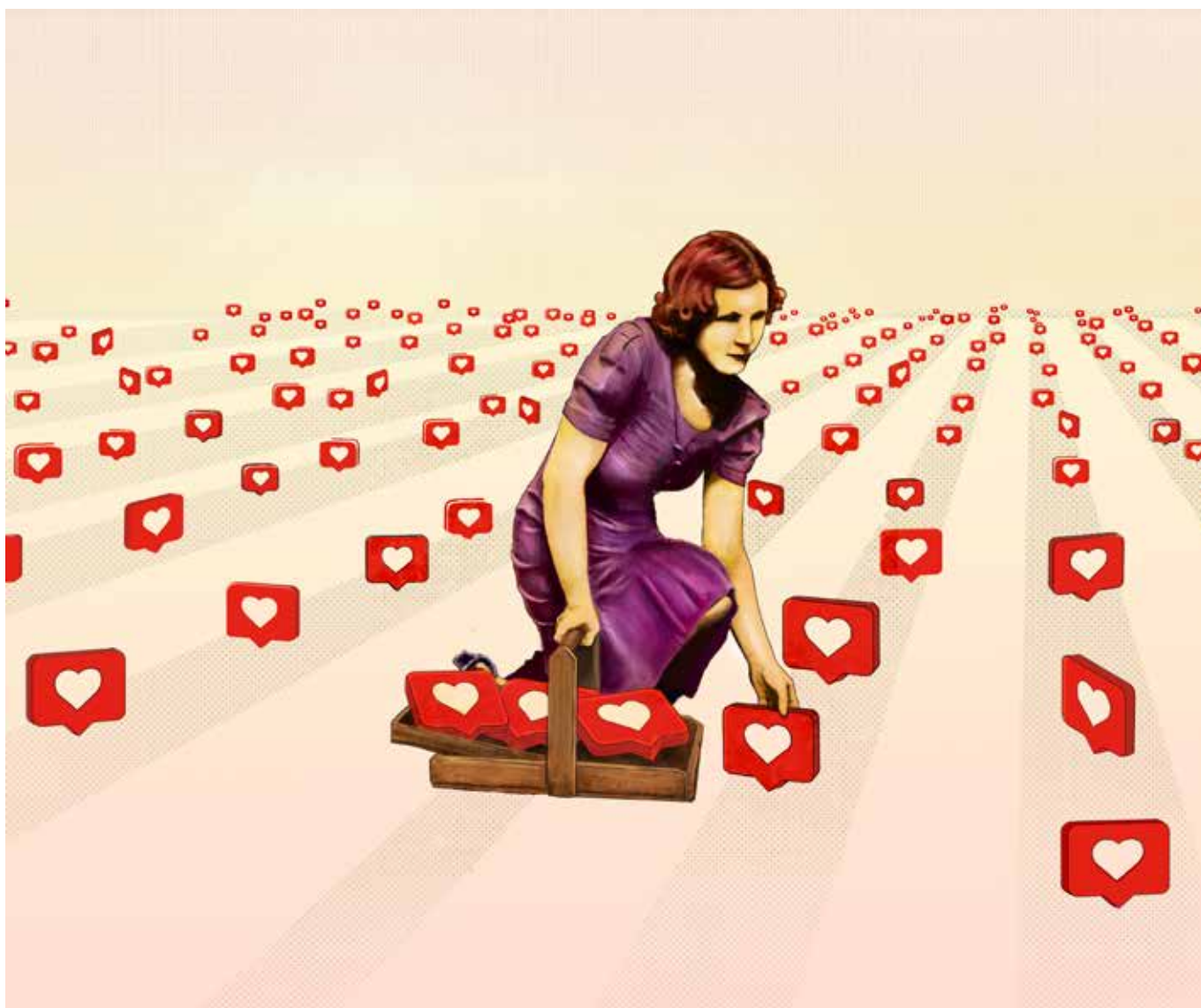
28 Disponível em: <https://es.unesco.org/sites/default/files/issue_12_es.1_culture_covid-19_tracker.pdf> (espanhol)

Todos os exemplos de ferramentas de comunicação, disponibilização de dados e compartilhamento de repertórios de boas práticas de políticas e medidas desenvolvidas pelos países para proteger os setores culturais dos impactos da pandemia de COVID-19, nos mostram que a UNESCO tem estado à altura de seu mandato de promoção do patrimônio cultural da humanidade, da diversidade cultural e da igualdade de todas as culturas. Além disso, a organização atua para fortalecer a cooperação internacional ao mesmo tempo em que reafirma a importância e o caráter humanista da cultura. Esperemos que os países possam aproveitar todas as informações em benefício de seus respectivos setores culturais e profissionais da cultura.



EDITH DERDYK
Série contágio = contagem
Dimensões variáveis
fotografia digital
São Paulo, 2020

**POLÍTICAS E
A LEI DE EMERGÊNCIA
CULTURAL**



JULIANA MORAES
não há ninguém interessado em ouvir sua história
36 x 30 cm
pintura digital
Salvador, 2020

E-PARTICIPAÇÃO SOCIAL, PANDEMIA E A LEI DE EMERGÊNCIA CULTURAL

José Márcio Barros¹

RESUMO

A participação social na área da cultura, por meio de dispositivos digitais sempre foi um grande desafio no Brasil. Impulsionada pelo processo de construção do Plano Nacional de Cultura, a chamada e-participação sempre apresentou resultados frágeis, tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo. Com o processo da Lei de Emergência Cultural e mobilizada pela sociedade civil, o país parece viver uma nova experiência de engajamento e construção coletiva, que pode apontar para avanços significativos.

I

Não são poucas as análises referentes aos efeitos da pandemia do novo Coronavírus sobre a cultura no Brasil, especialmente inventariando as perdas substantivas para o mercado do entretenimento. Perdas provocadas pelo isolamento social que gerou um paradoxal lugar para a cultura: por um lado, um dos primeiros setores produtivos a interromper suas atividades e, certamente, um dos últimos que voltará à normalidade presencial. Mas, por outro lado, a cultura configurou-se como um conjunto de bens e serviços considerados essenciais para o enfrentamento dos efeitos colaterais da pandemia. Sem a cultura, a COVID-19 é uma porta para outras enfermidades.

Também é recorrente o reconhecimento de que a crise tanto radicalizou e acelerou problemas já anunciados por pesquisas de tendências no campo ambiental, social e econômico, quanto trouxe novos, ainda desconhecidos e para os quais a humanidade parece não estar

¹ Coordenador do Observatório da Diversidade Cultural. E-mail: josemarciobarros2013@gmail.com

preparada. Como uma espécie de Pêndulo de Foucault (físico francês que desenvolveu experiências para demonstrar a rotação da Terra sobre seu próprio eixo), a crise vem obrigando a todos os não negacionistas a reflexão sobre os eixos sobre os quais fazemos girar a nossa própria vida.

Os efeitos incidem de forma perversa sobre o cotidiano da vida, recrudescendo desigualdades e escancarando o modelo insustentável de desenvolvimento hoje hegemônico em escala planetária. O desafio é complexo pois, simultaneamente, exige soluções para se controlar a proliferação do vírus, salvar vidas, criar soluções imunológicas rápidas e mitigar as perdas econômicas. No entanto, a necessidade de se aprofundar a compreensão sobre a natureza, a extensão, a duração e as possibilidades de superação de suas causas e efeitos, imprime uma outra dimensão analítica que, na crise financeira americana de 2008, produziu a seguinte reflexão:

...não se trata de superar a crise por resistir aos seus efeitos, mas de superá-la pela capacidade de se abrir a ela. Aqui talvez, o sentido restrito da palavra crise deva deixar de ser, como na acepção latina, sinônimo de desequilíbrio causado pelo descompasso entre produção e consumo, corrigível por ações pontuais e curativas e assumir o sentido dado pelos gregos de possibilidades e necessidades de se fazer escolhas. 'Krisis' no grego é a "ação ou faculdade de distinguir e tomar decisão, por extensão é o momento decisivo, difícil de separar, decidir, julgar. (BARROS, 2009, p.131)

Em artigo recentemente publicado sobre a Lei de Emergência Cultural, a pesquisadora Maria Carolina Vasconcelos Oliveira, do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), faz uma interessante afirmação sobre a crise que se abateu sobre o campo da cultura no Brasil. Afirma a pesquisadora:

Algo que me parece tão fundamental quanto óbvio afirmar, neste momento, é que não se trata de uma crise que afeta um contexto que, no momento anterior, não estava em crise. Ao contrário, trata-se de crise sobre crise. Obviamente isso não significa minimizar os efeitos da pandemia no setor cultural (ou em nenhuma outra esfera da existência, vale deixar claro), mas somente reconhecer que essa catástrofe sanitária e a decorrente necessidade de paralisação das atividades externas – fundamental para garantir alguma capacidade de operação ao sistema de saúde – agravam brutalmente algumas situações de vulnerabilidade que a esfera da cultura já vinha vivenciando no contexto brasileiro, e que vieram se deteriorando de forma especialmente acentuada nos últimos cinco anos. (2020, n.p)

Tais vulnerabilidades abarcam questões como a inconsistência e descontinuidade das políticas culturais, a inexistência de sistemas adequados e abrangentes de fomento e financiamento, a informalidade no tratamento do artista e do fazedor de cultura como trabalhador e, conseqüentemente, a fixação da precariedade como realidade.

Mas a palavra de ordem da atual realidade parece ser “MUDANÇA” em seu sentido mais radical, não apenas como substituição de uma coisa por outra, mas como a necessidade de se reinventar, seja como resposta ao que se impõe compulsoriamente, seja pela emergência de uma nova realidade social, política, cultural e pela presença inovadora dos usos das tecnologias digitais de informação e comunicação. A crise gera perdas – e muitas –, mas tem gerado também descobertas e avanços.

O mundo contemporâneo é marcado por uma ecologia midiática caracterizada, dentre outras coisas, pela convergência de mídias e pela emergência de novos espaços participativos de comunicação e sua irrupção no massivo. Segundo Martín-Barbero:

A convergência digital introduz nas políticas culturais uma profunda renovação do modelo de comunicabilidade, pois do unidirecional, linear e autoritário paradigma da transmissão de informação, passamos ao modelo da rede, isto é, ao da conectividade e da interação que transforma o modo mecânico da comunicação a distância pelo modo eletrônico da interface de proximidade. (MARTÍN-BÁRBERO, 2014, p.28)

Duas radicais transformações podem ser destacadas a partir de Martín-Barbero. A primeira refere-se às possibilidades que a digitalização traz, na medida em que viabiliza textos, sons, imagens e vídeos integrados em uma linguagem comum

[...] desmontando a hegemonia racionalista do dualismo que até agora opunha o inteligível ao sensível e ao emocional, a razão à imaginação, a ciência à arte, e também a cultura à técnica ou o livro aos meios audiovisuais (Ibidem, p.28)

A segunda revela uma nova configuração do espaço público a partir das apropriações e usos que movimentos sociais, associações culturais e grupos comunitários fazem desta tecnologia, permitindo a emergência de processos potentes de revitalização de identidades e a utilização política e emancipatória das tecnicidades.

II

No Brasil, o processo de construção e votação da Lei de Emergência Cultural aponta para tais possibilidades de participação social, só tornada possível por meio das técnicas transformadoras.

Mesmo que se tenha que reconhecer a presença de antigas lideranças políticas do campo cultural que já se faziam presentes no cenário das políticas culturais entre 2003 e 2016, organizadas agora em torno da estratégica e bem sucedida atuação da Articulação Nacional de Emergência Cultural e da Escola de Políticas Culturais, a capacidade de mobilização, articulação e pressão política se mostrou inovadora e muito bem sucedida. Ancorado na resistente e potente rede dos Pontos de Cultura no Brasil e de movimentos socioculturais mais recentes e de diferentes matizes, o vitorioso movimento para a criação, pelo governo federal, de ações de mitigação dos efeitos econômicos sobre a cultura, estruturou um espaço público virtual marcado pela convergência midiática. Lideranças políticas do Congresso Nacional, gestores estaduais e municipais, artistas, agentes e fazedores culturais de distintas regiões, campos simbólicos, linguagens e identidades ocuparam, e continuam ocupando, este espaço público virtual inédito. Se em momentos anteriores, como nos processos de participação social para a construção e revisão das metas do Plano Nacional de Cultura (PNC), a participação social se mostrou frágil e residual quando acionados os mecanismos virtuais (BARROS, CRAVEIRO, MELO, OLIVEIRA JR & SANTOS, 2018), a contingência do isolamento social e o uso planejado de estratégias de convergência midiática se mostraram competentes ferramentas.

Foram criados perfis e contas que, em meados de julho de 2020, apresentam os seguintes números: *Whatsapp* (com 193 inscritos), *Telegram* (892 inscritos), *Instagram* com 16.300 seguidores e um canal no *YouTube* com cerca de 10 mil inscritos.

Articulando divulgação, mobilização, compartilhamento de conteúdos e espaços de participação por meio de *chats on-line*, o movimento produziu mais de 60 vídeos, que obtiveram mais de 120 mil visualizações durante o processo de mobilização nacional pela aprovação, sanção e implementação da Lei de Emergência Cultural, iniciado virtualmente na

primeira semana de maio. As estratégias de participação se dividiram entre a realização de webconferências nacionais, estaduais e municipais, debates e encontros, declarações de apoio político feitas por artistas e lideranças, plantão e um curso virtual sobre a lei, o que gerou, segundo suas lideranças, um “estado de conferência nacional de cultura” permanente desde sua emergência.

O processo ainda está em curso em sua desafiadora etapa de implantação, considerando as diferentes e, por vezes, desiguais capacidades de gestão nos estados e municípios, que serão beneficiados com cerca de 3 bilhões de reais a serem repassados para as ações emergenciais.

III

Nas últimas duas décadas, houve um expressivo investimento por parte das instituições estatais no uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) para ampliar e facilitar o relacionamento com seus diferentes públicos e a participação social por meio digital. O chamado Governo Eletrônico (e-gov) vem se firmando como uma ferramenta administrativa que reduz custos na prestação de alguns serviços à sociedade e aumenta o alcance das informações aos cidadãos.

O que se mostra inédito na atualidade não se reduz ao compartilhamento de conteúdo – prática largamente utilizada em diferentes programas e políticas no país nos últimos anos. O que se tem visto é que, para além do processo da Lei de Emergência Cultural, conselhos de políticas culturais, fóruns de gestores e mesmo lideranças culturais vêm utilizando cada vez mais as redes sociais como dispositivo de participação social e de resistência política. É a configuração de uma nova arena política digital.

Entretanto, se por um lado existe a facilidade, rapidez e interatividade proporcionadas pelas TICs a favor da transparência, veiculação e troca de informações e da participação social nos processos de decisão política, oferecendo considerável capacidade de modificação de um sistema político vigente, por outro lado, é preciso considerar a forma como cidadãos e cidadãs têm acesso e se apropriam efetivamente das ferramentas que têm em mãos. É neste ponto que a participação social por meio digital

precisa ser discutida e ampliada, não apenas como contingência da pandemia, mas como efetiva possibilidade de ampliação e fortalecimento da participação social.

A democracia digital nos remete às possibilidades que a infraestrutura das TICs oferece para a extensão das oportunidades democráticas. Enquanto experiência, ela deve assegurar a participação social nos processos de tomada de decisão política, configurando, de acordo com Gomes (2011), a democracia digital, experimentada como um conjunto de recursos, dispositivos e ferramentas proporcionadas pelas tecnologias digitais com o objetivo de suplementar, corrigir ou reforçar aspectos das práticas políticas e sociais tanto do Estado quanto dos cidadãos.

O que se deve buscar, mesmo na conjuntura atual de um governo federal de perfil liberal conservador, é a possibilidade de se fazer avançar a e-participação social na direção de uma efetiva democracia digital. Gomes (2004) sugere a existência de cinco graus desta participação. O primeiro grau compreende a eficiência instrumental da relação política entre Estado e os cidadãos e cidadãs onde estes são tratados como clientes/consumidores. O segundo grau caracteriza-se por consultas que o Estado faz aos cidadãos pela internet, com o objetivo de colher sua opinião a respeito de temas da agenda pública. Já no terceiro grau, a transparência e prestação de contas do Estado junto à sociedade civil aponta para uma maior permeabilidade e fortalecimento da cidadania, evitando que a esfera governamental continue com a prática do segredo. O quarto grau se baseia na democracia deliberativa e consiste na realização de processos e mecanismos de discussão e decisão política, em que a esfera civil se coloca juntamente com a esfera política enquanto agente de produção da decisão política. E o quinto grau de democracia digital, no qual a tomada de decisão migraria de uma esfera política representativa para uma esfera civil, por meio de uma espécie de governo por plebiscito. É possível identificar, no atual contexto da pandemia, sinais de emergência de um ainda distante, mas emergente, caminho para uma democracia digital legítima e para uma e-participação mais efetiva e democrática? Além do voto eletrônico, iniciativa bem sucedida da democracia brasileira, a ampliação do acesso às TICs, a emergência de práticas de tecnicidades autônomas e inclusivas, indicam uma positividade em tempos de

tantas crises. Investir no constante aperfeiçoamento de ferramentas que empoderem a sociedade civil na concepção e implementação das políticas públicas por meio de práticas à distância, parece ser um aprendizado que o isolamento social traz. Há, contudo, um longo caminho a ser trilhado no aprimoramento do funcionamento remoto de instâncias de representação e participação social como, por exemplo, as câmaras legislativas municipais que, em capitais como Belo Horizonte, apresentam um desempenho insignificante durante a pandemia. Também os conselhos de políticas culturais parecem ainda não saber como funcionar em modo *on-line*, expostos ao olhar atento da sociedade. Se a pandemia nos condena ao isolamento, as TICs são possibilidades efetivas de encontros, debates, deliberação e transparência.

REFERÊNCIAS

BARROS, José Márcio. A crise e a cultura. In: **Políticas Culturais em revista**, v. 2, n. 1, 2009.

BARROS; José Marcio; CRAVEIRO, Caroline; MELO, Renata; OLIVEIRA JR, José; SANTOS, Giordana. Políticas Culturais e participação: a revisão das metas do PNC e os processos de elaboração dos Planos de Cultura de BH e MG. In: **Anais do IX Seminário Internacional de Políticas Culturais**, 15 a 18 de maio de 2018, Rio de Janeiro / Organização Lia Calabre, Alexandre Pires Domingues [e] Eula Dantas Taveira Cabral. – Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2018, p. 766–780.

GOMES, Wilson. Participação política online: Questões e hipóteses de trabalho. In: R. C. M. Maia, W. Gomes, & F. P. J. A. Marques (Orgs.). **Internet e participação política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2011. p. 19–46.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

GOMES, Wilson. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. In: **Revista Fronteiras** – estudos midiáticos VII (3, setembro/dezembro) 2005. p. 214-222.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. **Diversidade em convergência**. Revista Matrizes: SP, V.8, n.2, 2014.

OLIVEIRA, Maria Carolina Vasconcelos. **Cultura, pandemia e a crise do que já estava em crise**. Blog Novos Estudos CEBRAP, 08/06/2020. Disponível em: <<http://novosestudos.uol.com.br/cultura-pandemia-e-a-crise-do-que-ja-estava-em-crise/>>. Acesso em: 10 jul. 2020.



JULIANA MORAES
Quem cedo madruga passa o dia com sono
9 x 14 cm
gravura digital
Salvador, 2020

DESAFIOS DA CULTURA FRENTE À PANDEMIA DE COVID-19: LEI DE EMERGÊNCIA CULTURAL ALDIR BLANC E O PAPEL DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM SUA MOBILIZAÇÃO, SANÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO

Renata Nunes Pereira Melo¹

RESUMO

Após a sanção da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (nº. 14.017/2020) e a publicação da Medida Provisória nº. 990/2020 que abre crédito extraordinário da ordem de R\$ 3 bilhões referente ao auxílio financeiro a estados, Distrito Federal e municípios relacionado ao apoio emergencial do setor cultural devido à pandemia de COVID-19, o campo da cultura agora tem grandes desafios pela frente: feito o repasse, como se dará a execução dos recursos nos entes federados? Questão que, entre outras, necessita de ampla discussão com participação da gestão pública, parlamentares, gestores culturais, conselhos de cultura, secretarias de cultura estaduais e municipais e da sociedade civil organizada.

Passados quatro meses do início da pandemia e da aplicação de medidas de isolamento físico recomendadas pela Organização Mundial de Saúde, adotadas somente por parte da população a fim de combater o novo Coronavírus. Como também não bastasse as condições de extrema pobreza vivenciadas por grande parcela da sociedade brasileira, verifica-se a velocidade de transmissão do vírus ganhar impulso considerando o descaso com que o Governo Federal tem enfrentado as questões referentes à pandemia.

No campo da cultura, as medidas sanitárias tiveram como consequência direta a suspensão de todos os eventos públicos, tais como shows, espetáculos teatrais, sessões de cinemas, visitas a museus e demais atividades nos espaços culturais. O setor cultural foi o primeiro a sentir os impactos da suspensão das atividades e certamente será um dos últimos a retornar, e ainda submetido a novos e rigorosos protocolos de segurança sanitária.

¹ Pesquisadora do Observatório da Diversidade Cultural (ODC). E-mail: renatanpmelo@gmail.com

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística apontam que, em 2018, o setor cultural abrangia a mão-de-obra de cerca de 5,2 milhões de trabalhadores no Brasil, uma quantidade muito maior que 1 milhão de empregos formais diretos, representando 5,7% do total de ocupados do país (IBGE, 2019). O agravante, em relação a outros setores em situação semelhante, é o fato de a cultura possuir um alto nível de intermitência e informalidade em suas relações trabalhistas. A pesquisa demonstrou que os níveis de informalidade só aumentam no setor, ano após ano. Ou seja, a maioria desses profissionais trabalha de forma autônoma, sem garantias trabalhistas legais, em virtude disso, a promoção da geração de renda emergencial para os agentes do campo artístico-cultural em situação de vulnerabilidade socioeconômica diante dessa crise pandêmica se torna fundamental para aplacar os enormes impactos gerados no campo.

Em decorrência do estado de calamidade pública, e, estimulados por intensa mobilização social dos agentes culturais, artistas e gestores de espaços culturais, parlamentares de vários estados foram instados a encaminharem propostas voltadas para a mitigação dos impactos da pandemia no setor cultural.

Os dados estatísticos contextualizam o ambiente social, econômico e político do processo de construção da Lei nº 14.017/2020 (BRASIL, 2020), denominada Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc, que possui a singularidade de ter sua consolidação pautada por intensa articulação nacional e coletiva, através de teias de conversas, diálogos, debates virtuais e web-conferências entre gestores públicos federais, estaduais e municipais das instâncias legislativas e executivas e a sociedade civil. Como também, trabalhadores da cultura, pesquisadores, entidades representativas da cultura brasileira, redes, coletivos e artistas de todo o território nacional.

Na perspectiva de viabilizar a implementação da Lei de Emergência Cultural, estabeleceu-se um esforço coletivo de discussões que permitiu ao grupo avançar em termos técnicos e políticos, celebrando, no decorrer do processo, a reativação política do campo cultural. Demonstrando não só um ganho de maturidade do Poder Legislativo, mas também, a força da mobilização e da participação social no processo de elaboração de políticas públicas.

Os recursos, na ordem de 3 bilhões de reais, serão 100% descentralizados de maneira proporcional à população e seguindo critérios do Fundo de Participação e terão um papel central para mitigar a grande perda econômica do setor cultural durante a pandemia no Brasil, estimada em 46 bilhões de reais, segundo a Revista Valor Econômico da Fundação Getúlio Vargas (VALOR ECONÔMICO, 2020). A Lei prevê transferência direta da União para estados e municípios, que executarão os recursos seguindo regulamentação local. As ações compõem linhas de fomento direto e indireto, e são integralmente destinadas a trabalhadores da cultura, a micro e pequenas empresas culturais, a cooperativas e instituições culturais da sociedade civil, a organizações culturais comunitárias e a espaços culturais da sociedade civil.

Eis que surge o grande desafio: os entes federados terão 60 dias para operacionalizar a distribuição dos recursos. E os recursos precisam chegar na ponta com rapidez, critério, eficiência e transparência, atendendo aos que mais precisam.

Para tanto, é fundamental o alinhamento entre Governo Federal, estados e municípios, no intuito de estabelecer uma regulamentação que permita definir com clareza o papel de cada ente federado, garantindo assim segurança jurídica, participação da sociedade, transparência e a autonomia de cada um desses entes, de acordo com as exigências constitucionais.

Sob o viés jurídico, o direito administrativo brasileiro não foi pensado para atender com precisão às especificidades da área cultural, ainda mais em situações de emergência. Entretanto, em prol do federalismo cultural, através do Sistema Nacional de Cultura (SNC), foi criado um arcabouço jurídico para orquestrar as competências (atribuições) dos entes federativos (que são autônomos e podem criar suas próprias normas) em prol dos direitos culturais. A ideia da construção do SNC e a própria previsão constitucional feita através de Emenda Constitucional nº. 41, apesar de ainda não ter sido regulamentada infraconstitucionalmente, permitiu que estados e municípios criassem estruturas mínimas para a construção desse sistema maior que é o SNC. Nesta esteira, foram criados conselhos, no intuito de fomentar a participação social na construção das políticas públicas, planos de gestão cultural, para promover a continuidade das

políticas culturais para além de gestões políticas (as Políticas de Estado) e sobretudo, que fizessem chegar o recurso na ponta através dos fundos.

Em função disso, cogita-se que a execução da Lei Aldir Blanc possa vir a ser viabilizada a partir das estruturas e instrumentos do SNC. Supõe-se que o repasse para estados e municípios que aderiram ao Sistema e estruturaram minimamente seus instrumentos de gestão poderá propiciar uma execução mais veloz e eficiente da Lei de Emergência Cultural, apesar dessa distribuição não estar limitada apenas aos entes que realizaram a referida adesão.

De um modo geral, o grande desafio para a execução da Lei Emergencial é a questão dos cadastros culturais. Muitos estados e municípios não possuem ou possuem cadastros precários e que não abrangem a totalidade dos trabalhadores da cultura, sendo os já preenchidos apenas por aqueles que possuem alguma interlocução com o ente federativo respectivo através das ações de fomento, como editais e chamamentos públicos. Enquanto os demais (que, em grande parte, serão os que realmente precisam ser atingidos) nunca foram contemplados nesses cadastros existentes.

E, em decorrência dessas reflexões, compreende-se que as partes envolvidas, gestores públicos, sociedade civil organizada, setores da cultura e beneficiários necessitam urgentemente se mobilizar no sentido de:

1. Provocar conselhos e fóruns a desempenharem uma atuação mais propositiva no que concerne ao levantamento cadastral do campo;
2. Buscar uma maior capilarização dentro dos municípios;
3. Estabelecer diálogo e parcerias com outros ministérios, secretarias, institutos de informação e estatísticas e organizações públicas e privadas, no intuito de compartilhar cadastros e experiências;
4. Buscar abranger toda a diversidade cultural existente no país, tais como quilombolas, indígenas, caiçaras, ciganos e uma série de outros atores que precisam de representação na esfera cultural;
5. Proporcionar banda larga de internet para a totalidade dos municípios, mesmo em locais remotos e de difícil acesso;
6. Criar legislações específicas para regulamentar os fundos emergenciais no intuito de reduzir as burocracias, agilizar os repasses dos recursos e dar maior autonomia aos beneficiários;

7. Propor a simplificação das inscrições, das prestações de contas e das contrapartidas, no intuito de desburocratizar o acesso dos beneficiários ao recurso.

Em contrapartida, observa-se que os conselhos, apesar de sua envergadura constitucional, tendem a ganhar destaque e relevância a partir desta reestruturação, pois passam a promover trabalhos conjuntos na gestão compartilhada, realizar mobilizações, reuniões em fóruns de debates legítimos, viabilizar cadastros em vários municípios e, ainda, construir conjuntamente os editais. Na *live* Diálogos Culturais sobre Regulamentação da Lei Aldir Blanc, ocorrida em 07 de julho, a representante do Fórum Nacional de Conselhos Estaduais e CONECTA, Valquíria Volpato, ressaltou a importância dos conselhos afirmando que “Conselho é ferramenta basilar da gestão pública compartilhada” (VOLPATO, 2020).

Outra reflexão importante empreendida pelo Secretário de Cultura do Estado do Ceará, Fabiano Piúba, tratou sobre as diretrizes básicas inerentes ao processo emergencial, mas que também estimulariam o fortalecimento da arquitetura institucional do SNC. A cidadania cultural, posto que a ação emergencial não é necessariamente apenas de fomento, e sim, de proteção social, portanto, carece da participação da sociedade civil, acompanhando todo o processo de formulação e propondo pautas; as políticas afirmativas e a diversidade cultural (PIÚBA, 2020).

Não se deve romantizar que uma Lei Emergencial, por si só, dará o pontapé inicial na reativação do SNC, sistema concebido para ter fluxos permanentes, com estruturas permanentes, não precárias e que atualmente se encontra em pleno desmonte pelo governo Bolsonaro. Entretanto, é bastante válido e pertinente se valer desses instrumentos para executar a Lei Emergencial. Em contrapartida, a experiência de execução da Lei (se utilizando das estruturas do SNC, repasses de fundo a fundo, com ampla participação dos conselhos na construção das políticas, etc.), servirá de modelo a ser levado em conta quando novamente vier à tona a luta pela regulamentação do Sistema. Assim, sugere-se que para execução da Lei Aldir Blanc devam ser criadas regras e procedimentos emergenciais (sem qualquer vinculação às normas já existentes, como a Lei nº. 8.666 (Lei de Licitações) e a Lei nº. 13.019 (Marco Regulatório das Organizações da

Sociedade Civil), por exemplo), mas observados os parâmetros do SNC, pois é nessa lógica que a política e gestão cultural devem caminhar.

Outra questão não menos importante é o protagonismo de estados e municípios na execução da Lei Aldir Blanc. Como bem ressalta Feghali (2020), o Governo Federal deve se responsabilizar pela adoção de uma medida provisória que regulamente de forma geral, garantindo a pactuação de responsabilidades entre estados, Distrito Federal e municípios para execução partilhada dos incisos I e II previstos no artigo 2º da Lei Aldir Blanc. Estados e Distrito Federal devem assumir a responsabilidade pelo inciso I (Renda Básica Emergencial) e os municípios executam o inciso II (espaços, pequenas empresas, cooperativa, pontos e pontões do setor cultural).

Através desta pactuação serão evitados o sobreamento, a duplicidade ou as ausências, otimizando os recursos e as equipes de cada órgão. Fica ainda facultado aos estados, caso haja saldo remanescente, resguardado o mínimo de 20% dos recursos recebidos para aplicação no inciso III (editais, chamamentos públicos, aquisições de bens e serviços culturais), a execução também do inciso II direcionado aos espaços cadastrados que não tenham sido atendidos pelos municípios, priorizando as cidades com menos de 20 mil habitantes. Esta ação do Governo Federal dará foco às estruturas de repasse e às questões de competência, garantindo segurança jurídica à Lei Aldir Blanc, e deixaria os detalhamentos sobre a execução ao encargo dos “protagonistas da Lei” (FEGHALI, 2020), que são estados e municípios.

Por fim, há de se disponibilizar aos entes da federação os meios de acesso às bases de dados sob responsabilidade legal do Governo Federal (Receita Federal, CADÚNICO, CAGED, Previdência, DATAPREV), no que se refere ao atendimento dos critérios para validação dos beneficiários do inciso I, artigo 2º (BRASIL, 2020), que se refere à renda básica emergencial, com a devida segurança dos dados e sigilo das informações e a utilização da Plataforma +Brasil com uma aba específica para a Lei Aldir Blanc, de forma simplificada.

Desdobramentos:

A proposição de partilha de competências entre os entes federativos foi aceita pelo Ministério do Turismo, inclusive a proposta conjunta de estados e municípios no que diz respeito às responsabilidades de cada

ente federativo. Ficou pactuado que na Regulamentação Federal constará a seguinte divisão de competências: estados ficarão responsáveis pelos incisos I e III e municípios pelos incisos II e III do artigo 2º da Lei Aldir Blanc. A Regulamentação abrirá, ainda, a possibilidade de reprogramação pelos entes dos recursos restantes para os incisos II e III. A previsão é de que decretos em nível estadual e municipal incorporarem a referida pactuação.

Em *live* do Festival do Conhecimento da UFRJ no perfil do Instagram @extensaoufrj no dia 17 de julho, a Deputada Jandira Feghali confirmou que a regulamentação federal deixará aberta a possibilidade para que espaços culturais sem CNPJ e coletivos culturais possam ser beneficiados, conforme prevê o texto da Lei. A deputada apresentou, ainda, um importante resultado já alcançado pela Lei de Emergência Cultural: as solicitações de adesão, em poucas semanas, de 570 cidades brasileiras ao SNC. Aderindo ao Sistema, os municípios passam a ter o compromisso de estruturar os seus planos, conselhos, fundos e órgãos gestores das políticas culturais. Esta é uma boa notícia, um legado estruturante da Lei Aldir Blanc para a cultura.

Sobre o alinhamento dos dados do processo cadastral, a pretensão é que seja realizado de forma descentralizada, entretanto, na perspectiva de buscar certa uniformidade em torno dos cadastros, garantindo o acesso dos dados cadastrais exigidos na Lei. Ressalte-se a importância da retomada do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC), instrumento que se remete à arquitetura institucional do SNC.

Trata-se, portanto, de um momento especial, principalmente pelo fato de se estar promovendo uma enorme articulação entre instituições, organizações, artistas e fazedores culturais em torno da área da cultura, das políticas culturais e de uma reflexão sobre a importância dos sistemas estaduais e municipais de cultura.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Lei federal (2020)**. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.017-de-29-de-junho-de-2020-264166628>>. Acesso em: 11 jul. 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **SIIC 2007-2018**: Setor cultural ocupa 5,2 milhões de pessoas em 2018, tendo movimentado R\$ 226 bilhões no ano anterior. Agência de Notícias do IBGE, 2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/26235-siic-2007-2018-setor-cultural-ocupa-5-2-milhoes-de-pessoas-em-2018-tendo-movimentado-r-226-bilhoes-no-ano-anterior>>. Acesso em: 11 jul. 2020.

FEGHALI, Jandira. **Diálogos nacionais**: regulamentação da Lei Aldir Blanc de Emergência Cultural. Emergência Cultural. Brasil, Live do dia 07.07.2020. Disponível em: <<https://youtu.be/xx7cviqn6xE>>. Acesso em: 11 jul. 2020.

FEGHALI, Jandira. **Emergência Cultural**. Festival do Conhecimento da UFRJ. Brasil, Live do dia 17.07.2020. Disponível em: <<https://youtu.be/-IXgskzimgU>>. Acesso em: 17 jul. 2020.

FGV – Fundação Getúlio Vargas. **Com o Coronavírus, cultura deve perder R\$ 46,5 bilhões**. Valor Econômico, 2020. Disponível em: <<https://valor.globo.com/eu-e/noticia/2020/04/09/com-o-coronavirus-cultura-deve-perder-r-465-bilhoes.ghtml>>. Acesso em: 11 jul. 2020.

PIÚBA, Fabiano. **Diálogos nacionais**: regulamentação da Lei Aldir Blanc de Emergência Cultural. Emergência Cultural. Brasil, Live do dia 07.07.2020. Disponível em: <<https://youtu.be/xx7cviqn6xE>>. Acesso em: 11 jul. 2020.

VOLPATO, Valquíria. **Diálogos nacionais**: regulamentação da Lei Aldir Blanc de Emergência Cultural. Emergência Cultural. Brasil, Live do dia 07.07.2020. Disponível em: <<https://youtu.be/xx7cviqn6xE>>. Acesso em: 11 jul. 2020.



JOÃO PAULO GUADANUCCI
compras (1)
21 x 13 cm
grafite e aquarela sobre papel
São Paulo, 2020

CULTURA E A CRISE DA COVID-19: NOTAS SOBRE A EXPERIÊNCIA DE CRIAÇÃO DA REDE ESTADUAL DE GESTORES MUNICIPAIS DE CULTURA E TURISMO EM MINAS GERAIS

José Oliveira Júnior¹

RESUMO

O presente texto visa apresentar brevemente a experiência de criação da Rede Estadual de Gestores Municipais de Cultura e Turismo no Estado de Minas Gerais. Planejada desde 2017, a Rede só foi viabilizada após as consequências da pandemia de COVID-19 e as discussões que resultaram na aprovação da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020). Gestores de cultura de centenas de municípios do estado se viram com uma série de responsabilidades para conseguir executar o recurso previsto e a criação da rede foi uma saída objetiva para a atuação, o compartilhamento de experiências e o aprendizado conjuntos.

Introdução

O tempo da ênfase apenas nos resultados econômicos ou de infraestrutura física já se mostra defasado, e as implicações dos costumes, da educação e da cultura cotidiana encontram-se refletidos na sociedade e na macroeconomia. A Cultura é recurso objetivo que se reflete no capital humano e no capital social. Ela aproxima pessoas e instituições e propicia o fortalecimento dos vínculos sociais, assumindo um papel central no desenvolvimento e deixando de ser uma forma de distinção social ou de política suplementar e secundária.

Na ausência de condições materiais, a cultura é recurso que o sujeito sempre terá, diferente das conquistas materiais, que podem mudar de acordo com a condição geral do país. Todo o esforço que o país fizer em termos de desenvolvimento econômico será sem efeito para o conjunto da população se não considerar os aspectos culturais do desenvolvimento.

¹ Pesquisador do Observatório da Diversidade Cultural (ODC). E-mail: juniorbhl@gmail.com

As crises econômica e de saúde pública provocadas pela pandemia de COVID-19 levaram a uma grande mobilização para garantir menor impacto possível para os profissionais do meio artístico. A mobilização deu certo e o país teve a aprovação da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020), um pacote de socorro a artistas, técnicos e fazedores de cultura. Este panorama fez surgir um movimento particularmente importante para a cultura em Minas Gerais: nunca os gestores se mobilizaram tanto em conjunto e nem acessaram com tanta frequência as páginas das entidades municipalistas, como a Confederação Nacional dos Municípios e a Associação Mineira de Municípios, atrás de informações confiáveis sobre quais passos seguir para receber e aplicar corretamente os recursos. No trabalho conjunto e em rede havia uma possibilidade mais consistente de as coisas darem certo.

As redes de cidades como solução de atuação articulada

As redes de cidades são espaços importantes de articulação e organização para a busca de soluções comuns para a municipalidade. Elas atuam com compartilhamento de experiências, reconhecimento e difusão de melhores práticas, preparação de documentos de estratégias comuns, avaliações regulares e reuniões de alinhamento para fortalecimento de políticas regionais.

A Comissão da Cultura da associação internacional Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU) é uma plataforma mundial de cidades, organizações e redes que tem o objetivo de promover o compartilhamento de experiências e a cooperação entre governos locais com ênfase no papel da cultura no desenvolvimento sustentável.

A CGLU construiu, entre 2013 e 2015, com a colaboração de dezenas de municípios e especialistas de diversas regiões do mundo, um documento denominado *Agenda 21: Ações*², com nove eixos de atuação e um conjunto de ações a serem desenvolvidas em âmbito local para fortalecer a relação entre a cidadania, a cultura e o desenvolvimento sustentável.

Um dos eixos deste documento é o da Governança da Cultura, que propõe uma perspectiva de governança transversal (ou multinível), reunindo

² CGLU. *Cultura 21 Ações: Compromissos sobre o papel da cultura nas cidades sustentáveis*. Barcelona: CGLU, 2015. Disponível em <http://www.agenda21culture.net/sites/default/files/files/documents/multi/c21_015_pt_1.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2020.

diferentes níveis de governo para fortalecer a articulação e a atuação em conjunto nas políticas públicas para o desenvolvimento local sustentável. O “sustentável” é a capacidade de otimizar e canalizar a atuação do poder público quando se trabalha em rede, principalmente ao propiciar o diálogo e a distribuição de atribuições e competência entre os diversos níveis de governo e sua articulação com a sociedade civil (ODC, 2020, p. 9).

Sem sobreposição de atuação, com compartilhamento de melhores práticas, estabelecimento de procedimentos comuns, não apenas funcionaram o aprendizado e a atuação em conjunto, mas também houve o mais inteligente e equilibrado dos diversos recursos disponíveis. O documento propõe o trabalho em rede, através do qual a cooperação entre governos locais de diferentes regiões estimula as trocas e o compartilhamento de práticas, coordenando e otimizando suas ações. (CGLU, 2015, p. 38).

O Fórum Nacional de Secretários, a Pauta Municipalista e a solução da atuação articulada

O Fórum Nacional de Gestores de Cultura das Capitais e Municípios Associados existe desde 2008 e vem manifestando uma atuação consolidada ao colocar as pautas municipalistas da cultura na mesa de negociação com os estados e a União, integrando inclusive o Conselho Nacional de Política Cultural. Criado inicialmente só como Fórum de Secretários de Capitais e Regiões Metropolitanas, o Fórum Nacional mudou seu perfil em 2017 para poder abarcar todos os municípios interessados.

Dois documentos do Fórum Nacional foram fundamentais para que se chegasse à criação da seção estadual em Minas. Primeiro, a *Carta de Porto Alegre*, documento firmado entre os gestores em 2015, que demonstrava um rumo concreto para o Fórum Nacional, apontando algumas propostas para atuação dos municípios, entre as quais:

- O aprimoramento do Sistema Nacional de Cultura com a definição de atribuições entre os entes da Federação, respeitando sua autonomia e com soluções encontradas para a gestão pública da cultura;
- Estabelecimento de marco regulatório próprio e específico para as atividades culturais na gestão pública;

- A promoção e estímulo à cooperação entre os municípios, realizando ações de intercâmbio, troca de informações e compartilhamento de experiências.

Entre 2015 e 2017, como desdobramento das ações anteriores, o Fórum Nacional inseriu outras propostas e criou um documento denominado *Pauta Municipalista*, que continha cinco pontos centrais:

- Maior suporte institucional e proximidade dos órgãos gestores de Cultura em âmbito federal e estadual para com os municípios;
- Maior articulação entre União, estados e municípios e definição mais clara das atribuições de cada ente federado, de modo a garantir a descentralização administrativa e financeira com base no SNC;
- Definição de critérios claros para o investimento das estatais por meio da renúncia fiscal, através de edital dessas estatais em conjunto com os municípios;
- Atualizar a legislação do artista profissional e promover ajustes na legislação de OS e de licitações para atender às especificidades da cultura;
- Necessidade de esforço para melhorar a qualidade do investimento público, como a capacitação de servidores para execução orçamentária, para planejamento, avaliação e concertação de políticas culturais (a exemplo do Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação).

Estas linhas gerais são a base do Fórum Nacional e têm orientado a atuação dos gestores municipais que dele participam, com o estímulo à organização local entre dirigentes do mesmo estado ou região.

O Panorama de Minas Gerais e a situação pré-pandemia

Minas Gerais tem uma vasta dimensão territorial, tendo quase 22 milhões de pessoas distribuídas em 853 municípios, dos quais 783 municípios têm população reduzida e investimentos escassos na infraestrutura do poder executivo municipal. Acesso físico precário, seja por meio rodoviário ou aéreo, baixa arrecadação municipal, baixa oferta de serviços de telefonia

ou de internet são alguns dos elementos que se juntam neste universo de municípios à falta de dados consolidados sobre as gestões municipais de cultura (estrutura dos órgãos, marcos regulatórios, etc).

Por esses e outros motivos, a ideia de Sistema Nacional de Cultura (SNC) no estado é ainda uma promessa. O Sistema de Patrimônio tem boa capilaridade por força do programa de ICMS Cultural, que define critérios de repasse de 25% do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) aos municípios que cumprirem metas de trabalho relativas às suas políticas municipais de patrimônio. Mas o programa, infelizmente, não conseguiu equacionar algumas das questões centrais em políticas de cultura. Muitos municípios ainda dependem de consultorias externas para conseguir preencher os requisitos para receber os recursos do programa e, mesmo assim, passam problemas ano a ano, “zerando”³ a pontuação em diversos elementos.

A título de exemplo, 253 municípios (quase 30% do total) zeraram a pontuação no item *Investimento e Despesa*. Se com recursos garantidos em retribuição aos investimentos locais os municípios ainda passam grandes dificuldades, é explicável que o SNC, que não tem nenhuma garantia de recurso repassado, enfrente dificuldades de adesão por parte dos prefeitos e gestores.

Outro fator que aprofundou a precariedade do setor cultural nos municípios foi a crise econômica que vem se acentuando no país desde 2013. Em Minas Gerais, a situação atingiu patamar crítico com os repetidos atrasos nos repasses pelo estado do Fundo de Participação de Municípios (FPM), em 2017 e 2018. Segundo a Associação Mineira de Municípios (AMM), quase 70% das cidades em Minas são dependentes do FPM, literalmente travando praticamente todas as ações municipais, com exceção parcial da Educação e da Saúde.

Soma-se a isto uma queda, segundo levantamento da Associação, de cerca de 40% na arrecadação da maioria dos municípios, o que tem efeito cascata: queda da atividade econômica, seguida de queda na arrecadação municipal e estadual e diminuição dos valores passíveis de repasse via FPM. O próprio estado, em virtude da crise, uniu as pastas da

3 Zerar significa que naquele ano nenhuma ação que pudesse ser pontuada foi realizada nos municípios.

Cultura e do Turismo visando corte de gastos. Este panorama geral fez com que as equipes já escassas dos setores de cultura fossem reduzidas a praticamente uma ou duas pessoas na maioria dos municípios. Importante ressaltar que isto tudo se deu antes da crise provocada pela pandemia.

A crise da COVID-19 e a Lei Nacional de Emergência Cultural

Em meio aos impactos da chegada da crise da pandemia ocasionada pelo novo Coronavírus, o país viu surgir uma grande mobilização em âmbito nacional para uma solução de emergência que pudesse minimizar os impactos da crise de saúde pública na vida dos artistas e técnicos. A COVID-19 levou à implantação de medidas restritivas de circulação e aglomeração de pessoas, atingindo em cheio a dinâmica do trabalho profissional com cultura e arte.

Não cabe aqui uma discussão profunda, seja da crise da pandemia, seja do processo de mobilização e aprovação da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc, uma vez que já foram exaustivamente tratados, inclusive pelo ODC. O presente texto debruça-se nas implicações dessas duas realidades no âmbito dos municípios no Estado de Minas Gerais.

A aprovação de recursos para repasse aos estados e municípios num volume nunca realizado na história provocou um impacto monumental nas gestões municipais. A maioria dos municípios nunca executou valores minimamente próximos aos que estão previstos para receberem com esta Lei.

As já apontadas precariedades na estrutura e na gestão municipais corroboraram ao receio partilhado por muitos dirigentes locais de não conseguirem executar os recursos e impulsionaram a busca por informações sobre como todo o processo aconteceria. Questões como: “o que o município é obrigado a realizar”, “coletivos sem CNPJ podem receber recurso?”, “como devem ser os cadastros?”, “como vão receber aqueles municípios que ainda não têm fundo?”, entre tantas outras, circularam freneticamente entre gestores municipais e ativistas da sociedade civil.

Juntando o panorama geral do estado com a questão urgente da chegada dos recursos da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc, buscar uma solução coletiva era fundamental e, talvez, o único caminho, principalmente para os quase 800 municípios de pequeno porte do estado.

A Rede Estadual de Gestores Municipais de Cultura

Os gestores de Minas Gerais que integram o Fórum Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Cultura das Capitais e Municípios Associados já vinham se mobilizando, desde 2018, para instituir uma organização com escopo semelhante aqui em Minas.

A criação, no entanto, esbarrava em diversas dificuldades e tinha pouca adesão, tendo relevância apenas no Fórum de gestores de cultura ligado à Associação de Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte (GRANBEL) e junto à mobilização da cidade de Muriaé, ligada à rede internacional de cidades da Agenda 21 da Cultura.

Em outubro de 2019, durante o Seminário Internacional Cultura, Turismo, Patrimônio e Desenvolvimento Sustentável, ocorrido em Muriaé como parte do programa de cidade piloto da Agenda 21, foi lançada oficialmente a proposta de criação do Fórum no estado, que reuniria gestores das duas áreas para buscar soluções em comum. Na oportunidade, estabeleceu-se que haveria uma comissão para levar adiante este processo, composta inicialmente pelos gestores das cidades que faziam parte do Fórum Nacional.

A proximidade dos desdobramentos da aprovação da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc adiantou o processo e, em comum acordo com instituições parceiras, a comissão de criação marcou um encontro para lançamento formal do Fórum, que foi chamado provisoriamente de Rede Estadual de Gestores Municipais de Cultura e Turismo.

Para o primeiro momento, foram chamadas a compor a Rede instituições fundamentais para o avanço da proposta, como a Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (e suas instituições vinculadas), a FECITUR (Federação dos Circuitos Turísticos de Minas Gerais), a AMM (Associação Mineira de Municípios), a CNM (Confederação Nacional de Municípios), a GRANBEL (Associação de Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte), o Fórum Nacional de Gestores de Cultura das Capitais e Municípios Associados e a CGLU (Associação Internacional Cidades e Governos Locais Unidos).

Três questões particulares podem ser ressaltadas no processo ocorrido em Minas. Em primeiro lugar, a inserção da área de Turismo se deu em

função de o órgão gestor de cultura nos âmbitos estadual e federal serem uma única pasta; mas também por uma realidade objetiva: a maioria dos órgãos gestores de cultura em âmbito municipal respondem também pelas políticas de Cultura e de Turismo.

Em segundo, curiosamente, a utilização das plataformas virtuais possibilitou que gestores de diversas regiões pudessem participar do encontro, ocorrido no início do mês de julho de 2020. Conforme a análise de vários gestores, exposta no grupo do aplicativo de mensagens *Telegram*, caso a reunião fosse presencial haveria grande chance de a maioria não poder participar em virtude da restrição orçamentária para viagens e diárias nos municípios.

Por fim, não só de articulação entre gestores municipais a rede ocupou-se. Além das questões específicas ligadas à gestão pública, definiu-se que os membros da sociedade civil no Conselho Estadual de Política Cultural (CONSEC) e nos conselhos municipais se articulassem para garantir a mobilização e atuação de forma coesa e em rede para pressionar e agir junto aos governos municipais nos comitês da Lei Aldir Blanc.

Na primeira reunião virtual foi pactuado um documento chamado *Declaração conjunta de lançamento da rede*, que apontou como eixos de atuação para a Rede Estadual de Gestores Municipais em Minas Gerais: potencializar a atuação institucional articulada entre poder público em âmbito estadual e municipal, sociedade civil e iniciativa privada; estimular a atuação conjunta e o aprendizado das melhores práticas entre as duas áreas; fortalecer a regionalização e atuação sistêmica da gestão pública; valorizar a diversidade cultural e ampliar a participação das duas áreas no desenvolvimento local sustentável.

Houve também a definição de garantir autonomia às duas áreas, Cultura e Turismo, possibilitando que os municípios nos quais ambas não sejam responsabilidade da mesma pasta haja representantes de cada uma delas na Rede.

Considerações finais

O desafio de criar uma estrutura associativa de municípios na gestão da Cultura e do Turismo é ainda maior num estado com a quantidade de

municípios como Minas Gerais. A articulação de uma série de instituições em torno da proposta e definição de estratégias específicas para grupos de municípios de acordo com a população tornaram o processo mais acessível para gestores de diversas realidades diferentes.

Durante mais de uma década o Sistema Nacional de Cultura foi uma grande ideia, abraçada documental e discursivamente por um sem-número de instituições públicas e privadas, mas foram a crise da COVID-19 e a possibilidade de recebimento de um recurso sem precedentes para os municípios, por meio da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020), que reacenderam perguntas sobre como andavam os sistemas municipais de cultura, os fundos e conselhos.

A crise ocasionada pela pandemia reforçou a centralidade da cultura, sua capacidade de unir diferentes correntes partidárias e ideológicas e a importância das atividades artísticas para o país, refletida na aprovação quase unânime da Lei no Congresso Nacional. Também repercutiu no engajamento de prefeitos e gestores locais de cultura, mesmo que muitos motivados somente pelo recurso que o município receberia, para entender quais eram as ações e esforços que outros municípios estavam fazendo para minimizar os impactos da pandemia. O pacto do municipalismo na cultura chegou em Minas Gerais e já não era sem tempo.

REFERÊNCIAS

CGLU. **Cultura 21 Ações:** Compromissos sobre o papel da cultura nas cidades sustentáveis. Barcelona: CGLU, 2015. Disponível em <http://www.agenda21culture.net/sites/default/files/files/documents/multi/c21_015_pt_1.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2020.

ODC. BOLETIM TÉCNICO. **Definições & Conceitos Convenção da UNESCO - Proteção e Promoção.** Interfaces. Belo Horizonte, V. 88, N. 02.2020, abril. maio. junho/2020. ISSN 2526-7442. Disponível em <<http://observatoriodadiversidade.org.br/site/wp-content/uploads/2020/07/Boletim-V88-Junho-Tecnico-2020.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2020.



LITUS SILVA
Olhar de Mãe
21 cm x 29,7 cm
nanquim / papel fotográfico 220g
Alagoinhas, 2020

LIVES, CESTAS BÁSICAS E OS DESAFIOS DA LEI ALDIR BLANC NOS MUNICÍPIOS DO LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO

Juan Ignacio Brizuela¹

RESUMO

Buscamos refletir, neste relato de experiência, sobre os processos de implementação da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc no município de Alagoinhas-BA, Território de Identidade Litoral Norte e Agreste Baiano, considerando os desafios institucionais, territoriais e de articulação local em meio à pandemia de COVID-19.

Cinco milhões de reais, aproximadamente, serão investidos para 600 mil habitantes dos vinte municípios do Território de Identidade Litoral Norte e Agreste Baiano com a implementação da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc. Isso sem considerar os recursos que também poderiam chegar através do Governo do Estado da Bahia, que terá que distribuir mais de 100 milhões de reais para todos os territórios². Nesse cenário, os agentes culturais estão mobilizados e com a expectativa de que esta política pública de cultura possa chegar, efetivamente, aos cidadãos trabalhadores e trabalhadoras da cultura que mais precisam.

Isto posto, o presente relato parte de uma experiência de articulação institucional que está sendo realizada em Alagoinhas, Bahia, cidade de maior porte da microrregião, e busca apresentar uma fotografia do cenário atual considerando os desafios institucionais, territoriais e de articulação local em meio à pandemia ocasionada pelo novo Coronavírus..

Em relação à institucionalidade cultural municipal, observamos que sete municípios do território de identidade aderiram ao Sistema Nacional de Cultura: Alagoinhas, cidade com a maior população da região, com aproximadamente 150 mil habitantes; Catu e Inhambupe, localidades que têm entre 20 e 50 mil habitantes; Sátiro Dias, Aramari, Jandaíra e Pedrão,

¹ Pesquisador do Observatório da Diversidade Cultural (ODC). E-mail: juanbrizuela.gpc@gmail.com

² Estimativa de repasse elaborada pela área técnica de cultura da Confederação Nacional dos Municípios – CNM.

municípios com menos de 20 mil habitantes cada. Dentre eles, apenas Alagoinhas e Sático Dias criaram legislação específica sobre o Sistema Municipal de Cultura³. Por outro lado, Aramari aparece como o único município com Secretaria exclusiva de Cultura⁴.

São três as formas de transferência de recursos disponíveis de acordo com a Lei Aldir Blanc: I. Auxílio emergencial de R\$600,00 (seiscentos reais) mensais para quem não receba benefício do governo federal (a não ser o Bolsa Família, que pode sim ser acumulado); II. Subsídio para grupos e espaços culturais de 3 a 10 mil reais, com ou sem CNPJ, com dois anos de atuação no território e que estejam paralisados por conta da pandemia e; III. Chamadas públicas, a exemplo dos editais, com mínimo de 20% do recurso estimado tanto para municípios como para estados. Com as informações disponíveis até o momento, ainda ficam dúvidas sobre regulamentação específica, em especial sobre as competências dos governos estaduais e municipais. Contudo, uma das certezas é a importância dos cadastros culturais, tanto locais quanto dos entes federados e do próprio governo federal, para homologar quem efetivamente se desempenha como trabalhador e trabalhadora da cultura e dos segmentos criativos.

A mobilização e articulação territorial costumam se configurar como grandes desafios para os setores artísticos e culturais nos municípios. O contexto da pandemia acrescenta mais dificuldades, considerando que as reuniões presenciais e diálogos territoriais são fundamentais no processo de mobilização cultural. Para contornar a situação, os atores culturais têm se articulado, inicialmente, através de grupos de *WhatsApp*, seja por linguagem (música, dança etc.), por vínculo institucional (gestores de cultura dos municípios) ou abrangência territorial (localidades do mesmo território de identidade). As transmissões ao vivo (*lives*) também têm sido cada vez mais utilizadas como ferramentas de articulação.

Mais um desafio registrado nos municípios é o ano eleitoral. Embora isso possa dar maior visibilidade à dimensão cultural durante as campanhas, também sucede que vários servidores e gestores culturais serão candidatos, razão pela qual precisam se afastar da pasta ou do organismo de gestão cultural. Assim, quem assume neste contexto terá a responsabilidade de gerir um processo inédito em termos de gestão pública, considerando

3 Conforme registro no site oficial <<http://snc.cultura.gov.br/adesao/consultar/municipio>>. Acesso em: 10 jul 2020.
4 Informações disponíveis em <<https://www.aramari.ba.gov.br/site/OrgaosMunicipais>>. Acesso em: 10 jul 2020.

que não há registro recente de chamadas públicas em nenhum dos vinte municípios da região.

Outro elemento a considerar é o desgaste e frustração muito perceptíveis na relação do setor artístico com o poder governamental. São sinalizadas dificuldades para realizar inscrições e elaboração de projetos. Quando selecionados, os recursos costumam demorar para serem transferidos, gerando inconvenientes na gestão desse financiamento. Existe, também, discricionariedade na contratação e até no pagamento antecipado para os distintos grupos artísticos e culturais, como acontece nos festejos de São João. Nesse sentido, a maior parte dos setores artísticos e culturais não estão acostumados a lidar com os gestores municipais, muito menos de forma positiva e estimulante. Isso se manifesta, também, na dificuldade de realizar os cadastros culturais, já que não há estímulo para se registrarem porque “de qualquer forma, só serão beneficiados os amigos do poder”, como é comum ouvir.

Além disso, houve reações e mobilizações por fora dos setores governamentais, que incluem distribuição de cestas básicas e participação em *drive-thru* solidários. Empresários culturais locais têm investido em equipamento e novos tipos de espaços culturais, como por exemplo o Espaço das *Lives* de Alagoinhas, onde músicos e artistas podem participar por um valor acessível e a pauta publicitária vai passando ao longo das apresentações artísticas via *streaming*. Assim, boa parte dos empreendedores culturais estão reorientando o seu perfil sem muita expectativa real sobre a chegada efetiva desses recursos públicos.

Finalmente, está claro que a maior dificuldade de acessar os mecanismos previstos na Lei, além dos desafios mencionados, está no paradoxo de que aqueles trabalhadores rurais e grupos culturais que mais precisam, e que por diversas razões não têm conseguido sequer o auxílio emergencial de R\$600,00 (seiscentos reais) do governo federal, são os que apresentam mais dificuldade em exercer uma cidadania cultural digital com acesso às informações, à internet, aos cadastros, enfim, aos direitos culturais nesse novo contexto de pandemia de COVID-19.



BRUNO COELHO AZIZ LIMA
Padroeiras
61 x 42 cm
fotografia com interferência digital (mofo em parede)
Salvador, 2020

CADASTROS CULTURAIS EM TEMPOS DA LEI DE EMERGÊNCIA CULTURAL ALDIR BLANC

Ana Paula do Val¹
Caroline Craveiro²

RESUMO

O presente texto apresenta o cenário da emergência da pauta dos sistemas de informações e indicadores culturais no Brasil no contexto da pandemia de COVID-19 e para o cumprimento da Lei Aldir Blanc. Traz, também, apontamentos sobre os principais desafios para a constituição de cadastros públicos do campo cultural a partir de processos colaborativos.

No Brasil, a pandemia de COVID-19 trouxe à tona a fragilidade dos sistemas de dados e informações brasileiras, sobretudo das ferramentas de implementação e monitoramento de políticas públicas diante de uma crise sanitária no país. Percebeu-se, neste momento de emergência, que foi ínfimo o investimento e empenho público em ações efetivas de construção de bases de dados integradas entre os entes federados. São poucas as áreas nas políticas públicas brasileiras que avançaram em aprofundar um campo sistêmico de organização, integração de sistemas, sistematização e interpretação de dados para planejamento, gestão e monitoramento de políticas públicas em suas áreas de atuação.

É preciso destacar alguns pontos para pensarmos o uso da informação no planejamento, gestão e monitoramento de políticas públicas. O primeiro ponto é a produção dos dados e a confiabilidade dos mesmos. O segundo é sobre a apropriação e o uso destes dados na prática da execução da política pública.

No âmbito da Cultura e das instituições públicas de cultura, a informação sobre o campo cultural ainda é um desafio, tanto pela imaturidade em ações para o desenvolvimento do Sistema Nacional de Informações e

1 Pesquisadora do Observatório da Diversidade Cultural. E-mail: anap.doval@gmail.com

2 Pesquisadora do Observatório da Diversidade Cultural. E-mail: carol.crave@gmail.com

Indicadores Culturais (SNIIC)³ quanto pela pouca assimilação da cultura informacional nos processos de planejamento, monitoramento e avaliação das políticas culturais. Há discursos favoráveis à implantação dos sistemas de informações e indicadores nas esferas nacional, estadual e municipal, sem, no entanto, haver os investimentos e ações fundamentais e efetivas para sua constituição. Dados e informações sobre o campo cultural são produzidos e utilizados, cotidianamente, em projetos e ações específicas, porém, estão dispersos e raramente são tomados como subsídios para os processos decisórios sobre prioridades e diretrizes. Antes mesmo da definição de indicadores culturais, as gestões públicas de cultura precisam de organização para a produção de dados e informações de seus contextos culturais.

Dados e sistemas de informação no contexto das Políticas Culturais

Na área da Cultura, existem diversas bases de dados constituídas pelo IBRAM, IPHAN, ANCINE, Biblioteca Nacional e Cadastro dos Pontões e Pontos de Cultura, dentre outras. A FUNARTE, Fundação Cultural Palmares e Fundação Casa de Rui Barbosa também devem possuir bases de dados relativas às atividades que desenvolvem, dentre outras instituições. No entanto, é necessário compreender que a produção de dados por diferentes instituições da política cultural não corresponde à uma base de dados específica sobre trabalhadores da cultura e setores das cadeias produtivas, posto que não foram constituídas para esse fim. Grande parte das instituições públicas produzem e armazenam dados relativos aos seus processos administrativos e de gestão, com uma arquitetura e finalidade limitadas a servir aos propósitos dessas instituições.

O Sistema Nacional de Informação e Indicadores Culturais (SNIIC), criado pela Lei nº12.343, de 02 de dezembro de 2010, tem dentre seus objetivos “coletar, sistematizar e interpretar dados, fornecer metodologias e estabelecer parâmetros à mensuração da atividade do campo cultural e das necessidades sociais por cultura, que permitam a formulação,

³ O Sistema Nacional de Cultura foi incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012 e está disposto na Constituição Federal no artigo art. 216-A. O Sistema Nacional de Cultura estrutura a política nacional de cultura, instrumentos de gestão e promoção das políticas públicas de cultura democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação (União, estados, DF e municípios) e a sociedade. O SNC é organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais. O Sistema de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) é um dos elementos do SNC, foi criado pela lei federal no 12.343, de 2 de dezembro de 2010.

monitoramento, gestão e avaliação das políticas públicas de cultura e das políticas culturais em geral” (artigo 9). A lei dispõe sobre a obrigatoriedade de inserção e atualização permanentes de dados do campo cultural pela União, estados, Distrito Federal e municípios adeptos ao Plano Nacional de Cultura, e prevê a instituição de processos informatizados de declaração, armazenamento e extração de dados sobre o campo cultural. A proposta do SNIIC reconhece a diversidade das bases sobre informações culturais já existentes, prevê a interoperabilidade entre elas e um contínuo processo de construção de referenciais de indicadores para as políticas culturais, a partir das diretrizes da participação social, inclusão, descentralização, dentre outras.

No percurso da implantação do SNIIC, escolhas baseadas em experiências de mapas colaborativos⁴ desenvolvidos em plataformas *on-line*, geolocalizadas, com informações autodeclaratórias e programadas a partir de *softwares* livres, foram feitas para a construção de uma base nacional de dados e indicadores culturais, a exemplo da plataforma Mapa Cultural Brasil, que geolocaliza agentes e espaços culturais em todo o Brasil.

Agora, no contexto da Lei de Emergência Cultural nº 14.017/2020, chamada de Lei Aldir Blanc, a plataforma Mapas Culturais, também implantada por alguns estados e municípios, retorna à pauta como uma possibilidade de servir para o cadastro de agentes, instituições e espaços culturais. Esse retorno traz à tona também as necessárias indagações sobre o papel dos cadastros para a gestão pública, sobre as estratégias, linguagens e ações de mobilização para inclusão de diferentes atores culturais, a urgente superação da falta de acessibilidade digital, além de problemas crônicos relativos à estruturação de políticas sistêmicas no Brasil.

As ferramentas de cadastro e mapeamentos, como o Mapa Cultural, possibilitam, ao gestor, a constatação de uma fotografia territorializada de espaços e agentes culturais. Porém também demandam desenvolvimento para possibilitar a ampliação de uso e de análises mais densas sobre áreas e dinâmicas do campo cultural. Ao operar tanto no âmbito da comunicação (dando visibilidade a agentes e práticas por meio da divulgação de suas redes sociais e outras mídias no universo virtual, com uma sessão para

4 Os mapas SP Cultura (São Paulo, SP) e o Mapa Cultural de Fortaleza (CE) foram os primeiros experimentos de mapas culturais colaborativos digitais na gestão pública de cultura.

agenda e programação de eventos das ações dos cadastrados) quanto no âmbito da gestão de projetos e ações governamentais (a exemplo dos editais – uso mais recorrente pela gestão pública), esse tipo de base de dados precisa ser assimilada e continuamente desenvolvida, inclusive, a partir de estudos e pesquisas específicas sobre seus alcances e propósitos. Nesse contexto, ficou evidente que essa ferramenta requer o desenvolvimento de funcionalidades que atendam ao planejamento, monitoramento e avaliação das políticas culturais. E isso extrapola o momento emergencial da pandemia de COVID-19 e as insurgências decorrentes da Lei Aldir Blanc.

Diante desse cenário, é emergencial também a discussão ampla e efetiva sobre as bases de informações sobre trabalhadores, espaços e instituições culturais, que articulem União, estados e municípios, para definições de metodologias e plataformas que atendam às gestões públicas de Cultura e que expressem a diversidade do campo cultural. Ressalta-se que toda base de dados atende a determinadas finalidades. A demanda de um SNIIC volta-se à capacidade da gestão pública da Cultura em reconhecer e articular a existência de bases específicas que atendam aos segmentos e setores distintos que compõem o campo cultural e bases comuns para processos abrangentes e comuns. Por isso, considera-se um “sistema” e não um único repositório de dados. É um sistema que também pressupõe processos formativos, participativos, de construção dialógica entre os atores públicos e da sociedade civil.

Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc e os desafios para os cadastros e mapas

A identificação de trabalhadores da cultura, espaços, instituições e práticas culturais para o recebimento do auxílio emergencial, disposto na Lei, colocou os gestores públicos de cultura, novamente, diante das indefinições e imaturidades das políticas culturais: no meio do infinito debate que dispõe sobre “o que é cultura”, “o que é artista”, “o que é manifestação cultural” – num tempo de emergência no qual é preciso agir de forma hábil e reconhecer conteúdos já construídos coletivamente durante décadas, em conferências, planos de cultura, planos setoriais e políticas específicas (Patrimônio Cultural, das Artes, etc.).

A pandemia de COVID-19 e a Lei Aldir Blanc colocaram em pauta a necessidade dos cadastros e mapeamentos dos setores culturais com a demanda de dados que vão além de descrições sucintas, mas que possibilitem o dimensionamento quali e quantitativo dos setores culturais para ações emergenciais. As condições impostas pela Lei para o auxílio emergencial dos trabalhadores da cultura, por exemplo, revelaram a necessidade da gestão pública de Cultura reconhecer dados das condições laborais, de receita e de inserção social dos agentes, espaços e instituições culturais.

Para os setores culturais e artísticos, a assimilação ou resposta às ações emergenciais demonstram, mais uma vez, a diferença existente entre suas naturezas e formas de atuação. Setores mais profissionalizados, inseridos na lógica de mercado, respondem de um jeito totalmente diferente dos setores tradicionais. À gestão pública, novamente, caberá reconhecer essas especificidades dos segmentos do campo artístico e cultural, assim como suas particularidades territoriais para definir diferentes estratégias de apoio e efetivação das ações emergenciais. A definição de prioridades, as ações de buscas ativas, de mobilização, e a inclusão das instâncias participativas, a exemplo dos Conselhos de Políticas Culturais e a mobilização de movimentos culturais e sociedade civil organizada (sobretudo na ausência de conselhos) serão fundamentais para se constituir um cadastro efetivo da área cultural.

A Lei Aldir Blanc dispõe que os trabalhadores e espaços culturais beneficiados poderão compor os seguintes cadastros: Cadastros Estaduais de Cultura; Cadastros Municipais de Cultura; Cadastro Distrital de Cultura; Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura; Cadastros Estaduais de Pontos e Pontões de Cultura; Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC); Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (Sicab), e outros cadastros referentes a atividades culturais existentes na Federação, bem como projetos culturais apoiados na Lei nº 8.313/1991 do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), nos últimos 2 anos à publicação da Lei Aldir Blanc. Esse reconhecimento demonstra que esses cadastros são instrumentos que demandam contínuo aprimoramento para a gestão das políticas de fomento, reconhecimento e valorização dos setores culturais e que, se estão deficitários em termos

de abastecimento de dados, é porque não foram, de fato, assimilados nos processos de gestão institucional.

Para tanto, é indispensável que se reconheça a necessidade de uma discussão técnica que não asfixie o conteúdo e que seja mobilizada por conhecimentos multidisciplinares e especialistas envolvidos com experiências em análise e construção de dados e estatísticas, programação de sistemas de informação, construção de ontologias, domínio de repertórios e conteúdos artísticos e culturais, tanto no que tangem seus conceitos e práticas (aqui o conhecimento pode ser de acadêmicos ou de praticantes, por exemplo, mestre de cultura), quanto processos de planejamento, gestão e monitoramento de políticas públicas de cultura. Não nos faltam referências e prestígio dos institutos de pesquisa públicos, como IBGE e IPEA, para capitanear um processo de cooperação. Além do necessário diálogo com outras políticas e ministérios para poder integrar sistemas de informações, minerar e cruzar dados de outros sistemas.

Outro ponto importante na construção de cadastros para o campo cultural é referente ao que é reconhecido, por gestores públicos e sociedade civil, como trabalhadores e fazedores de artes e culturas. Faz-se necessário que esta pauta seja discutida e que garanta mecanismos de reconhecimento e regulamentação nacional. Isso passa pela discussão sobre qual ideia de cultura norteará a construção do cadastro e, conseqüentemente, quem será atendido. Esta concepção precisa ser discutida e regulamentada, incluindo, sobretudo, as práticas que ocupam um sentido mais antropológico (a cultura enquanto modos de viver e estar no mundo), bem como grupos de técnicos e outros profissionais que estão envolvidos diretamente com a cadeia de produção artística e cultural. Diferentes contextos locais e políticos podem implicar no reconhecimento e legitimação de algumas práticas e outras não.

Outro aspecto que deve ser ressaltado nos debates sobre cadastros e mapeamentos, e é quesito fundamental para a efetividade desses, é a linguagem adotada por tais instrumentos. Tanto a plataforma dos Mapas Culturais como outros mapeamentos digitais precisam apurar o quanto, de fato, são acessíveis e assimiláveis para a maioria da população ou para os grupos aos quais se destinam. Dois casos nos parecem ser relevantes para refletirmos sobre a linguagem informacional. A primeira é referente

ao Mapa SP Cultura, que mesmo tendo quase 30 mil cadastros (agentes e espaços) recebe muitas críticas por parte dos cadastrados por ser uma plataforma difícil de navegar, sobretudo na parte de inscrição em editais da própria Secretaria de Cultura de São Paulo. Outro caso é o cadastro da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc do Governo Federal para a crise do COVID-19, no qual milhares de pessoas se cadastraram, diversas vezes, até serem aprovadas para análise e muitas nem conseguiram se inscrever por falta de compreensão da linguagem ou dos campos (perguntas) a serem preenchidas. Desta forma, é muito importante que o cadastro tenha uma linguagem acessível de navegação e validação de dados, além de enunciados claros e que não gerem ambiguidades nas interpretações. Isso também implica em criar nomenclaturas simplificadas e de fácil entendimento para agilizar os processos e não gerar dúvidas quanto ao que o usuário deve se denominar ou mesmo não se reconhecer. As tecnologias devem ser capazes de lidar com variáveis em diferentes escalas e graus de generalidades e especificidades.

Um elemento de destaque corresponde aos limites do cadastro ser autodeclaratório. Como cadastros por autodeclaração, há a necessidade de criação de meios de verificação e validação das informações por parte da gestão pública. No contexto da Lei Aldir Blanc, o reconhecimento dos cadastros autodeclarados pressupõe a capacidade de validação por parte dos estados e municípios. Esse limite se amplifica ao somar a necessidade de verificação das informações imputadas pelos cadastrados à responsabilidade do próprio cadastrado. Nesse sentido, duas questões despontam como desafios: uma referente à compreensão dos enunciados por parte do usuário e repertório cultural que ele detém (domínio das nomenclaturas) para responder aos enunciados (ex: agentes de culturas de tradição oral participarão destes cadastros), e como os agentes públicos farão a leitura e a validação dessas informações. A conformação de cadastros implica em processos de leituras e escritas sobre si e sobre o outro.

Com as medidas de distanciamento social, o processo de cadastro requer o uso de ferramentas virtuais, o que evidenciou outro demarcador de desigualdades sociais que é o acesso à banda larga e internet. Segundo o Comitê Gestor da Internet (CETIC, 2018), mais de 70 milhões de brasileiros não

têm acesso à rede de dados e banda larga e uma grande parcela acessa a internet via *smartphone*, através de pacotes telefônicos selecionados pelas operadoras para acesso às redes sociais, o que dificulta o acesso à rede de informações, sítios e outros endereços do território internet.

Desta maneira, é urgente que, neste momento de pandemia, se definam diferentes estratégias para realização dos cadastros a fim de alcançar também os agentes e espaços excluídos do acesso à internet. Para isso, torna-se fundamental a constituição e atuação das redes de setores artísticos e culturais locais e regionais, compostas por agentes e mobilizadores da sociedade civil, movimentos sociais e outros agentes públicos, principalmente, para que o cadastramento chegue em áreas mais remotas e vulneráveis.

Considerações finais

A busca pela implantação do cadastro emergencial para a atender à Lei Aldir Blanc, portanto, costurou a pauta das ações emergenciais e urgentes a outras pautas de processos em andamento e, em sua maioria, interrompidos no âmbito das políticas públicas de Cultura. Expôs as crônicas e inflamadas pautas sobre inclusão, acessibilidade e participação social, bem como evidenciou a deficitária estrutura de bases informacionais do campo cultural brasileiro. E, novamente, instaurou o debate em torno do Sistema Nacional de Cultura (SNC) e dos sistemas estaduais e municipais, ressaltando-se que não se efetivam políticas de abrangência nacional sem o permanente diálogo e construção de consenso entre os gestores e dirigentes federais, estaduais e municipais. Também demonstrou que a mobilização dos movimentos sociais e culturais produzem pressões necessárias para processos formuladores de legislações e que esse é o caminho provável para se restituir pautas da cultura e pressionar o governo federal.

Porém é necessário reconhecer que a execução da Lei Aldir Blanc (lei nº 14.017/2020) é limitada por sua finalidade emergencial no contexto da pandemia de COVID-19, pelo recurso disponibilizado e por termos dispostos específicos. Sejamos realistas de que não se trata de uma lei de regulamentação do Sistema Nacional de Cultura ou de estruturação

de seus elementos, nem mesmo é um programa específico de médio ou longo prazo para o campo cultural. É uma ação emergencial para socorrer agentes e espaços culturais que, por falta de políticas públicas fortalecidas e consolidadas, nem sequer, ou minimamente, estão mapeados e cadastrados.

Ações emergenciais e contextos pandêmicos exigiram da gestão pública a definição clara da finalidade de cadastros, bem como de instrumentos e tecnologias que viabilizem a inclusão e a simplificação de procedimentos burocráticos e de controle de repasses e benefícios. Assim, nos parece arriscado não haver preocupação com a padronização de informações e bases de dados.

Se por um lado é importante que municípios e estados construam seus próprios sistemas de bases e indicadores culturais a partir de suas particularidades e contextos socioculturais e territoriais, não é neste momento de emergência sanitária e econômica que o desejo antigo de se fazer um grande mapeamento da diversidade cultural vai se viabilizar. Desta maneira, o ideal neste momento seria uma base única de dados nacional (conectando estados e municípios). Na ausência de uma base nacional, seria importante estados e municípios estabelecerem bases de dados comuns (estaduais e regionais para municípios de pequeno porte ou que configurem consórcios), pois isso garantiria posteriormente o aprofundamento e consolidação de um cadastro único de dados (com informações padronizadas e comparáveis) do setor cultural. Poupano um grande desperdício de energias e recursos, sobretudo nos municípios de pequeno porte que, neste momento, avançam em uma corrida pela construção de cadastros, sem orientações precisas, sem suporte técnico (gestão e conteúdo), sem especialistas de infraestrutura de tecnologias de informação e sem recursos. No limite, estas desigualdades e assimetrias poderão colocar em risco o cumprimento desta pauta dos cadastros que a conjuntura exige.

Por fim, a objetividade e pragmatismo das ações emergenciais não devem suplantam mecanismos de participação social. Pelo contrário, devem servir de referência para a continuidade dos debates pertinentes às políticas culturais nos fóruns dos dirigentes e gestores municipais e estaduais, bem como nos conselhos de políticas culturais e fóruns diversos dos setores culturais.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 20 jul. 2020.

BRASIL, **LEI 14.017, DE 29 DE JUNHO DE 2020**. Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L14017.htm>. Acesso em: 20 jul. 2020.

BRASIL, **LEI Nº 12.343, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2010**. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12343.htm>. Acesso em: 20 jul 2020.

CRAVEIRO, Caroline. **Mapa Cultural BH - o uso da geocolaboração como instrumento de gestão pública de cultura**. In: VIII Seminário Internacional de Políticas Culturais. Rio de Janeiro, 2017.

DO VAL, Ana P. **Percursos metodológicos de um mapeamento na zona sul de São Paulo**. In: II Seminário Internacional Políticas Culturais. A produção de informações e a formação no campo da cultura. Rio de Janeiro, 2012.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. Editora Paz e Terra. 1992.



EDITH DERDYK
Série contágio = contagem
Dimensões variáveis
fotografia digital
São Paulo, 2020

**PROJETOS E ESPAÇOS
CULTURAIS EM TEMPOS
DE PANDEMIA**



BRUNO COELHO AZIZ LIMA
A caçada
37 X 51 cm
fotografia com interferência digital (taco de madeira)
Salvador, 2020

PANDEMIA POR COVID-19 E ISOLAMENTO SOCIAL: UMA LEITURA SOBRE ESPAÇOS CULTURAIS

Kátia Costa¹

Plínio Rattes²

RESUMO

O presente texto foi elaborado com base em depoimentos de dez profissionais do campo da cultura que atuam na gestão de espaços culturais localizados em diferentes estados brasileiros, que foram instados a compartilhar, por meio de um formulário *on-line*, suas experiências e reflexões acerca dos impactos causados pela pandemia de COVID-19 no dia a dia dos espaços de cultura nos quais trabalham.

Parafraseando o patologista e médico social Rudolf Virchow (1821-1902), a pesquisadora aposentada da FIOCRUZ, Dina Czeresnia, diz em seu mais recente artigo publicado no site da Associação Brasileira de Saúde Coletiva, que “a história das doenças epidêmicas deve ser uma parte inseparável da história cultural da humanidade” (2020, n.p.). Isso nos leva a refletir sobre o momento pandêmico em que nos encontramos e a ponderar acerca da conjuntura geopolítica atual, que tem desencadeado processos pouco comprometidos com a proteção da vida e mais com os interesses capitalistas contemporâneos. Segundo Czeresnia,

No século XXI, não faz sentido demarcar epidemias “naturais” de “artificiais”. O contexto da pandemia atual é indissociável dos alertas contra desordens climáticas produzidas por queimadas, desmatamentos, queima de fósseis combustíveis; consumismo desenfreado; alta concentração de renda e desigualdade extrema. (CZERESNIA, 2020)

A maneira como os ecossistemas são tratados reflete a força dos interesses econômicos das grandes corporações e governos, sobretudo, aqueles tachados de neoliberais. O acúmulo de dividendos financeiros e

¹ Pesquisadora do Observatório da Diversidade Cultural (ODC). E-mail: katiacosta.cult@gmail.com

² Pesquisador do Observatório da Diversidade Cultural (ODC). E-mail: pliniorattes@gmail.com

poder político-econômico estão acima de qualquer entendimento sobre a importância da proteção, promoção e equidade da diversidade cultural e ambiental. Diante desse contexto, nos debruçamos a refletir sobre o campo da cultura, em especial acerca do impacto da COVID-19 sobre os espaços culturais, sem perder de vista a conjuntura em que estamos inseridos.

No site Mapas Culturais³ que congrega os dados do antigo cadastro do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC), mantido pelo governo federal, estão registrados **19.165 espaços culturais no país**, que se destinam a criação, produção e difusão artístico-cultural e são diversos em características, objetivos, públicos-alvo e conteúdo. Esses locais são muito importantes para a dinâmica cultural das cidades porque abrigam variadas práticas culturais e manifestações artísticas, bem como por sintetizar a cadeia produtiva da cultura na medida em que acolhem em suas dependências a criação, a difusão e o consumo.

Além disso, é fundamental ressaltar a função social que os espaços culturais ocupam. Em muitos municípios brasileiros, eles contribuem para a sociabilidade e convivência das pessoas, pois não só desempenham uma função artística e cultural, mas atendem a demandas de eventos sociais. Também ampliam o leque de atividades, constituindo-se como espaços de construção de sentidos, de conhecimentos e de práticas diversas que impactam diretamente nas dinâmicas locais e territoriais. Refletem, ainda, nos modos de produção dessas localidades e nas relações de apropriação cultural pelas comunidades envolvidas.

A pandemia de COVID-19 assola e assusta todo o mundo desde o início do ano de 2020, causando feitos inéditos na vida contemporânea. Para além da crise sanitária, a pandemia e o consequente isolamento social, apontado como principal alternativa para combater o contágio pelo vírus, vêm provocando perdas consideráveis para a economia da cultura. Dentre os impactos está o fechamento de inúmeros espaços culturais pelo país, que pode ser avaliado por diferentes ângulos. Esses locais foram atingidos em cheio pela pandemia, mas não apenas por ela. Desde pelo menos o ano de 2016, o campo da cultura vem sendo desmantelado no que diz respeito à formulação e à implementação de políticas públicas, somado

³ O Mapas Culturais é um banco de dados disponível on line que congrega o antigo cadastro do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) e é integrado a outras bases de dados da Secretaria Especial da Cultura, como a Rede Cultura Viva, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e o Cadastro Nacional de Museus. Disponível em: <<http://mapas.cultura.gov.br/>>.

a uma conduta neoliberal e extremamente conservadora adotada como prática pelo atual governo federal. Essas questões não só impedem o desenvolvimento e fortalecimento do setor cultural como subvertem a lógica do direito à cultura pela população, conforme preconiza a Constituição Federal de 1988.

Assim, o desmonte das políticas culturais no país associado à pandemia configura um cenário trágico e insustentável para a sobrevivência não apenas de espaços culturais mas, sobretudo, dos profissionais que ali atuam direta ou indiretamente.

Por trás de cada espaço cultural fechado, a princípio temporariamente, estão inúmeros profissionais que foram empurrados ainda mais para uma conjuntura de vulnerabilidade socioeconômica. Segundo dados do IBGE do ano de 2018, estima-se que o número de pessoas que trabalham no setor cultural no Brasil gire em torno de 5,2 milhões, o que representa 5,7% das ocupações. A pesquisa aponta também que parte significativa destes profissionais, 44%, não possui renda fixa ou carteira assinada e desenvolve suas atividades de forma autônoma ou informal. Esse contexto de instabilidade e insegurança trabalhista torna ainda mais crítica a situação do campo da cultura.

Diante desse panorama, com o intuito de compreender melhor a conjuntura atual em que estão inseridos os espaços culturais no contexto de pandemia por COVID-19, o ODC ouviu dez gestores, produtores e artistas responsáveis pela gestão de alguns espaços culturais⁴ a partir de um formulário *on-line*.

Com o objetivo de obter olhares diversos, definimos como critério atrair para a pesquisa espaços culturais presentes em diferentes localidades do país. Assim, participaram espaços localizados em quatro das cinco regiões do país, em municípios de pequeno, médio e grande portes, seja em regiões centrais ou periféricas, com diferentes perfis de atuação. Metade deles é mantida pelo poder público (municipal, estadual ou federal) e a outra metade pela iniciativa privada, por associações, coletivos ou grupos artísticos, conforme a seguir.

⁴ Agradecemos a disponibilidade dos profissionais que gentilmente aceitaram participar desta pesquisa. A definição dos espaços culturais pesquisados tomou por base a diversidade de conteúdo, porte e localização.

Espaços culturais que participaram da pesquisa				
Nordeste				
Instituição / Espaço Cultural	Profissional entrevistado	Mantenedor	População	Localização territorial
			IBGE	
Casa de Cultura e Saberes Rosemberg Cariry	Antonio Freire	Associação Cultural Curumins do Sertão	132.123	Crato (CE) / Interior do Estado
Casa da Cultura de Teresina	Jôsy Brito	Público municipal	864.845	Teresina (PI) / Centro da cidade
Teatro Municipal João Paulo II	Francisco de Castro	Público municipal		Teresina (PI) / Bairro Dirceu Arco Verde
Teatro Castro Alves	Rose Lima	Público estadual	2.872.347	Salvador (BA) / Centro da cidade
Jam Music & Bar	Jamerson Silva	Privado		Salvador (BA) / Periferia (cajazeiras)
Coletivo Pachamãe de integração Latino Americana	Camila Melo	Privado		Salvador (BA) / Periferia (cidade baixa)
Norte				
Instituição / Espaço Cultural	Profissional entrevistado	Mantenedor	População/	Localização
			IBGE	
Diretoria de Cultura (Palácio da Cultura Cora Coralina)	Noracy Borges	Público municipal	51.252	Paraíso do Tocantins (TO) / Centro da cidade
Teatro Porão Cultural da UNIPOP - Instituto Universidade Popular	Alexandre Luz	Privado (financiamento estrangeiro)	1.492.745	Belém (PA) / Umarizal – Centro-sul de Belém
Sudeste				
Instituição / Espaço Cultural	Profissional entrevistado	Mantenedor	População/	Localização
			IBGE	
Associação Cultural e Educacional Circense Tápias Voadores	Viviane Tapia	Privado (parcerias com o poder público)	140.522	Teófilo Otoni (MG) / Interior do Estado
Sul				
Instituição / Espaço Cultural	Profissional entrevistado	Mantenedor	População/	Localização
			IBGE	
UFRGS- Departamento de Difusão Cultural	Claudia Boettcher	Público federal	1.483.771	Porto Alegre (RS) / Centro da cidade

Fonte: Elaboração dos autores, com base nas informações coletadas na pesquisa e no IBGE.

Dos dez espaços culturais pesquisados, a maioria mantém os contratos firmados com trabalho remoto, e apenas um manteve os contratos sem exigência de tipo de trabalho. Os demais não possuem contratos firmados, porque as atividades são realizadas por voluntários ou por prestadores de serviços (colaboradores externos).

Todos os espaços pesquisados informaram que se encontram com as atividades suspensas. Foi possível verificar, no entanto, que o impacto disso se dá de maneira distinta entre os espaços públicos e privados. Estes últimos, por exemplo, têm como principal fonte de recursos para a sua manutenção as receitas advindas das ofertas de serviços que oferecem à comunidade. Artistas e outros profissionais das artes, principais agentes que utilizam esses locais para a realização de atividades remuneradas como oficinas, cursos, apresentações artísticas, serviços técnicos, entre outros viram essas fontes desaparecer da noite para o dia.

Quanto maior e mais diversificada a oferta de serviços, maior o impacto na cadeia produtiva. Isso não desmerece a atenção aos espaços de menor porte, como é o caso do Jam Music Bar e Coletivo Patchamãe, respectivamente localizados em bairros periféricos de Salvador, e o Teatro Porão Cultural da UNIPOP - Instituto Universidade Popular, situado em Belém do Pará. Este último, além dos desafios que encara em seu cotidiano devido às características climáticas diferenciadas onde está inserido, com intensas chuvas, lidam também com os riscos impostos pelo fechamento temporário, como a possibilidade de invasões e roubos dos seus materiais e equipamentos.

Apesar de a maioria tecer comentários sobre os aspectos negativos ocasionados pela pandemia que mais atingem os espaços culturais, alguns gestores destacam como positiva a possibilidade de se desenvolver planejamentos que visem criar novas oportunidades de trocas a partir do ambiente virtual, com a propagação de atividades *on-line*. É o caso da Diretoria de Difusão da UFRGS, que afirma ser preciso se apropriar das ferramentas digitais na busca de novas formas de diálogo com os diferentes públicos, visando uma mediação cultural e artística para além dos espaços culturais físicos. É transpor barreiras para assim, manter a produção cultural viva e presente no cotidiano das pessoas, bem como manter a fidelização daqueles que já se envolvem com a arte e a cultura, como também cativar novos públicos.

Questionados sobre como estão redesenhando a programação ofertada pelos espaços durante a pandemia, quase todos apontaram a realização de atividades remotas, oferecidas por meio digital e plataformas *on-line*. Dentre as principais redes sociais utilizadas estão o *Instagram*, *YouTube*, *Facebook* e *WhatsApp*.

Na Bahia, o Teatro Castro Alves, um os maiores equipamentos culturais públicos do Estado, que possui dois corpos estáveis, a Orquestra Sinfônica da Bahia (OSBA) e Balé do Teatro Castro Alves (BTCA), readequou a programação para o ambiente virtual, tanto as atividades formativas, como as apresentações artísticas, e renomeou alguns projetos conhecidos pelo grande público, a exemplo do Domingo no TCA, que passou a ser chamado de Domingo no TCAemCasa.

Há, no entanto, aqueles espaços que encontram dificuldades no desenvolvimento de atividades *on-line*, por não possuírem acesso a uma boa rede de internet, como a Casa de Cultura e Saberes Rosemberg Cariry. Realidade esta que faz parte da vida de 47 milhões de brasileiros, que é o quantitativo de pessoas que não usa a internet no país, segundo pesquisa realizada pela TIC Domicílios, do Comitê Gestor da Internet (BRIGATTO, 2020).

No que diz respeito à elaboração de protocolos de segurança para uma possível retomada das atividades presenciais, ao menos cinco espaços culturais apontaram estarem em processo de elaboração de um conjunto de regras, com base em diretrizes estabelecidas pelas autoridades sanitárias. Dois deles, contudo, indicaram que não estão planejando o retorno porque não dispõem de recursos para colocar em prática as iniciativas exigidas para oferecer a segurança necessária aos públicos e colaboradores dos espaços.

Quando questionados se os impactos da pandemia podem gerar um processo de inovação no que se refere à atuação dos espaços culturais, as respostas são distintas, no entanto, a maioria considera que haverá mudanças, seja no trato com o público, seja pela continuidade das ferramentas digitais como suporte para a manutenção de uma programação virtual. Muitos acreditam, porém, que será possível voltar a um estado de “normalidade”, mesmo que essa normalidade não garanta ou mantenha o modelo de gestão existente antes da pandemia.

O desejo de mudança e inovação está presente nas falas dos gestores,

mas isso só ocorrerá mediante o enfrentamento de alguns desafios, considerando especialmente o contexto político-institucional que atinge os três níveis da federação, especialmente os municípios de pequeno porte, muitos dos quais se localizam em regiões precárias e desassistidas.

Vale destacar o sentimento de Jôsy Brito, gestora da Casa de Cultura de Teresina, que afirma o desejo de mudança e que este propicie a vitalidade do espaço cultural, pois este compõe a história da cidade, constituindo-se como um patrimônio. A gestora reitera também, que mesmo que haja o incremento das novas tecnologias para a disponibilização de uma programação cultural, o desafio é manter a presença do público. Nesse sentido, voltamos à importância da ocupação desses espaços pelas pessoas, o que de fato gera apropriação e empoderamento, seja por parte dos espaços culturais e suas equipes, seja pelo público que o frequenta presencialmente, experiências que o ambiente virtual jamais dará conta.

Francisco Castro, gestor de um espaço periférico em Teresina, o Teatro Municipal João Paulo II, ressalta as incertezas sobre o que o momento faz emergir e que será preciso repensar sobre as formas de atuação, em especial com os públicos escolares, tão frequentes no Teatro que administra.

No geral, todos acreditam em um processo de inovação, mas fica evidente que o sentido não é o mesmo para todos, pois está diretamente ligado ao perfil de atuação desses espaços e às competências e habilidades dos gestores quanto às condições que lhes serão permitidas para que atuem e construam novos processos.

Ao tratarmos sobre a Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc⁵, perguntamos como avaliam a possibilidade de transferência de recursos para espaços culturais e se seus espaços serão beneficiados com os recursos. A maioria considera uma oportunidade de apoio que contribuirá para a manutenção desses espaços. Dos dez gestores entrevistados, sete acompanharam as discussões sobre a Lei, um demonstra preocupação com a aplicação do recurso, outro reconhece desconhecer sobre o assunto e um último não acompanhou de perto os debates.

No caso dos espaços públicos, estes não receberão o auxílio emergencial devido a sua vinculação institucional, mas os privados visam

5 A Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc, sancionada em junho, estabelece um conjunto de ações para garantir uma renda emergencial para trabalhadores da área da cultura, além da manutenção dos espaços culturais durante a pandemia da COVID-19. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.017-de-29-de-junho-de-2020-264166628>>

o uso dele para investir na manutenção e reformas, aquisição de materiais e equipamentos, além de pagamento de dívidas. Mesmo os públicos, reconhecem a importância da manutenção desses espaços no que se refere ao abrigo dos profissionais contemplados com suas propostas artísticas e culturais.

A maioria destaca a importância desse recurso, não só para a manutenção dos espaços mas, sobretudo, para o investimento nos profissionais e nas cadeias produtivas da cultura. Essa é a grande preocupação do setor, tendo em vista que a ausência de políticas e investimentos na área sempre manteve a classe desprovida de oportunidades continuadas de trabalho e renda, sendo a pandemia uma bomba relógio que faz transbordar de forma escancarada a desigualdade de condições que os profissionais da área vivem, especialmente aqueles que margeiam os circuitos mais organizados da produção cultural.

Alguns apontamentos finais

Este breve texto buscou compilar impressões e reflexões sobre a problemática vivida pelos espaços culturais durante a pandemia de COVID-19, embora uma escala pequena de respondentes, mas bastante diversa e elucidativa, considerando os perfis dos espaços participantes.

Foi possível reunir depoimentos de gestores de diferentes níveis de formação e atuação no campo da cultura, que demonstraram estar cientes sobre os desafios para que o repasse de recursos previstos na Lei Aldir Blanc ocorra, e que estes cheguem o mais breve possível até a base da pirâmide logrando, assim, contribuir para atenuar as perdas acumuladas desde março passado, quando foi deflagrado o isolamento social.

Fica evidente na fala dos respondentes, e nós corroboramos, que o descaso e a descontinuidade das políticas públicas se constituem como um marco na gestão da cultura, impactando sobremaneira nas dinâmicas culturais locais. Obviamente, a Lei Aldir Blanc não resolverá todas as questões que impactam a sobrevivência dos espaços culturais. Contudo faz emergir em primeira escala uma discussão sobre a importância desses locais como lugares que abrigam ações e práticas culturais. Outra importante questão é o reconhecimento de qualquer pessoa que exerça

uma atividade artística ou cultural, não sendo necessário estar formalizada. Por fim, a Lei Aldir Blanc vem desencadeando uma intensa (re)articulação de diferentes setores da cultura, com envergadura nacional, propiciando, dentre outras, coisas uma profunda reflexão sobre as políticas e a gestão cultural no país consideradas à luz dos contextos regionais e locais.

No que diz respeito aos processos inovadores ocasionados pela pandemia, tema abordado na pesquisa, nos provoca a questionar sobre qual o conceito de inovação estamos falando se considerarmos os contextos e recursos disponíveis para desenvolver essas ações. Essa reflexão deve estar associada ao contexto de cada espaço, pois para o Teatro Castro Alves ou para a Diretoria de Difusão Cultural do UFRGS isso certamente contempla, dentre outras coisas, o incremento no uso das novas tecnologias, mas para os espaços culturais de pequeno porte pode estar relacionado a simples maneira de moldar as atividades de modo que garantam o distanciamento necessário entre as pessoas.

Considerando, ainda, os espaços localizados em municípios pequenos, marcados historicamente pela grande carência de recursos, não podemos deixar de ponderar sobre a sua manutenção para além do período pandêmico. A continuidade de processos que incentivem cada vez mais o reconhecimento do direito à cultura como um elemento central no desenvolvimento social, humano e cultural, envolve, sobretudo, investimentos em infraestrutura, recursos humanos, tecnologia e programação.

Os espaços culturais ocupam um lugar central na difusão de saberes e práticas, bem como na democratização e a democracia culturais. A cultura e a arte são lugares de trocas, de contatos e de interação que envolvem criatividade e emoção. Para que haja essa interação, o artista necessita estar e ver o seu público, sentir a sua emoção a partir da sua prática. A pandemia pode nos levar para muitos caminhos, mas não deverá nos distanciar daquilo que move a humanidade, que é a ação de criar e viver, a possibilidade de sentir o outro, na sua alegria e no seu bem-estar, esta é uma função própria da arte e da cultura.

REFERÊNCIAS

BRIGATTO, Gustavo. **Acesso à internet cresce no Brasil, mas 28% dos domicílios não estão conectados.** Valor Econômico. São Paulo. 26 de maio de 2020. Disponível em: <<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2020/05/26/acesso-a-internet-cresce-no-brasil-mas-28percent-dos-domicilios-nao-estao-conectados.ghtml>>. Acesso em: 13 jul. 2020

CZERESNIA, Dina. **COVID-19 é parte da história cultural.** Associação Brasileira de Saúde Coletiva. 29 abr. 2020. Disponível em: <<https://www.abrasco.org.br/site/noticias/especial-coronavirus/covid-19-e-parte-da-historia-cultural-artigo-de-dina-czeresnia/47505/>>. Acesso em: 14 jul. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados**, 2019, Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados>>. Acesso em: 13 jul. 2020.

Setor Cultural emprega 5,7% dos trabalhadores brasileiros. **Biblio Cultural Informacional.** CartaCapital, 9 de dezembro de 2019. Reportagens. Disponível em <<https://biblio.cartacapital.com.br/setor-cultural-emprega-57-dos-trabalhadores-brasileiros/>>. Acesso em: 12 jul. 2020.



JOÃO PAULO GUADANUCCI
compras (3)
21 x 13 cm
nanquim, aquarela sobre papel e moedas
São Paulo, 2020

REFLEXÕES SOBRE OS IMPACTOS DA COVID-19 NA EDUCAÇÃO MUSEAL

Luiza de Souza Lima Macedo¹

Pompea Auter Tavares²

RESUMO

A crise pela qual os museus passam foi agravada pelo fechamento das instituições frente à pandemia de COVID-19 que assola o país, o que impactou severamente os profissionais de educativos de museus. Nesse sentido, este artigo traz reflexões sobre a situação dos educadores de museus, a partir de levantamentos que buscam mapear os impactos da pandemia no setor.

Não é novidade a crise pela qual os setores culturais e artísticos têm passado nos últimos anos, situação agravada pelas ondas de crises econômicas mundiais das últimas décadas. O Brasil tem sofrido consideravelmente os impactos, ainda mais severamente após as eleições presidenciais de 2018, quando foi eleito o atual presidente do país, Jair Bolsonaro. Com agendas liberais e de extrema direita, os investimentos na área da cultura foram reduzidos consideravelmente, chegando até à extinção do Ministério da Cultura, transformado em Secretaria Especial de Cultura, atualmente vinculada ao Ministério do Turismo.

Tal panorama já existia antes da crise política e econômica gerada pela pandemia de COVID-19, mas foi potencializado com o fechamento dos museus e espaços culturais por tempo indeterminado, a proibição de aglomerações e eventos públicos, o fechamento de escolas e as medidas de distanciamento social. Essa situação trouxe à tona a fragilidade das instituições culturais no Brasil, principalmente dos setores educativos – responsáveis diretos pelo atendimento presencial do público, proposições pedagógicas, mediação cultural, dentre outras funções³ –, temas esses

1 Educadora e Gestora Cultural. E-mail: luizasl.macedo@gmail.com

2 Pesquisadora do Observatório da Diversidade Cultural (ODC). E-mail: pompeaa@gmail.com

3 Para saber mais sobre a educação museal no Brasil e o processo pela qual ela se constituiu como campo, nos museus, sugerimos a leitura do Caderno da Política Nacional de Educação Museal (PNEM), publicado em 2018 pelo Instituto

que serão aqui abordados.

Os impactos no setor criativo foram imediatos, com fechamento de grande parte dos espaços e projetos, fazendo com que inúmeros profissionais da cultura se vissem sem alternativa de trabalho, com contratos suspensos, demissões, reduções salariais, cancelamento de projetos e contratos, e trazendo sérios desafios institucionais. Segundo a 4ª Edição do Boletim de Resultados preliminares dos Impactos da COVID-19 na Economia Criativa do Observatório da Economia Criativa da Bahia, 89% dos participantes da pesquisa tiveram atividades canceladas desde o início da pandemia. Os impactos em escalada da crise indicam aumento considerável nas interrupções das atividades, de 48% em março para 69% em abril (CANEDO *et al*, 2020).

No caso da educação museal, as relações de trabalho que já eram precárias, muitas vezes informais, com uma grande massa de trabalhadores em regime de estágio ou prestação de serviços, sem vínculos empregatícios, ficaram ainda mais frágeis. Muitos trabalhadores de museus, que atuam por projetos temporários ou de longa duração, estão sem suas fontes de renda e sem alternativa de trabalho. Vale salientar que esta situação não acontece apenas no Brasil, mas também nos Estados Unidos e na Europa. Instituições como o Museu de Arte Moderna de Nova Iorque (MoMA)⁴ e o Serralves⁵ de Portugal, por exemplo, encerram seus contratos com educadores *freelancers*, que não faziam parte do quadro efetivo da instituição. Os trabalhadores com vínculo empregatício se restringem, nos exemplos citados, a cargos de coordenação, gerência e direção de áreas. De acordo com o relato de alguns funcionários e matérias jornalísticas, com a interrupção das atividades dos museus e a consequente crise financeira, não houve diálogo com esses trabalhadores em busca de renovar seus contratos de prestação de serviço educativo durante o período da pandemia.

As demissões causaram uma grande agitação no cenário cultural, aparecendo em noticiários, fóruns e debates *on-line*. Museus e centros culturais foram questionados sobre os cortes e suas justificativas ficaram

Brasileiro de Museus (IBRAM) e disponível em <<https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/Caderno-da-PNEM.pdf>>.

4 Moma Terminates All Museum Educator Contracts. Hyperallergic, 2020. Disponível em: <<https://hyperallergic.com/551571/moma-educator-contracts/>>. Acesso: 9 julho 2020.

5 Colaboradores do Serviço Educativo de Serralves acusam fundação de os descartar. Público, 2020. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2020/04/06/culturaipsilon/noticia/colaboradores-servico-educativo-serralves-acusam-fundacao-descartar-1911163>>. Acesso em: 9 julho 2020.

em torno dos fatores já apontados, como suspensão da bilheteria e cancelamento de patrocínios, dentre outros. Desse modo, fica evidente a percepção institucional sobre as ações educativas, mais uma vez vistas apenas como atendimento ao público ou como contrapartida social de patrocínio e investimentos externos, em lugar de ser compreendida e valorizada como um recurso para o fortalecimento da comunicação e a ressignificação de acervos e obras por meio de ações virtuais. Por outro lado, redes de educadores e comitês de museologia começaram um intenso debate e investigação sobre a situação atual de educadores e instituições.

De forma a mensurar os impactos da pandemia nos museus, o Comitê Internacional de Museus (ICOM) realizou uma pesquisa com 1.600 profissionais de museus de 107 países durante os meses de abril e maio de 2020. Na pesquisa constatou-se que o futuro de muitos museus está em risco, com incertezas e dúvidas diante da realidade que vivemos neste momento, sendo fundamental apoio e respostas rápidas dos governos frente à crise no setor (ICOM, 2020, p.3). Segundo a pesquisa, 94,7% dos museus participantes tiveram que fechar devido à pandemia, com incremento das atividades digitais durante o período de fechamento. O estudo também indica que 84% dos profissionais de museus estão atualmente em teletrabalho, e 6% dos contratos de trabalho temporários foram encerrados ou não renovados. Mais alarmante é a situação de autônomos, indicada no estudo, já que 56% dos respondentes afirmam ter suspenso seus próprios salários em função da crise e 39,4% disseram ter reduzido pessoal de suas empresas do setor museal.

Segundo levantamentos realizados pelo Comitê de Educação e Ação Cultural do Conselho Internacional de Museus (CECA-Br / ICOM-Br) e a Rede de Educadores Museais do Brasil (REM-Br), no início da pandemia, em março de 2020, muitas instituições demitiram número considerável de trabalhadores da educação museal. Esses estudos indicam que de 147 instituições participantes da pesquisa, distribuídas em 58 cidades de 19 unidades da federação, 24% realizaram demissões desses profissionais e 3% tiveram suspensão de contratos e projetos educativos (ICOM, 2020).

Verificando os impactos da pandemia no setor, a REM-Br e demais articulações estaduais iniciaram amplo diálogo com educadores museais de todo o país, em busca de entender a real situação dos profissionais e

educativos. Para isso, foram realizados encontros virtuais para escuta dos envolvidos e proposição de grupos de trabalho para refletir sobre a situação. Um desses momentos ocorreu em 17 de abril de 2020, logo no início da pandemia no Brasil, e contou com representantes de quase 80 instituições museais de todo o país. A partir de então, a Rede iniciou algumas pesquisas e a escrita de cartas públicas e manifestos, repudiando as demissões e pedindo atenção para a importância do trabalho educativo⁶.

É importante pensar, também, naqueles que permaneceram trabalhando e nos desafios colocados a esses profissionais. Da noite para o dia, os educativos passaram de setores de mediação e atendimento ao público para aqueles que são responsáveis pelo desenvolvimento de conteúdos para plataformas digitais, programação cultural virtual, as famosas *lives*, escrita de projetos de incentivo e captação de recursos para manutenção das atividades e tantas outras tarefas. Vemos que os profissionais educativos têm se dedicado à construção de conteúdos, atividades e projetos sem terem sido preparados para tal tarefa. Além disso, com a redução nos quadros de funcionários, os que permanecem nas instituições têm sido altamente demandados, uma vez que, segundo a pesquisa do ICOM mencionada anteriormente, com a pandemia de COVID-19 as atividades digitais nos e dos museus aumentaram ao menos 50%⁷.

Talvez a situação na qual se encontram os educadores e educadoras museais seja um reflexo da informalidade da profissão, para além da precariedade do setor cultural. Atualmente não há formalização profissional, sindicatos ou registro de trabalhadores da área. Segundo Silva (2017):

A dificuldade em refletir sobre a profissionalização do mediador cultural passa pela sua não existência legal na CBO [Classificação Brasileira de Ocupações]. Portanto, como uma profissão que não obedece às regras e padronizações instituídas pelo MTE [Ministério do Trabalho e Emprego], cada equipamento cultural contrata os trabalhadores de sua equipe de maneira particular e de acordo com os interesses da instituição, pagando o salário que considera justo, oferecendo os benefícios que julga necessário ou, no limite, quando a lei obriga este pagamento. (SILVA, 2017, p. 179)

6 O documento completo da reunião, no qual constam os encaminhamentos, instituições participantes e grupos de trabalho está disponível em <http://www.icom.org.br/files/Resultados_reuniao_educativos_museais_e_acoes_digitais_na_pandemia_17_de_abril_de_2020.pdf>. Acesso: 10 julho de 2020.

7 Disponível em <https://icom.museum/wp-content/uploads/2020/05/Informe-museos-y-COVID-19.pdf>. Acesso: 10 de julho de 2020.

Essa ausência de formalização enfraquece as demandas por melhorias de trabalho e garantias de postos, assim como subsídio para capacitar as equipes e desenvolver novas formas de trabalho frente ao cenário atual.

Para além da precariedade do trabalho e sucateamento da cultura, é importante pensar no papel preponderante que os museus podem exercer no chamado “novo normal”. Segundo o ICOM, museu é uma instituição sem fins lucrativos, a serviço do desenvolvimento da sociedade que “adquire, conserva, pesquisa, divulga e expõe, para fins de estudo, educação e lazer, testemunhos dos povos e seu ambiente” (DESVALÉES; MAIRESSE, 2016, p. 36). Pensando os museus pela vertente da Museologia Social, as instituições museológicas devem ter como premissa servir ao desenvolvimento da sociedade como um espaço de lazer e educação (CHAGAS, 2012). Nesse sentido, os museus podem ser uma alternativa para repensar as relações sociais pós-pandemia, além de ser espaço (virtual ou físico) para debates, preservação da memória, reflexões e educação estética. Para isso, faz-se necessário que as instituições reconheçam e acolham lutas e conflitos sociais, repensando seus próprios discursos e ações, interna e externamente (MONTERO, 2012). Para tanto, é importante que tenham educativos diversos, robustos e bem estruturados, de forma a pensar e mediar de forma crítica sua relação com a comunidade.

Como visto nas cartas e pesquisas realizadas pela REM-Br e CECA/ICOM, a pandemia fez com que os profissionais se rearticulassem e se mobilizassem em prol da agenda da educação museal. A escrita deste texto não foi tarefa simples, pois se deu em meio à pandemia e às discussões de seus impactos com pesquisas e publicações ainda em curso, que refletem sobre o campo. Em breve, será possível fazer reflexões mais aprofundadas sobre os temas abordados, tendo em mão os frutos dos debates gerados.

É preponderante que o setor pense em protocolos de retomada que englobem não somente as questões sanitárias, fundamentais nesse momento, mas também em possibilidades de fomentos para o setor e, conseqüentemente, a recolocação de profissionais e o restabelecimento de projetos educativos que se encontram paralisados devido à crise.

REFERÊNCIAS

MONTERO, Javier R. Experiencias de mediación crítica y trabajo en red en museos: de las políticas de acceso a las políticas en red. **Revistas Museos**, n. 31. Santiago: DIBAM, 2012, pp. 76-87.

CANEDO, D; LIMA, C.; PONTE, E. ; COSTA, L.; CAMPOS, L. G.; QUEIROZ, M.; SOUZA, R. P. T. R. ; PAIVA NETO, C.; GUERRA, C. M.; CALDAS, R; CARVALHO, R. **Impactos da COVID-19 na Economia Criativa - Boletim Resultados Preliminares** - Edição 4 2020 (Boletim periódico de pesquisa). Disponível em: <https://ufrb.edu.br/proext/images/covid19/boletim/Boletim_Resultados_Preliminares_edicao_4_-_Impactos_da_Covid-19_na_Economia_Criativa_1.pdf>. Acesso em: 9 de julho de 2020.

ICOM. **Carta Aberta dos educadores museais brasileiros sobre os efeitos da Pandemia de Covid-19 na educação museal no Brasil**. 2020. Disponível em: <http://www.icom.org.br/files/Carta_Aberta_e_Recomenda%C3%A7%C3%B5es_para_Educa%C3%A3o_Museal_no_Brasil.pdf> . Acesso em: 28 de julho de 2020.

CHAGAS, Mário de Souza. Museus, memórias e movimentos sociais. **Cadernos de Sociomuseologia**, n. 41, 2012.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (Org.); SOARES, B. B.; CURY, M. X. (Tradução e comentários). **Conceitos Chave de Museologia**. Belo Horizonte, MG: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Superintendência de Museus e Artes Visuais: Secretaria de Estado de Cultura, 2016.

SILVA, Cintia Maria da. **Mediador cultural: profissionalização e precarização das condições de trabalho**. 2017 Dissertação - Instituto de Artes da Universidade Estadual Paulista. São Paulo, 2017.

ICOM. **Museos, profesionales de los museos y COVID-19**. 2020. Disponível em: <<https://icom.museum/wp-content/uploads/2020/05/Informe-museos-y-COVID-19.pdf>>. Acesso em: 28 jul 2020.



FELIPE REZENDE
Minueto I (Série Peças para Piano)
9 X 7 X 7 cm
óleo, acrílica e desenho a carbono sobre madeira
Barreiras, 2020

OS DESAFIOS EMERGENTES NO ENSINO DO AUDIOVISUAL DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19: RELATO DA EXPERIÊNCIA DO PROJETO CINE VIDA

Leandro Ricardo Wenceslau¹

RESUMO

O objetivo do artigo é apresentar os desafios emergentes no ensino do audiovisual no contexto da pandemia de COVID-19 por meio do relato da experiência do projeto Cine Vida, ressaltando os aspectos de transposição emergencial de oficinas presenciais para um formato remoto que busque assegurar acessibilidade, diversidade e democratização.

Introdução

Os setores da cultura e da educação começaram a enfrentar grandes problemas para a continuidade de suas atividades com os agravamentos da pandemia de COVID-19 em todo o mundo. A situação no Brasil se agravou a partir de março de 2020, quando a pandemia se instalou nas cidades brasileiras, trazendo de volta a condição das pestes do passado, obrigando cidades inteiras a decretarem isolamento social, acirrando uma guerra política e ideológica alimentada por informações contraditórias e agravada pela falta de uma liderança confiável que seja capaz de fornecer esclarecimentos e orientações seguras à população (HARARI, 2020).

Ações emergenciais foram iniciadas para buscar minimizar os impactos negativos nas redes de ensino pública e privada do país. De forma geral, o setor da cultura se viu como um dos mais afetados e sem perspectivas de retorno em curto prazo. A falta de coordenação estrutural em um momento como esse, quando anúncios, trocas e mudanças ininterruptas de ministros da educação, cultura e saúde escancararam o desalinhamento e descaso do governo federal com as pastas, justamente quando foram cobradas respostas e ações rápidas em uma das maiores crises sanitárias

¹ Pesquisador do Observatório da Diversidade Cultural (ODC). E-mail: leowenceslau@gmail.com

da história da humanidade. Este cenário intensificou os desafios de construir ações integradas para os processos de continuidade das atividades da cultura em todo o país. Todavia, mesmo antes da pandemia se instalar no Brasil, a cultura já sofria com uma profunda crise e enfrentava uma guerra ideológica com o atual governo, que desenvolveu uma estratégia de enfraquecimento de políticas públicas voltadas à cultura como, por exemplo, o Fundo Setorial do Audiovisual – FSA, que sofreu uma paralisação desde 2019, afetando dezenas de milhares de trabalhadores (MUNIZ; VIEIRA, 2020).

Frente aos desafios impostos à cultura, de forma emergencial, os agentes culturais começaram a criar novas articulações para a realização de aulas, oficinas, eventos, festivais, shows, mostras, seminários, bate-papos, exposições e outras manifestações culturais, educacionais e artísticas, derrubando as barreiras de desconfianças dos próprios profissionais sobre novos meios e abrindo espaço para as novas experiências de entretenimento, formação e pesquisa (COUTO; PORTO; SANTOS, 2016). E através da adoção de ferramentas que pudessem se tornar alternativas para a manutenção de suas ações, as novas tecnologias como as transmissões *on-line*, videoconferências, plataformas de ensino à distância e redes sociais ganharam um lugar central na hora de conectar agentes culturais, professores, pesquisadores e artistas a seus públicos. Esses esforços, mesmo apartados de uma sistematização dos governos e utilizando pouco o referencial de outros países que têm conseguido atingir resultados positivos, têm se tornado os subsídios para o desenvolvimento de um modelo de mediação de acesso ao entretenimento, cultura e educação do futuro.

Relato da experiência do Projeto Cine Vida

Cine Vida é um projeto que realiza oficinas gratuitas de formação audiovisual em diversos centros culturais e equipamentos ligados à Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura de Belo Horizonte. O projeto, antes da pandemia do novo Coronavírus, vinha atuando nos últimos cinco anos na formação de jovens e adultos, ofertando 8 oficinas de 40 horas de duração em turmas de até 20 alunos, principalmente, situados nas áreas periféricas da cidade de Belo Horizonte.

As aulas eram ministradas presencialmente por professores de áreas distintas do audiovisual, abrangendo temas como roteiro, produção, arte, direção, fotografia e edição. Ainda ao longo de cada oficina, as turmas realizavam um filme de curta-metragem de cerca de 10 minutos de duração e anualmente o projeto promoveu uma mostra com todos os filmes feitos pelas turmas.

O projeto Cine Vida estava previsto para retornar em seu formato presencial no início do segundo semestre de 2020 e acabou afetado pelas restrições impostas pela Prefeitura de Belo Horizonte em resposta à pandemia. Desde então, a coordenação do projeto, junto com seus professores, se dedica a estudar a viabilidade de continuidade e manutenção de suas atividades de forma remota.

No entanto, traçar um paralelo aos processos adotados pela educação formal, seguindo seus poucos protocolos, resoluções e experiências tem se mostrado incipiente e, muitas vezes, ineficaz para um desdobramento das ações de ensino no projeto. Principalmente devido à própria natureza das ações que o Cine Vida explora como a prática, a sensibilidade e a arte do fazer audiovisual, limitando os exercícios práticos e experiências de filmagem dos curtas-metragens dos alunos.

Há, ainda, uma preocupação do projeto na priorização de vagas para públicos historicamente excluídos como negros, mulheres, LGBTQIA+, moradores de áreas periféricas e dos entornos dos centros culturais atendidos, o que complexifica a utilização de videoconferências, plataformas de ensino à distância ou redes sociais como meios de garantir democratização de acesso a esse público. Tais limitações colocam em xeque a efetividade do ensino remoto, não sendo coincidência que grupos de professores e pais tenham buscado na justiça ações contra este formato (FOLHAPRESS, 2020).

A implementação de oficinas remotas é uma resposta ao contexto atual, mas também suscita questões sobre suas vantagens e limitações. A transposição emergencial de um processo presencial de oficinas para um remoto ou híbrido esbarra na premissa de acessibilidade, democratização e diversidade, transformando plataformas reputadas como democratizantes em espaços gentrificados.

Considerações finais

Com a previsão dos efeitos prolongados da pandemia, o que percebemos é que, de fato, os processos de aprendizagem do futuro se constroem com base na experiência de um processo de crise. Essas experiências de ensino remoto – especialmente as de educação na cultura – ainda abarcam uma parcela restrita de pessoas e sublinham os desafios da educação mediados por tecnologias digitais que garantam acessibilidade, promovam diversidade e sejam democratizantes.

REFERÊNCIAS

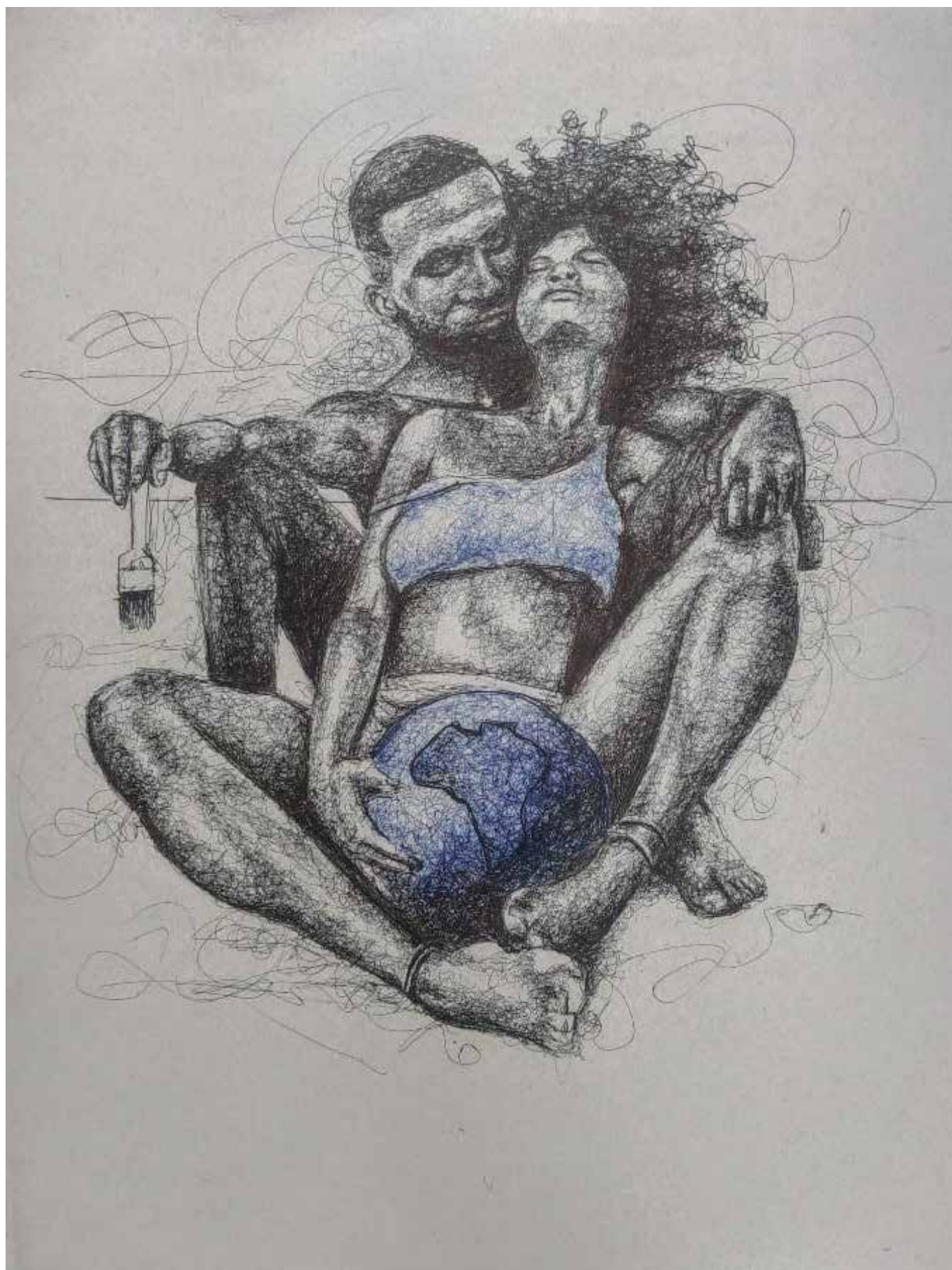
COUTO, E. S.; PORTO, C.; SANTOS, E. (org.) **App-learning: experiências de pesquisa e formação**. Salvador: EDUFBA, 2016.

HARARI, Y.N. **Nabalha contra o Coronavírus, faltam líderes à humanidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

FOLHAPRESS. **Professores e pais acionam Justiça contra ensino remoto nas escolas**. O Tempo, 03/05/2020. Disponível em: < <https://www.otempo.com.br/coronavirus/professores-e-pais-acionam-justica-contra-ensino-remoto-nas-escolas-1.2332514>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

MUNIZ, Alexandre; VIEIRA, Luciana. **Política audiovisual em tempos de COVID-19: arte e indústria em confinamento**. 21/05/2020. Disponível em: < <http://anesp.org.br/todas-as-noticias/2020/5/22/politica-audiovisual-em-tempos-de-covid-19-arte-e-industria-em-confinamento>>. Acesso em: 09 jun. 2020.

NASCIMENTO, Aline. **Com 20% de carga horária remota, Educação vai transmitir aulas pela TV e rádio para alunos no AC**. 07/06/2020. Disponível em: < <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2020/06/07/com-20percent-de-carga-horaria-remota-educacao-vai-transmitir-aulas-pela-tv-e-radio-para-alunos-no-ac.ghtml>>. Acesso em: 11 jun. 2020.



ELSON JUNIOR
Preto Amor
29,7 x 42 cm
caneta esferográfica sobre papel
Salvador, 2020

ATUALIZANDO O SISTEMA: A CASA PRETA E A PANDEMIA

Vitor Barreto¹

RESUMO

O relato a seguir apresenta um pequeno histórico do surgimento da Casa Preta Espaço de Cultura e seu desenvolvimento ao longo dos anos. O texto enfoca os modos de gestão antes da pandemia e, por conseguinte, apresenta impactos desta na atuação do espaço cultural.

Um velho sobrado construído para fins residenciais supostamente nos anos 20 - não se sabe ao certo - localizado no bairro Dois de Julho, centro antigo da cidade de Salvador, que desde 2009 tem se conformado um espaço cultural pela ação de inúmeros artistas, produtores e públicos que por lá estiveram ao longo desses quase 11 anos. Na ideia dos que primeiro chegaram, era para ser um bar cultural; entretanto, com a cena cultural ampliada naquele período pela ocorrência de mais possibilidades de fomento às artes, grupos artísticos se propuseram a criar obras no e a partir do lugar. Assim, os quatro pavimentos (subsolo, térreo, primeiro andar e terraço) foram sendo subdivididos para locação - às vezes mais permanente, às vezes mais efêmera - pelos diversos coletivos que por lá passaram.

Ao longo desse período, cada um desses coletivos buscou construir seus subterritórios naquele espaço, bem como outros coletivos surgiram a partir de encontros propiciados no local. Nos primeiros anos, a Casa Preta era a referência onde se realizavam as atividades de cada um desses grupos. Contudo com o passar do tempo e da convivência naquele ambiente, compartilhando infraestruturas de som, luz, materiais ou, simplesmente, pessoas juntas dando forma à diversidade de atividades promovidas no espaço, tornou-se perceptível que além de compor cada um dos grupos

¹ Pesquisador do Observatório da Diversidade Cultural (ODC). E-mail: vitor.barreto.cultura@gmail.com

que coabitavam o local, estavam também a formar a Casa Preta enquanto instituição.

A Casa Preta é um espaço cultural informal que não possui personalidade jurídica. As pessoas e grupos que a constroem possuem vínculos muito mais afetivos que institucionais. Contudo, ao longo do tempo, esses vínculos têm permitido a continuidade de um trabalho conjunto em que cada integrante dá um pouco da sua experiência de trabalho em prol da continuidade do projeto, alimentando ciclos criativos que beneficiam os que se propõem a produzir no espaço. É uma espécie de cooperativa informal onde grupos de trabalhadores da cultura, de variadas expertises, se encontram e produzem juntos compartilhando suas vidas, espaço físico, equipamentos, instrumentos e suas habilidades. Na conformação atual temos quatro grupos compostos por gestores/as, produtores/as, cantores/as, atores/atrizes, iluminadores/as, técnicos de som e cenógrafos/as.

Essa história pode ser contada com maior riqueza de detalhes através da leitura do artigo *As Casas do Centro Antigo de Salvador: um olhar sobre três espaços culturais alternativos*, de autoria de três dos cogestores do espaço, entre outros autores, escrito em 2017 e publicado em 2019 (NETO *et al.*, 2019). De lá pra cá foram muitas as inflexões na Casa e no mundo e particularmente após a experiência desses quatro meses em situação de pandemia. No próprio artigo tais gestores já apontavam que nesse processo de compreensão do organismo Casa Preta caminhava-se para um ciclo de maior ênfase na interação com a comunidade do entorno, borrando ainda mais as fronteiras entre os produtores e públicos de cultura.

De 2017 para cá, a Casa Preta realizou: duas edições do Arraiá da Areal, uma festa junina na rua, em conjunto com a vizinhança, interrompido em 2020 pela pandemia; duas oficinas de jardinagem comunitária em parceria com moradores do Dois de Julho e alunos do Colégio Estadual Ypiranga, que também é vizinho do espaço; uma oficina de teatro de rua em parceria com o Movimento Nosso Bairro e Dois de Julho e o Colégio supracitado, tendo essa oficina dado origem ao espetáculo *Infantaria: Onde Habita a Resistência* - disponível no YouTube (HAASE, 2020), em que parte do elenco é composto por crianças que vivem no bairro Dois de Julho e já frequentam o local há muitos anos - ; e, desde 2019, a Casa Preta abriga parte das atividades do projeto Aprendiz em Cena, um programa

de formação em artes cênicas para cerca de 120 adolescentes e jovens realizado em parceria com a Associação Fábrica Cultural.

Neste último período houve também uma ampla reforma no prédio, adequando as instalações para oferecer acessibilidade física no pavimento térreo e dotando o espaço de uma sala multiuso de 60m² que leva o nome de Ivana Chastinet, atriz soteropolitana que lutou pela vida da sua comunidade, a Vila Coração de Maria, até a sua morte em 2017.

Segundo o site oficial (CASA PRETA, 2020), em 2020, até o dia 14 de março, quando as atividades foram suspensas em função da pandemia, a Casa Preta havia reiniciado lentamente sua programação depois de um tempo parada por conta da já citada reforma. Mais de mil pessoas passaram por lá nesse início de ano, mesmo com a estrutura ainda inacabada, em razão da finalização da obra estar em curso no período. A interrupção das atividades implicou no cancelamento de estreias e apresentações de espetáculos, de lançamento de livros, de performances, da quarta edição do Arraiá da Areal e da inauguração oficial da nova sala.

A pandemia nos colocou em reflexão sobre as formas de manutenção da vida. Nesse sentido, para além da elaboração de protocolos sanitários que apontem para a possibilidade de reencontro físico no futuro, a gestão da Casa enfrenta outros desafios ainda mais complexos, sobretudo considerando os arranjos informais que têm permanecido até aqui. Diante de uma crise sanitária que acentua desigualdades e tem como protocolo imediato a política de isolamento social, como manter vivo um espaço cultural cuja ação tem sido bastante voltada ao convívio entre grupos, iniciativas e pessoas que circulavam naquele ambiente? Como manter aceso o convívio com a vizinhança e a interação com o bairro diante de tão grande alteração na dinâmica cotidiana? Como continuar fomentando uma produção artística diversa tendo em vista as enormes necessidades de adaptação para o uso de tecnologias virtuais por parte dos fazedores de cultura e dos públicos? Como seguir custeando despesas fixas básicas como serviços de água e luz, manutenção predial e investimentos necessários para enfrentar o novo cenário? A partir dessas questões, o grupo gestor da Casa tem buscado se reunir em encontros virtuais semanais.

No primeiro momento, após o impacto da impossibilidade de se encontrar, as maiores angústias eram associadas à reflexão sobre

como retomar o trabalho no ambiente virtual. Já era uma avaliação recorrente que, diante de toda a precariedade dos arranjos e acordos que conformam a gestão da Casa enquanto instituição, a sua presença virtual se resumia à divulgação das atividades feitas no ambiente físico. Cada grupo, separadamente, buscava organizar registros audiovisuais de suas produções em suas próprias redes sociais. Assim, a primeira ação realizada durante a pandemia foi justamente a organização e publicação do já citado site do espaço: casapreta.art.br. O site é resultado do esforço em sistematizar, em um único diretório, informações sobre os espaços internos, equipamentos disponíveis para locação, a atual composição dos grupos que coabitam ali, links para registros de obras realizadas antes da pandemia bem como outras imagens que ajudam a evidenciar a diversidade de atividades produzidas ao longo desses 11 anos. O lançamento do site se deu por meio de uma campanha em que alguns dos cogestores da casa e parceiros fizeram vídeos narrando o que a Casa Preta significa para eles (CASA PRETA, 2020).

No que tange ao relacionamento com a comunidade do entorno, as dificuldades têm sido ainda maiores. A interrupção das atividades escolares tem dificultado a consolidação da parceria com o Colégio Ypiranga e, conseqüentemente, inviabilizado o convívio com a comunidade escolar. A proposta de retomada da oficina de teatro de rua realizada em 2019 ainda não pôde ser implementada pela dificuldade de adaptar a linguagem teatral para o ambiente virtual, ainda mais complexo por tratar-se de um grupo infanto-juvenil.

A Casa também não teve fôlego para adaptar a proposta de realização do Arraiá da Areal para o formato de *lives*. Nos anos anteriores, a Casa Preta se responsabilizava pela infraestrutura geral da festa realizada na rua e, em troca, tinha a possibilidade de vender bebidas durante o evento. Era realizado um chamamento para organizar a programação musical a partir da colaboração de artistas parceiros, a comunidade mobilizava públicos e alguns moradores montavam barracas de comidas típicas.

Mais recentemente, já no mês de julho, pela primeira vez algumas das pessoas que compõem o espaço combinaram de se reunir para novamente compartilhar equipamentos e saberes e, assim, realizar um primeiro experimento artístico transmitido pelo *YouTube* (CASA PRETA,

2020). O caminho tem sido esse: experimentar as tecnologias possíveis e avaliar como lançar mão delas sem perder de vista a forma como o espaço estava caminhando até aqui. A difusão cultural pela internet amplia e muito as possibilidades de públicos para a Casa, entretanto não garante a participação daqueles que fisicamente estavam bem presentes no período anterior à pandemia.

As articulações em torno da Lei Aldir Blanc e sua posterior aprovação não foram objeto de muita avaliação interna por parte dos gestores da Casa. Apesar disso há na lei um reconhecimento da importância dos espaços culturais informais, o que se torna evidente na forma como a redação final foi aprovada. O momento atual é de espera pela regulamentação e de esforço para que a Casa Preta possa ser beneficiada. Isso seguramente daria algum fôlego para garantir o pagamento de despesas já atrasadas e um horizonte mínimo para enfrentar os próximos meses.

REFERÊNCIAS

CASA PRETA. **Site Oficial**. Disponível em <<https://casapreta.art.br>>. Acesso em: 10 jul. 2020.

CASA PRETA. **#acasapretapramim**. Instagram: @casapretaespaçodecultura. Disponível em <<https://www.instagram.com/casapretaespaçodecultura/>>. Acesso em: 10 jul. 2020.

CASA PRETA. **Transmissão ao vivo de Casa Preta Espaço de Cultura**. Youtube. 18 jul. 2020. Disponível em <<https://youtu.be/d8J2dibllHM>>. Acesso em: 18 jul. 2020.

HAASE, Diego. **INFANTARIA - Onde Habita a Resistência (2019)**. Youtube. 02 jun. 2020. Disponível em <<https://youtu.be/d8J2dibllHM>>. Acesso em: 08 jul. 2020.

NETO, Gordo; BARRETO, Vitor; SENA Jr, Luiz Antônio; BEZERRA, Felipe; GUIMARÃES, Luiz. **As casas do centro antigo de Salvador:** um olhar sobre três espaços culturais alternativos. In: KAUARK, Giuliana; RATTES, Plínio; LEAL, Nathalia (org.). Um lugar para os espaços culturais: gestão, territórios, públicos e programação. Salvador: EDUFBA, 2019. (Coleção Cult).



FELIPE REZENDE
Sem Título (Série Viver para Servir)
3 x 5,5 x 2 cm (aprox.)
óleo e desenho a carbono sobre osso bovino
Barreiras, 2020

SOBRE A COODENAÇÃO DO EDITORIAL

José Márcio Barros

Atua como professor e pesquisador do PPG Artes da UEMG e do Pós-Cultura da UFBA. Atua nas áreas das Políticas Culturais, Gestão Cultural, Diversidade Cultural e Processos de Mediação. Coordenador do Observatório da Diversidade Cultural.

Ana Paula do Val

Atua como gestora cultural, professora, pesquisadora, artista, arquiteta e urbanista e integra o grupo de pesquisas do Observatório da Diversidade Cultural e do Maloca. Mestre em Estudos Culturais pela Universidade de São Paulo, especialista em Políticas Públicas para América Latina Clacso e em Cultura e Comunicação pela Universidade Paris VIII. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Fundação Armando Álvares Penteado e em Artes Plásticas pela Schule Belletristik.

Flávia Landgraf

Atua com gestão de projetos, pesquisas no campo das políticas culturais, e integra o grupo de pesquisa do Observatório da Diversidade Cultural. Mestre em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia, especialista em Gestão de Projetos Culturais e graduada em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo.

Jocasta Holanda

Atua como produtora cultural na Universidade Federal do Ceará e integra o grupo de pesquisa do Observatório da Diversidade Cultural. É Mestre em Políticas Públicas e Sociedade pela Universidade Estadual do Ceará, especialista em Gestão e Políticas Culturais pela Universitat de Girona e Observatório Itaú Cultural.

Priscila Valente Lolata

Professora de História da Arte na Escola de Belas Artes da UFBA, mestre em História da Arte pelo PPGAV-UFBA e doutoranda em Cultura e Sociedades pelo Pós-Cultura-UFBA. É membro do Grupo de Pesquisa Observatório da Diversidade Cultural – ODC. Atua também como curadora e crítica de arte independente.



FELIPE REZENDE
Sem Título (Série Viver para Servir)
Dimensões: 5 x 5,5 x 4 cm (aprox.)
óleo e desenho a carbono sobre osso bovino
Barreiras, 2020

SOBRE O OBSERVATÓRIO DA DIVERSIDADE CULTURAL

O Observatório da Diversidade Cultural (ODC) é uma organização não-governamental integrada a um grupo de pesquisa, que desenvolve projetos e ações de formação, investigação, difusão de informações e consultoria.

Os objetivos centrais são produzir e difundir informação qualificada, desenvolver pesquisas que gerem conhecimento crítico, realizar processos de formação e prestar consultoria no campo interdisciplinar da proteção e promoção da diversidade cultural e suas interfaces com as políticas culturais, gestão cultural, processos de mediação, memória e patrimônio, educação, saúde, meio ambiente etc.

Com sede em Belo Horizonte (MG), a ONG atua de forma presencial e virtual em diversos territórios do estado de Minas Gerais e de outros estados brasileiros. O grupo de pesquisa é integrado por pesquisadores de diferentes instituições como UEMG, PUC Minas, UFBA e UFC, que atuam nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Bahia e Ceará.

Coordenado desde sua fundação pelo Prof. Dr José Marcio Barros, em 2010, o ODC foi reconhecido internacionalmente como uma das melhores práticas em promoção da diversidade cultural pela comissão alemã da UNESCO.

DIRETRIZES DE ATUAÇÃO

Formação

Realização de seminários, oficinas e cursos de curta e média duração integrados ao Programa Pensar e Agir com a Cultura, com o objetivo de formar e capacitar gestores culturais, artistas, arte-educadores, agentes e lideranças culturais, pesquisadores, comunicadores e interessados em geral por meio de metodologias reflexivas e participativas.

Pesquisa

Desenvolvimento de pesquisas e realização de diagnósticos e mapeamentos utilizando-se de metodologias qualitativas e quantitativas referentes a processos de gestão cultural, construção de políticas culturais, práticas culturais etc.

Informação

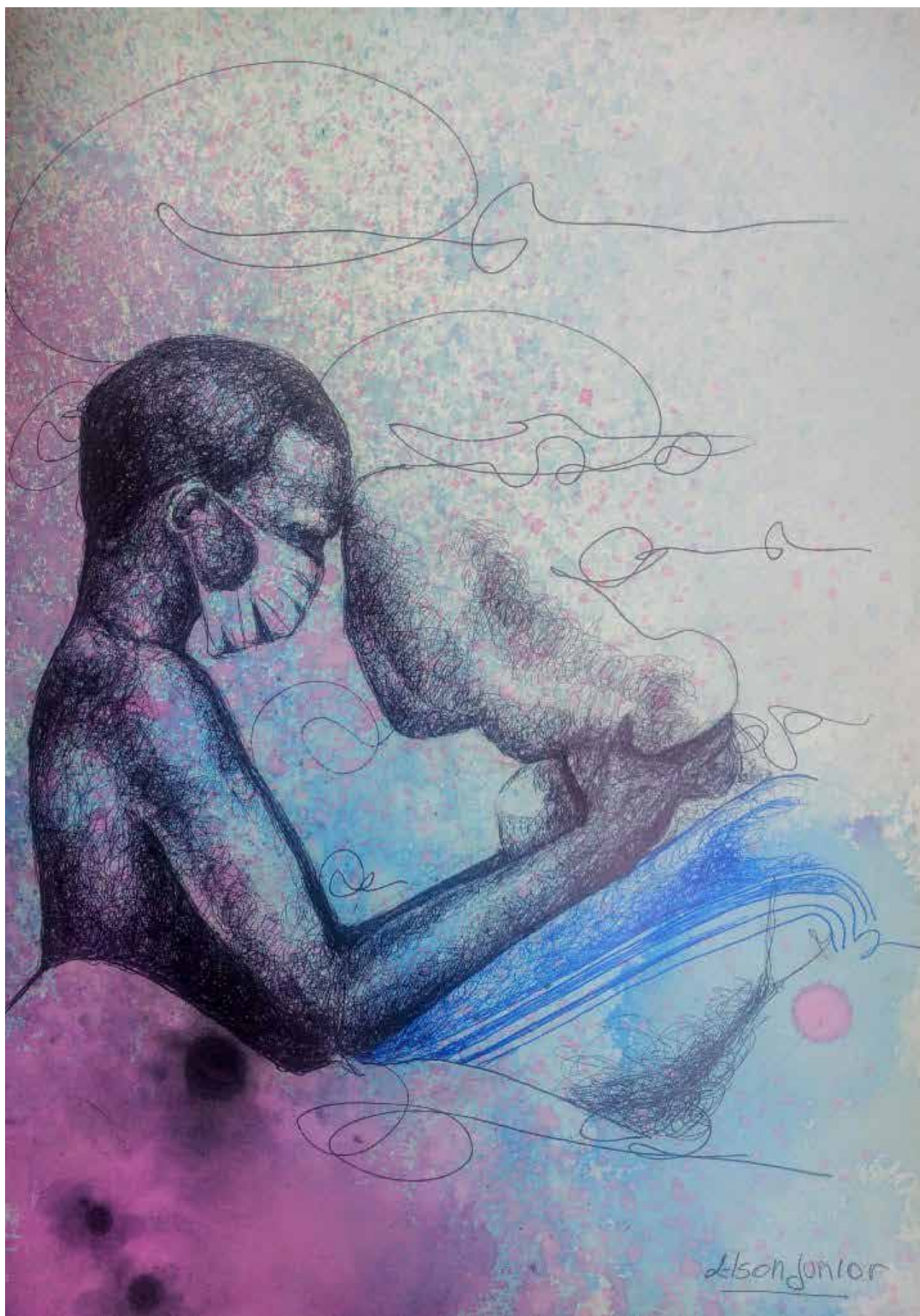
Produção e disponibilização de informações focadas na diversidade cultural e seu amplo espectro de existência e diálogo, por meio da publicação de livros, edição de boletins, manutenção de um portal informativo e de uma política de difusão nas redes sociais.

Consultoria

Prestação de consultoria para instituições públicas, empresas e organizações não governamentais, no que se refere às áreas da Cultura, Diversidade e Gestão Cultural.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Programa Pensar e Agir com a Cultura / Curso Desenvolvimento e Gestão Cultural – 2003 a 2020 responsável pela formação e capacitação de mais de 3.000 pessoas;
- Portal Observatório da Diversidade Cultural (www.observatoriodadiversidade.org.br);
- Boletim ODC com 86 edições lançadas;
- Pesquisa “Mapeamento da Diversidade Cultural em Belo Horizonte” (2011-2013);
- Pesquisa “Arte, gestão cultural e território: desafios para a promoção da diversidade em equipamentos culturais públicos em Minas Gerais e Bahia” (2018-2020);
- Seminário Diversidade Cultural – 07 edições entre 2005 e 2014 e uma em 2020;
- Participação na Comissão de elaboração do relatório quadrienal do Brasil de monitoramento da Convenção da diversidade para a UNESCO;
- Publicação de 5 livros e inúmeros artigos.



ELSON JUNIOR
Guri, Rua e Frio
29,7 x 42 cm
caneta esferográfica sobre papel
Salvador, 2020

APRESENTAÇÃO DOS ARTISTAS E AUTORES

ARTISTAS

Bruno Aziz

Cartunista, ilustrador editorial e artista digital. É ilustrador editorial e chargista do Jornal A Tarde desde 2004. Coordenou, durante um ano, o núcleo de quadrinhos da Cipó Comunicações Interativa, ensinando produção de HQs para adolescentes. Em 2014 teve o livro infantil O Ponto no Céu premiado em edital da Secretaria de Educação do Estado da Bahia. Em 2016 fez a sua primeira exposição de gravuras digitais: Simbiose.

Instagram: @brunoaziz_art

www.flickr.com/photos/brunoaziz

Cleiri Cardoso

Artista e professora. Tem licenciatura em artes plásticas pela Faculdade de Artes do Paraná (FAP/PR) e Mestrado em Poéticas Visuais pela Escola de Comunicações e Artes (ECA/USP). Atualmente vive e trabalha em São Paulo, onde ministra cursos e oficinas, articula projetos coletivos e desenvolve trabalhos artísticos relacionados à imagem impressa e aos meios de reprodução de imagens.

Instagram: @cleiricardoso

Edith Derdyk

Artista, educadora, ilustradora (livros infantis autorais), letrista (Catopleia e Palavra Cantada), autora. Atualmente coordena a Pós-graduação "Caminhada como Método para Arte e Educação", na A Casa Tombada. Contemplada com prêmios/bolsas, em 2017 recebe o título de Dra. Honoris Causa pelo 17, Instituto de Estudos Críticos, Cidade do México.

https://issuu.com/livroedithderdyk/docs/livro_edith_derdyk

<http://cargocollective.com/edithderdyk>

Elson Junior

Artista plástico nascido no Curuzu, bairro periférico em Salvador, Bahia. Descobriu ainda criança sua paixão pela arte, suas obras têm ênfase em cultura afro e no cotidiano das favelas, sempre trazendo uma perspectiva única em relação ao que aborda.

Instagram: @elsonjuniorr

Felipe Rezende

Formado em artes plásticas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Trabalha sobretudo com o desenho e suas possibilidades expansivas, constituindo um encontro com o cotidiano e elementos nele contidos. O labor e as deambulações, o entorno e seus restos, as pequenas histórias e os casos de dimensão pública servem de material para construção de narrativas visuais veiculados nos seus objetos encontrados, operando num liame entre ficção e realidade.

Instagram: @_felipe_rezende

https://issuu.com/felipe-rezende/docs/portfolio_2020_-_felipe_rezende

João Paulo Guadanucci

Desenhista paulistano, João Paulo Guadanucci tem graduação em artes visuais e filosofia pela Universidade de São Paulo (USP) e mestrado em História da Arte pela mesma universidade. Atualmente trabalha no Sesc.

Juliana Moraes

Artista formada pela Escola de Belas Artes da Universidade Federal da Bahia (EBA/UFBA). Trabalha com desenho, gravura, pintura digital, objeto. Expôs em diversas mostras desde 2006.

Instagram: @julianamorae.s

Littus Silva

É desenhista, pintor e escultor, da cidade de Alagoinhas, Bahia. Hoje se reconhece como artista visual autodidata e que tem a Arquitetura como uma das suas linguagens. Realizou a sua primeira exposição individual em 1972 na sua cidade natal, e hoje tem obras espalhadas por diversos países. Denomina-se Alagoíndio, aquele que se apropria destas unidades materiais e imateriais e se constrói como sujeito Afrodescendente na sua região.

www.littusilva.com

AUTORES

NOSSO PRESENTE COMUM - O QUE A PANDEMIA PODE NOS ENSINAR SOBRE O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL?

Luana Vilutis

Socióloga, educadora e pesquisadora nas áreas de cultura, políticas públicas, economia solidária e desenvolvimento comunitário. Doutora em Cultura e Sociedade (UFBA), Mestre em Educação (USP). Membro do Observatório da Diversidade Cultural (ODC) e da Faculdade Latino-Americana em Ciências Sociais (FLACSO) Brasil. E-mail: luanavilutis@gmail.com

A PRIMEIRA A PARAR E A ÚLTIMA A VOLTAR? PESQUISANDO OS IMPACTOS DA COVID-19 NA ECONOMIA CRIATIVA - UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Carlos Beyrodt Paiva Neto

Mestre em Cultura e Sociedade (UFBA) e Administração Pública (HKS). Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Estado da Bahia, assessor do Teatro Castro Alves, pesquisador do Observatório da Economia Criativa da Bahia (OBEC-BA). E-mail: cpaiva.cultura@gmail.com

Carlos Magno Diniz Guerra de Andrade

Doutorando em Administração de Empresas (NPGA-UFBA). Mestre em Administração (NPGA-UFBA). Docente do Curso de Bacharelado em Administração da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e pesquisador do Observatório da Economia Criativa da Bahia (OBEC-BA). E-mail: cmagnodiniz1@gmail.com

Carmen Lúcia Castro Lima

Bacharel e Mestre em Economia (UFBA). Doutora em Cultura e Sociedade (UFBA). Professora Adjunta da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Pesquisadora do Observatório da Economia Criativa da Bahia (OBEC-BA) e do Comunidades Virtuais. E-mail: carmen.lima20@gmail.com

Daniele Pereira Canedo

Docente do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (CECULT-UFRB) e do Núcleo de Pós-Graduação em Administração (NPGA-UFBA). Pesquisadora e coordenadora do Observatório da Economia Criativa da Bahia (OBEC-BA) e coordenadora de Cultura e Universidade na Pró-Reitoria de Extensão da UFRB. E-mail: danielecanedo@ufrb.edu.br

Elizabeth Ponte

Gestora cultural e pesquisadora do Observatório da Economia Criativa da Bahia (OBEC-BA). Autora do projeto "Qualidade para a Cultura" (Quality for Culture). Conselheira de Administração da Associação Brasileira de Organizações Sociais da Cultura (ABRAOSC). E-mail: pontebeth@gmail.com

João Guerreiro

Professor do Bacharelado em Produção Cultural do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), Campus Nilópolis, Baixada Fluminense. Economista e Doutor em Políticas Social (PPGASS/UF RJ). Área de concentração de pesquisas: Cultura, Juventudes e Periferias. E-mail: joao.mendes@ifrj.edu.br

Leonardo Costa

Professor Associado da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (FACOM/UFBA). Pesquisador do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT/UFBA) e do Observatório da Economia Criativa da Bahia (OBEC-BA). E-mail: leocosta@ufba.br

Luciana Guilherme

Doutora em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestre em administração pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e bacharel em Administração pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora de graduação e pós-graduação da ESPM Rio e pesquisadora do Laboratório de Economia Criativa, Desenvolvimento e Território (LEC/cRio ESPM). E-mail: luciana.guilherme@espm.br

Luiz Gustavo Campos

Bacharel em Relações Internacionais (UNESP - Campus de Franca). Mestrando do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (UFBA). Pesquisador do Observatório da Economia Criativa da Bahia (OBEC-BA). E-mail: lugzca@gmail.com

Mércia Maria Aquino de Queiroz

Gestora cultural, produtora cultural e pesquisadora do Observatório da Economia Criativa da Bahia (OBEC-BA). Mestre e doutoranda no Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (UFBA). Coordena o Núcleo de Pesquisa do Centro de Formação em Artes da Fundação Cultural do Estado da Bahia. E-mail: melaquinoqz@gmail.com

Raíssa Caldas

Bacharel em Economia pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (UFBA) e pesquisadora do Observatório da Economia Criativa da Bahia (OBEC-BA). E-mail: rahissacaldas@gmail.com

Renata Rocha

Professora Adjunta da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (FACOM/UFBA), vice-líder e pesquisadora do Observatório de Políticas e Gestão Culturais, vinculado ao CULT/UFBA, e pesquisadora do Observatório da Economia Criativa da Bahia (OBEC-BA). Doutora em Cultura e Sociedade (UFBA). E-mail: renatatrocha@ufba.br

Rosimeri Carvalho da Silva

Professora convidada do PPGA/EA/UFRGS, Doutora em Administração pela HEC/Paris, pesquisadora do Núcleo de Estudos Marcelo Vieira-NeMaVi. E-mail: rosimeri.carvalho@ufrgs.br

COTIDIANO NA PANDEMIA, CULTURA E BEM-ESTAR PSICOLÓGICO

Horacio Nelson Hastenreiter Filho

Professor associado da Escola de Administração da Universidade Federal

da Bahia (UFBA), Doutor em Administração (UFBA), membro da Agência de Inovação Social da UFBA e do Observatório da Sociedade Pós-pandemia (OSPP). E-mail: hnhfilho@gmail.com

Justina Tellechea

Doutoranda da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Mestre em Administração (UFBA), Especialista em Planejamento e Gestão da Inovação (UFBA), Gestora Pública e Social pela UFBA e pesquisadora do Observatório da Sociedade Pós-pandemia (OSPP). E-mail: justinatellechea@gmail.com

RESPOSTA DA UNESCO À PANDEMIA DE COVID-19

Giselle Dupin

Membro do Grupo de Especialistas da UNESCO sobre Indicadores da Cultura e pesquisadora do Observatório da Diversidade Cultural (ODC). E-mail: giselledupin@gmail.com

E-PARTICIPAÇÃO SOCIAL, PANDEMIA E A LEI DE EMERGÊNCIA CULTURAL

José Marcio Barros

Professor e pesquisador do PPg Artes da UEMG e do Pós-Cultura da UFBA. Atua nas áreas das Políticas Culturais, Gestão Cultural, Diversidade Cultural e Processos de Mediação. Coordenador do Observatório da Diversidade Cultural (ODC). E-mail: josemarciobarros@gmail.com

DESAFIOS DA CULTURA FRENTE À PANDEMIA DE COVID-19: LEI DE EMERGÊNCIA CULTURAL ALDIR BLANC E O PAPEL DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM SUA MOBILIZAÇÃO, SANÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO

Renata Nunes Pereira Melo

Analista de Cultura na Secretaria de Cultura do Estado do Ceará (SECULT-CE). Doutora em Cultura e Sociedade (UFBA). Pesquisadora do Observatório da Diversidade Cultural (ODC). E-mail: renatanpmelo@gmail.com

CULTURA E A CRISE DA COVID-19: NOTAS SOBRE A EXPERIÊNCIA DE CRIAÇÃO DA REDE ESTADUAL DE GESTORES MUNICIPAIS DE CULTURA E TURISMO EM MINAS GERAIS

José Oliveira Junior

Mestre em Comunicação Social. Consultor para Belo Horizonte (2014-2016) e Muriaé (2017-2020) para a implantação do programa Cidade Piloto da Agenda 21 da Cultura; e consultor UNESCO para o Sistema Nacional de Cultura/MG (2012-2013). Pesquisador do Observatório da Diversidade Cultural (ODC). E-mail: juniorbh1@gmail.com

LIVES, CESTAS BÁSICAS E OS DESAFIOS DA LEI ALDIR BLANC NOS MUNICÍPIOS DO LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO

Juan Ignacio Brizuela

Produtor cultural do Coletivo Pachamãe (Letras/UFBA) e pesquisador do Observatório da Diversidade Cultural (ODC). E-mail: juanbrizuela.gpc@gmail.com

CADASTROS CULTURAIS EM TEMPOS DA LEI DE EMERGÊNCIA CULTURAL ALDIR BLANC

Ana Paula do Val

Mestra em Estudos Culturais (USP), Especialista em Políticas Públicas (Clacso) e em Cultura e Comunicação (Universidade Paris VIII). Graduada em Arquitetura e Urbanismo (Fundação Armando Álvares Penteado) e em Artes Plásticas (Schule Belletristik). Integra os grupos de pesquisas do Observatório da Diversidade Cultural (ODC), MALOCA (UNILA) e do grupo de cultura do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. E-mail: anap.doval@gmail.com

Caroline Craveiro

Formada em Geografia, com especializações em Estudos Ambientais e Administração Pública e Mestrado em Geografia. Atualmente é servidora na Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte e integra equipe da

Gerência de Planejamento e Monitoramento de Indicadores Culturais da Secretaria Municipal Cultura de Belo Horizonte. Atua como pesquisadora no Observatório da Diversidade Cultural (ODC). E-mail: carol.crave@gmail.com

PANDEMIA POR COVID-19 E ISOLAMENTO SOCIAL: UMA LEITURA SOBRE ESPAÇOS CULTURAIS

Kátia Costa

Mestre em Cultura e Sociedade (IHAC/UFBA). Produtora, gestora cultural e pesquisadora do Observatório da Diversidade Cultural (ODC). E-mail: katiacosta.cult@gmail.com

Plínio Rattes

Doutorando e Mestre em Cultura e Sociedade (IHAC/UFBA). Gestor e pesquisador do Observatório da Diversidade Cultural (ODC). E-mail: pliniorattes@gmail.com

REFLEXÕES SOBRE OS IMPACTOS DA COVID-19 NA EDUCAÇÃO MUSEAL

Luiza de Souza Lima Macedo

Educadora de museus e gestora cultural, licenciada em história, Pós-graduada em Alfabetização e Letramentos (UEMG), Mestra em Estudos Interdisciplinares do Lazer (UFMG) e membro da Rede de Educadores de Museus e Centros Culturais de Minas Gerais (REM-MG). E-mail: luizasl.macedo@gmail.com

Pompea Auter Tavares

Educadora de museus e gestora cultural, Graduada em artes plásticas e comunicação, pós-graduada em Marketing (PUC-MG), Mestra em Artes (UEMG), membro da REM-MG e pesquisadora integrante do Observatório da Diversidade Cultural (ODC). E-mail: pompeaa@gmail.com

OS DESAFIOS EMERGENTES NO ENSINO DO AUDIOVISUAL DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19: RELATO DA EXPERIÊNCIA DO PROJETO CINE VIDA

Leandro Ricardo Wenceslau

Mestrando do Programa de Pós-graduação em Arte (UEMG) e integrante dos grupos de pesquisas do Observatório da Diversidade Cultural (ODC). Atua na área do audiovisual com direção, produção, edição e roteirização de filmes publicitários, culturais e cinematográficos. E-mail: leowenceslau@gmail.com

ATUALIZANDO O SISTEMA: A CASA PRETA E A PANDEMIA

Vitor Barreto

Produtor e gestor cultural, integrante do Grupo Vilavox e co-gestor da Casa Preta Espaço de Cultura. Pesquisador do Observatório da Diversidade Cultural (ODC). E-mail: vitor.barreto.cultura@gmail.com



JOÃO PAULO GUADANUCCI
aeroporto
28 x 21 cm
aquarela sobre papel
São Paulo, 2020